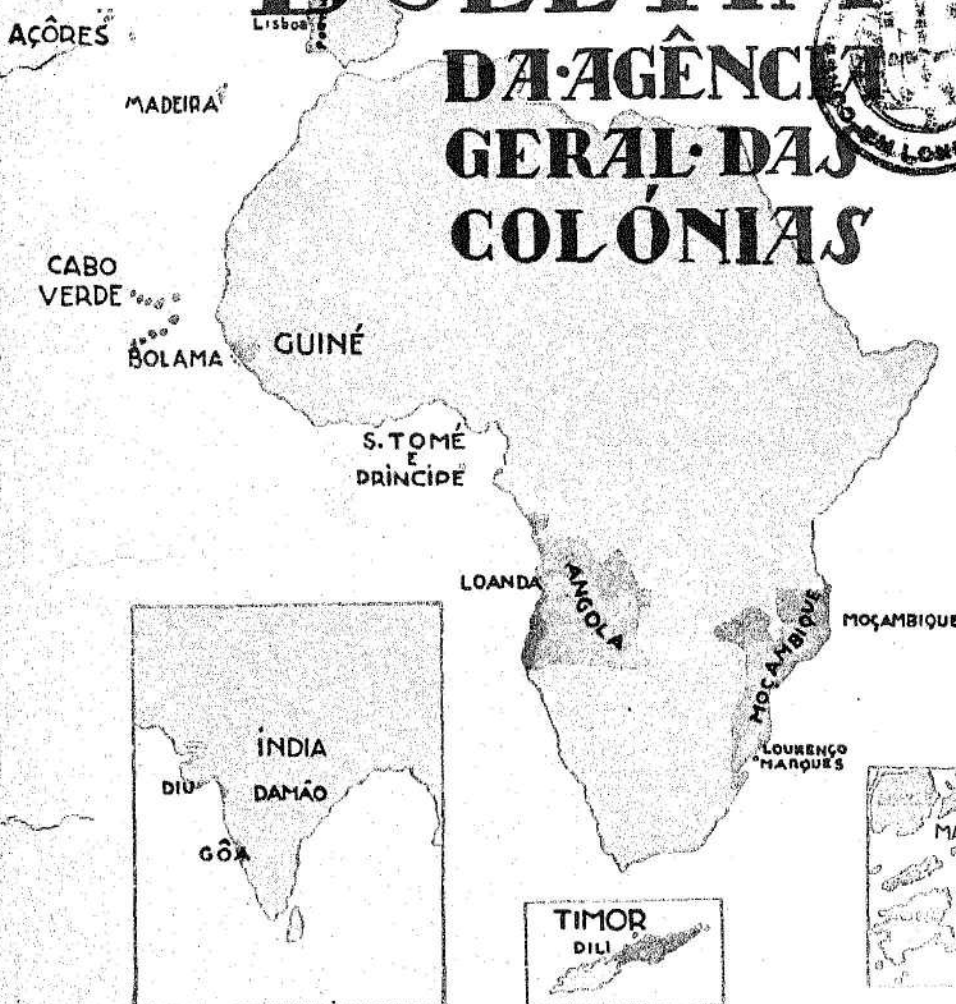


105 BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS



REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS
RUA DA PRATA, 34 - LISBOA

Telegramas: KOPELRAL
LISBOA

Correio: APARTADO N.º 97
Telefone 2 4081



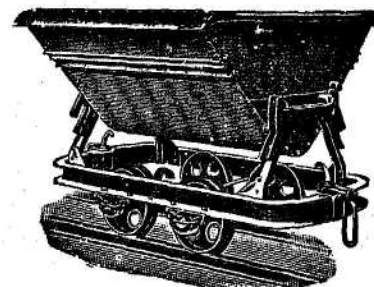
ORENSTEIN & KOPPEL **A. G.**

BERLIM-LISBOA

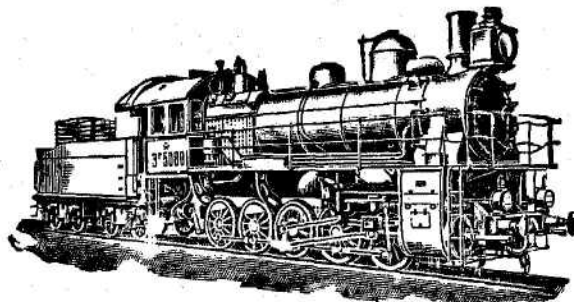
*Fábricas especiais de material ferroviário,
material de portos de Lübecker Maschinenbau A. G.*

**VIA, VAGONETAS, ACES-
SÓRIOS PARA TODAS AS
BITOLAS, CARRIS DE
TODOS OS PESOS**

**LOCOMOTIVAS A VAPOR
e com motor de explosão**



*Vagões e Carruagens, Dragas, Rebocadores, Batelões, Esca-
vadoras, Guindastes e Pás a vapor e movidas por electricidade*



**Fornecedores
dos
C. F. e Portos
de
Angola, S. Tomé
e Moçambique**

REPRESENTANTES PARA PORTUGAL E COLÓNIAS

JORGE KERI L. DA

RUA AUGUSTA, 75, 2.º - LISBOA

Bertrand,
(Irmãos) L.^{DA}



GRAVADORES
IMPRESSORES



T. Condessa do Rio, 27
Telefone 21368 — LISBOA

Papelaria, Livraria e Tipografia Fernandes & C.^a L.^{da}

33, RUA DO RATO, 35 — LISBOA

**Telefone Norte { 691
4899**

Fornecimento por grosso e a retalho de todos os artigos para Escritório, Repartições Públicas, Escolas, Câmaras Municipais, etc.

Depósito de: Papéis de todas as qualidades e para todos os fins; Cartolinas brancas e de côres; Cartão absorvente, hidráulico, couchet; Couros, etc.; Papelão palha liso e forrado; Fio de vela e para sapateiro; Impressos para o Exército, Câmaras Municipais, Repartições de Finanças, Conservatórias do Registo Predial, Tribunal, etc

Execução rápida, perfeita e económica de trabalhos tipográficos, litográficos e encadernações em todos os géneros

A Casa que fornece maior número de Ministérios e outras Repartições Públicas.

PREÇOS SEM COMPETÊNCIA

COMPANHIA DO AMBOIM

SEDE—AVENIDA DA LIBERDADE, 3, 1.^o

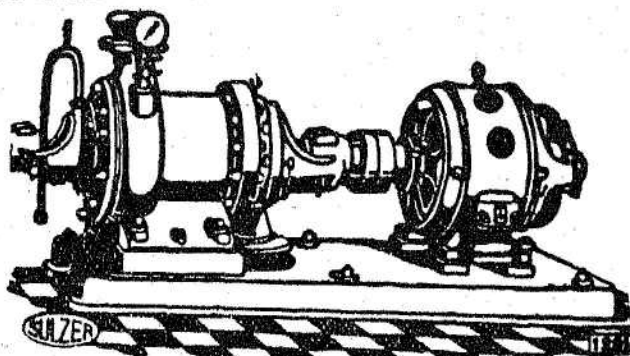
L I S B O A

Agricultura em Angola nos distritos do Cuanza Sul e Benguela

Fazendas de Palmeiras, Algodão, Cacau, Cereais e Café Amboim

Construtora do Caminho de Ferro do Amboim

Representação em Luanda, Porto Amboim, Novo Redondo e distrito de Benguela



"SULZER"

MOTORES A ÓLEO — «DIESEL» — BOMBAS
CENTRIFUGAS — INSTALAÇÕES FRIGORÍFICAS —
VENTILADORES — MÁQUINAS A VAPOR

CASA CAPUCHO

121, R. de S. Paulo, 129 | 139 - R. Mousinho da Silveira, 143
LISBOA | PORTO

COMPANHIA COLONIAL DE NAVEGAÇÃO

S. A. R. L.

SEDE NO LOBITO

CARREIRA PARA A ÁFRICA OCIDENTAL E ORIENTAL

Saídas a 10 de cada mês, com escala por: Funchal, S. Tomé, Luanda, Pôrto Amboim, Lobito, Cape Town, Lourenço Marques, Beira e Moçambique, recebendo carga com baldeação para Chinde, Inhambane, Quelimane, Pebane, Angoche, Pôrto Amélia e Ibo.

Carreira para Cabo Verde e Guiné
Saídas a 15 de cada mês, com escala por: Funchal, S. Vicente, Praia, Bolama e Bissau.

Carreiras extraordinárias para a África Ocidental e Oriental

Saídas mensais com os vapores: Luanda, Guiné, Amboim, Cassequei e Benguela.

Carreiras para o Norte da Europa

Esta Companhia mantém com os seus vapores Malange e Lobito uma carreira ligando os portos de Lisboa, Setúbal, Pôrto, Hamburgo, Rotterdam, Anvers e Havre, recebendo nestes portos carga com baldeação em Lisboa para os portos das nossas colónias de África.

Frota da Companhia:

Paquetes... {
Mousinho
Colonial
João Belo
Luanda
Guiné
Amboim

Vapores... {
Cassequei
Benguela
Malange
Lobito
Sena
Buzi
Pungué

ESCRITÓRIOS

LISBOA—Rua do Instituto Virgílio Machado, 14 (à Rua da Alfândega)
Telefone 2 0051

PORTO—Rua Mousinho da Silveira, 18, 2.º—Telefone 2342

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

SOCIEDADE ANÔNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Serviço regular entre a Metrópole e a África Ocidental Portuguesa e a África Oriental Portuguesa

Saídas de Lisboa na primeira quinta-feira de cada mês, às 13 horas para os portos da África Ocidental e Oriental. Saídas de Lisboa na terceira quinta-feira de cada mês, às 13 horas para os portos da África Ocidental. Saídas extraordinárias de Lisboa e portos do norte da Europa para a África unicamente para carga, sempre que as circunstâncias o exigirem. Serviço a frete corrido de mercadorias dos principais portos da Europa para a África e vice-versa, com baldeação em Lisboa

FROTA DA COMPANHIA (Paquetes)

Níassa..... 8965 Ton.	África..... 5491 Ton.	Chinde..... 1382 Ton.
Angola..... 8 15 "	Pedro Gomes.. 5471 "	Bolama..... 985 "
L. Marques.... 6355 "	Zaire..... 7500 "	Ibo..... 884 "
Moçambique... 5771 "	Luabo..... 1385 "	Ambriz..... 858 "

N. B. — Os últimos 5 vapores são empregados no serviço de cabotagem

VAPORES DE CARGA

Cabango, 8300 ton. S. Tomé, 6350 ton. Cabo Verde, 6200 ton.
Dondo, 6000 ton. Congo, 5080 ton.

REBOCADORES NO TEJO — Tejo, Douro e Cabinda

Escritórios da Companhia: Lisboa, R. do Comércio, 85 — Porto R. da Nova Alfândega, 34

Agentes no Norte da Europa e Mediterrâneo

Anvers, Eiffe & Co, Quai van Dyck, 10 — Bordeaux, Worms & Co. Boite Postale, 4.
— Genova, Soc. An. di Navigazione "Neptunia", 11 Piazza Maddalena. — Glasgow, Davidson, Park & Speed, Ltd, Waterloo Chambers, 19 Waterloo Street. — Hamburg, E. Th. Lind, Europahaus, 39, Alsterdamm. — Havre, Agence Maritimes L. Strauss, 28 Rue J. B. Eyries. — Liverpool, A. Barbosa & Co, The Albany. — London, Tatnam, Bromage & Co, Ltd, Exchange Chambers, 78, St. Mary Axe. E. C. 3. — Marselha, Société du Madal, 9, Rue Saint Jacques. — Rotterdam, H. van Krieken & Co, P. O. Box 653.

Telefone: LISBOA, P. B. X., 2 3021 a 2 3026

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

SOCIEDADE ANÔNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

COM O CAPITAL DE ESC. 9.000.000\$00 (OURO)

Direito exclusivo de pesquisas e extracção de diamantes na Província de Angola, por concessão do respectivo Governo

SEDE SOCIAL:

LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12, 2.º

TELEG: DIAMANG

Escritórios em BRUXELAS, LONDRES E NOVA YORK

Presidente do Conselho
de Administração

Administrador-delegado

Presidente dos Grupos
Estrangeiros

Banco Nacional Ultramarino

Ernesto de Vilhena

Mr. Jean Jadot

REPRESENTAÇÃO E DIRECÇÃO TÉCNICA EM ÁFRICA

Representante

Director Técnico

Tenente-Coronel António Brandão de Melo

Mr. R. T. Dickinson

Caixa Postal 347 Teleg: DIAMANG-LOANDA

DUNDO—LUNDA

Boletim da Agência Geral das Colónias

SUMÁRIO

	Pag.
Cais acostável de Luanda, por <i>Henrique Correia da Silva</i>	3
A caça, domesticação e ensino do elefante africano, por <i>Carlos Roma Machado</i>	12
O pôrto de Diogo Cão e a escolha do local de Quitanda, pelo coronel <i>Lopes Galvão</i> (conclusão).....	36
Relações dos portugueses com o Sião, pelo capitão <i>Jacinto José do Nascimento Moura</i> (continua)	52
Lugares selectos da Biblioteca Colonial Portuguesa	78
Memoranda do Jardim Colonial de Lisboa	87
Estatística	89
Legislação Colonial	114
Informações e Notícias:	
A política financeira de Angola—O sr. Tamagnini Barbosa e a sua visita como governador de Macau à colónia de Hongkong—A ligação aérea Lisboa-Angola—Esbôço geográfico da colónia de Moçambique—Productos coloniais portugueses nos mercados espanhóis—Portugal na Exposição de Antuérpia—Exposição Internacional Colonial de Paris—Movimento «Pró-Colónias»—A propaganda de Timór na Sociedade de Geografia de Lisboa—Propaganda Colonial do Liceu de Aveiro—Concurso de Literatura Colonial—Os aviadores Italianos e o almirante Gago Coutinho—A cultura do trigo no Planalto de Malanje—Significado do Império Colonial Português—Uma campanha Anti-Slavery—O Estado e a Companhia do Niassa—Território de Manica e Sofala—Nova draga para Macau—Parasitas da copra—Paludismo e disenteria amibiana—Declarações do governo britânico acerca da política da paz—Banco das Liquidações Internacionais—O orçamento do Congo Belga—Saúde pública nas colónias—O combate à Malária—As culturas obrigatórias nos países de agricultura atrasada.....	120
Revista da Imprensa colonial (Secção Portuguesa):	
Pôrto de Santo António do Zaire—O caso da escravatura na Libéria—A ideia duma Exposição Colonial no Pôrto—A crise económica da Guiné—Uma hipótese; O Congo belga independente—Angola e o mercado do Congo belga—Colonização portuguesa em Moçambique...	193
Revista da Imprensa Colonial (Secção Estrangeira):	
Colonização uma coisa; povoamento, outra — O «paramountcy» indígena em Africa—A propósito do trabalho obrigatório—A colonização, força espiritual—A justificação das exposições—A experiência do novo reino árabe do Iraque—«Standardização» e «Condicionamento» —Colónias e constituição de mercados—A obra colonial da Municipalidade de Bordeus	204
Bibliografia	221
English Section	225
Section Française	232

CAIS ACOSTÁVEL DE LUANDA

POR

HENRIQUE CORREIA DA SILVA

Capitão-tenente da Armada
Chefe do Departamento Marítimo de Angola
Antigo Ministro das Colónias
Antigo Governador de Macau

Há ano e meio que o enrocamento além do qual começaria o cais acostável de Luanda está abandonado, sem crescer de uma pedra.

Como de costume, as mudanças de autoridade superior na colónia trouxeram, em começo de 1929, a condenação dos critérios de administração que vinham imperando e das obras que vinham sendo empreendidas.

Foram, abaixo, então, o Crédito Agrícola, a Junta da Moeda, a Colonização, as pautas aduaneiras, os secretariados provinciais, a organização da Assistência indígena... Foi abaixo até o nome de uma ponte no Caminho de Ferro de Luanda. O enrocamento do futuro cais acostável não foi abaixo, porque era talvez difícil destruí-lo, mas para ali ficou estacionário, a vinte metros de distância da boia que indicava o seu termo e o começo da obra acostável.

Pobre Luanda, que tão perto parecia estar de ver realizada uma obra de tanto alcance prático, e que a viu, de um momento para outro, relegada para o indefinido das improbabilidades!

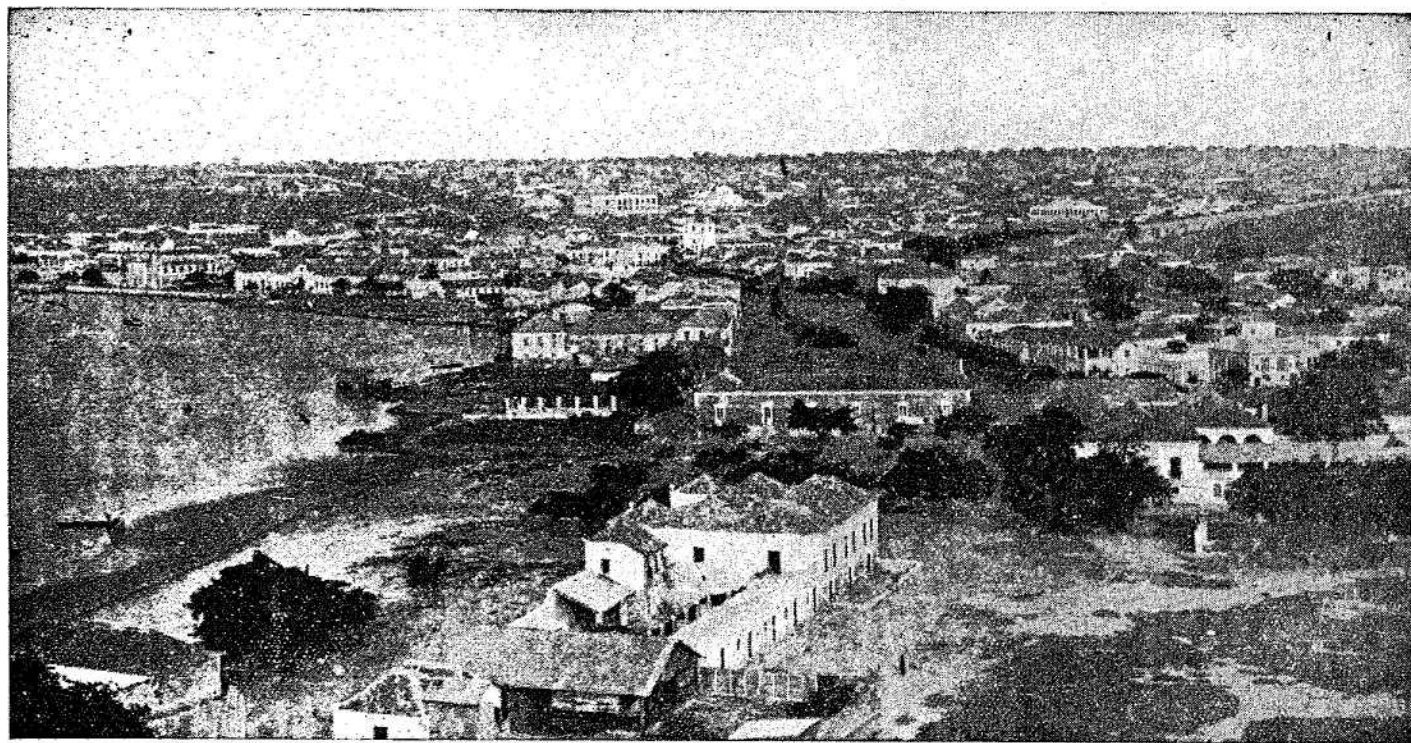
As minhas funções oficiais não têm atribuição alguma relacionada com o problema dessa obra. A autoridade marítima superior da colónia, nem por si nem por representante seu, faz parte sequer de qualquer conselho ou junta onde os problemas das obras de portos, em geral, ou os da sua exploração, sejam tratados. A não ser pela presença do capitão do porto do Lobito no Conselho de Administração do mesmo porto, em nada mais, na actual organização de serviços de

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Angola, se reconhece a conveniência, sequer, de os serviços de marinha serem ouvidos em trabalhos dessa ordem.

Tenho, porém, o defeito de me interessar, às vezes, como simples curioso, ou melhor, como simples português, por assuntos que podem, por acaso, estar fora daqueles que estritamente constituem as minhas atribuições oficiais. Não deriva esse defeito tanto de uma prática assás longa de situações em que a minha atribuição era a administração geral, mas mais, muito mais, faça-se-me essa justiça, de uma carolice, de um amor grande a alguns dos problemas das colónias. Sou, por exemplo, um apaixonado dos problemas da assistência indígena e do trabalho indígena; sou um apaixonado de quanto respeita ao litoral sul de Angola, que por alguns anos directamente e atentamente me ocupou; sou um apaixonado dos problemas de portos; sou um apaixonado da obra de nacionalização nas colónias... E desta Luanda, que vi, pela primeira vez, na amplidão das suas águas tranqüilas, quando, com a mente cheia de sonhos, aqui entrei, há trinta anos, para a minha estação de guarda-marinha, desta velha e portuguesíssima Luandã, sou o mais fiel, o mais inabalável dos amigos.

Foi, pois, por esse amor a alguns dos problemas das colónias e pelo amor às próprias colónias e mais especialmente do que às outras a esta, onde mais uma vez vim trabalhar, que, quando no começo de 1928 aqui cheguei procurei inteirar-me do que era a obra do cais acostável, que via iniciada. Na Direcção dos Portos e Caminhos de Ferro, estação competente, os engenheiros, gentilmente, deram-me tôdas as elucidações. E vim dessa conversa, dêsse exame do projecto, contente de ver como o problema estava reduzido a linhas simples, como a solução cabia num orçamento modesto, perfeitamente atingível para a situação em que se encontrava a colónia, como era limitado o futuro para a sua realização completa, como a obra que dentro dêsse prazo se veria feita satisfaria plenamente a tôdas as exigências de Luanda, mesmo em face de um feliz progredimento, como fôra bem inspirada a escolha do local, em imediata ligação com a central ferroviária, a poucos minutos, por avenidas, do bairro comercial da cidade, numa zona do pôrto de



Angola — Luanda — Panorama da Cidade

fácil acesso marítimo, com área anexa, actual e futura, para as instalações dos serviços inerentes ao porto.

Ouvi, antes e depois, — como se ouvem sempre — vozes discordantes. Se uma ou outra pessoa, das discordantes, tinha, pela sua categoria, autoridade para ter sobre o assunto opinião, a regra geral, porém, era serem emitidas essas vozes discordantes por pessoas a quem difficilmente se pode reconhecer profunda, ou mesmo, às vezes, superficial, competência na matéria.

Há quem apaixonadamente sustente que o cais acostável de Luanda tem por força de se localizar na Ilha.

Foi natural, foi inteiramente justificado, que a hipótese dessa localização tivesse sido considerada por quem, no tempo em que tanta decisão houve para grandes empreendimentos em Angola, pensou também no problema do cais de Luanda. Nesse tempo, mesmo, porém, a solução do cais na margem continental era também admitida. E admitidas as duas soluções, o que havia evidentemente a fazer era escolher delas a que mais prática fôsse, a que menores difficuldades e mais vantagens oferecesse sob os pontos de vista múltiplos que o problema apresenta; e, parece, se se distribuírem em duas colunas os inconvenientes de uma e outra solução, e em outras duas, as respectivas vantagens, e fizermos a soma algébrica do resultado, reconhecer-se-á que o cais iniciado na Ponte da Mãe Isabel, formando enseada com a curva da baía, junto à Fortaleza do Penedo, tem um considerável maior valor positivo, em relação a qualquer posição de cais na Ilha.

De facto, todos os elementos de comparação levam a pôr de parte rapidamente a solução do cais na Ilha:

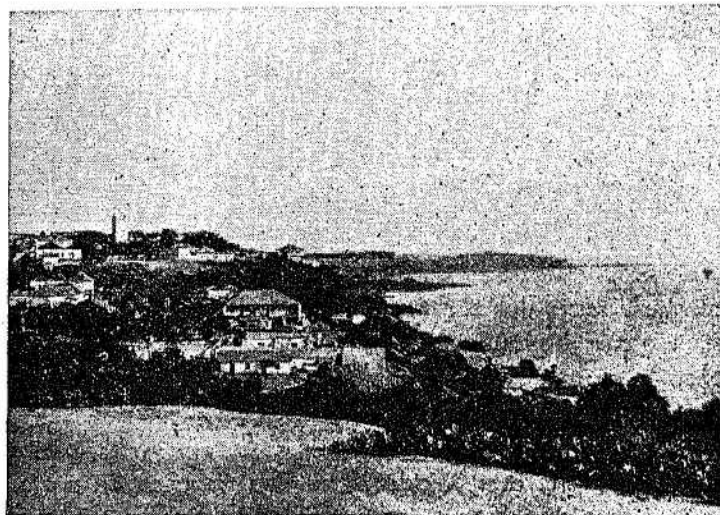
Ligações ferroviárias. — Sem dúvida alguma a situação do cais na Mãe Isabel constitui uma posição ideal sob esse ponto de vista. Reconhece-se que a estação principal de Luanda foi cuidadosamente estabelecida naquele ponto marginal da baía, para que o tráfego do porto, por meio de uma obra naquele mesmo local, immediatamente a atingisse.

Ligação com a cidade. — Pode considerar-se feita para o cais iniciado. O complemento que falta é exclusivamente o do enraizamento no cais. Em cinco minutos de trajecto, a viação automóvel liga o local do cais, por uma avenida,

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

com a parte central da cidade, onde existe o comércio, onde estão os bancos e os hotéis.

Possibilidade de ampliação da obra. — A obra projectada devia, na fase de imediata construção, atingir 3300 metros de cais acostável que, dando atracação por ambos os lados, permitiria, em fundo de 10 metros, a acostagem de quatro navios de grande calado, e, em fundo de 7,5 metros, a acostagem de dois outros navios menores. Estava prevista a possibilidade da sua ampliação em mais 150 metros.



Vista parcial de Luanda

Não há, pois, exagêro dizendo que a obra encetada admitiria um movimento que excede em muito o actual movimento do porto de Luanda, e, portanto, era obra preparada já para um desenvolvimento comercial que, infelizmente, não há probabilidades de atingir.

Mas, se, por fortuna, com prazer e surpresa de todos, o movimento de Luanda se tornasse tão grande que a obra viesse a ser pequena para ele, se se entender mesmo menos aconselhado o prolongamento de 150 metros à obra inicial, parece-me que ao longo do canal que vem para a alfândega e a partir do recinto do porto se poderia estender uma outra obra acostável, como nesse mesmo canal existe já para a pequena cabotagem, com uma despesa de dragagem ini-

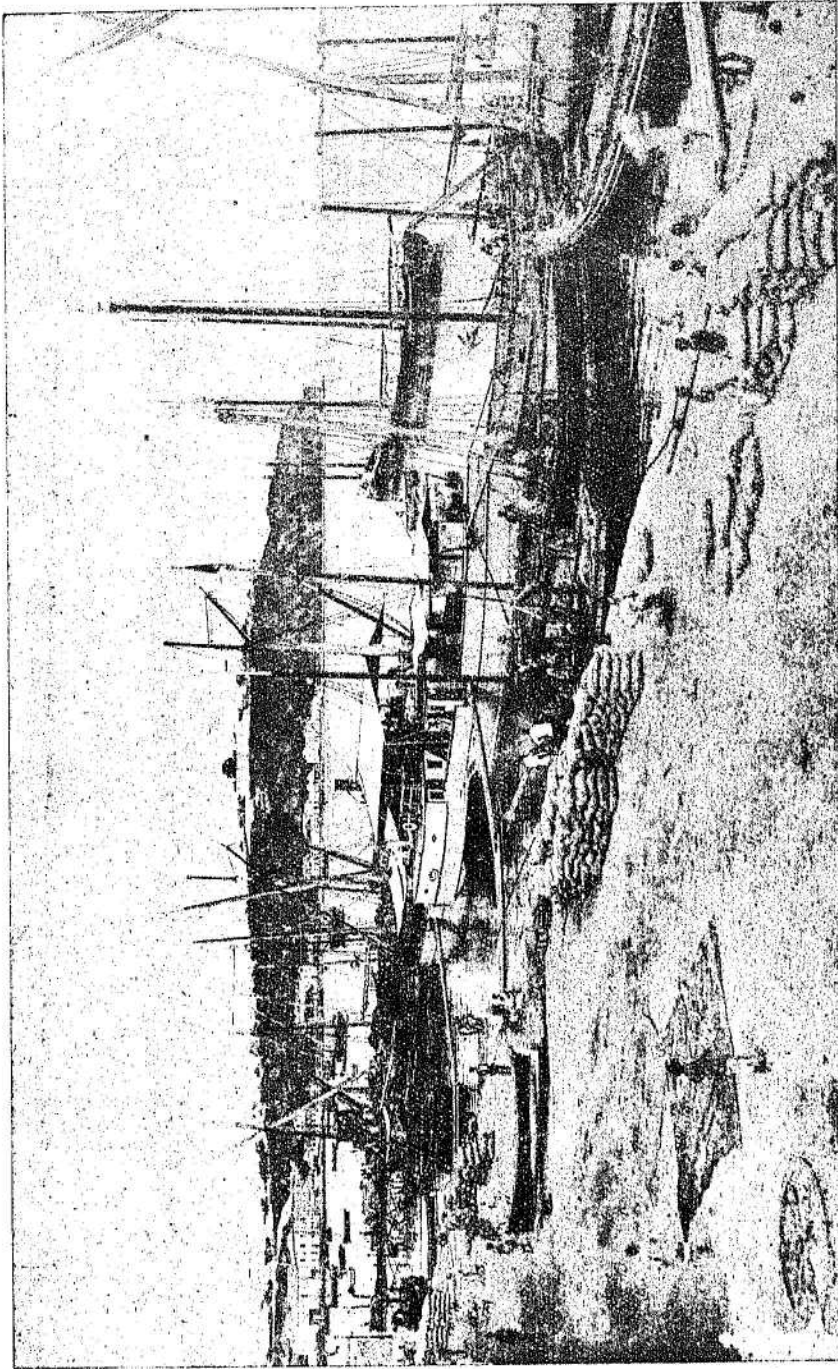
cial que seria inteiramente justificada por tão grande movimento do porto.

Se se escolhesse a margem da Ilha para a construção da obra, além de essa solução exigir a ligação por ponte entre a Ilha e a cidade, transitável para caminho de ferro e outra viação, ligação hoje apenas esboçada, haveria a fazer terraplanagens e arruamentos sobre o areal para as comunicações com a cidade e para as edificações e áreas anexas ao cais. A distância à Baixa de Luanda, centro comercial da cidade, na hipótese mais favorável, que é do cais no recinto da antiga Divisão Naval, a sudoeste da qual imediatamente se tropeça no grande banco da baía, não poderia ser menor de 4 $\frac{1}{2}$ a 5 quilómetros; o alargamento da obra só poderia ter lugar sem dragagens enormes, para sítio cada vez mais afastado. E depois? Baldear-se-ia a carga para batelões para a trazer para os armazéns da cidade? Construir-se-ia na Ilha um bairro destinado ao comércio marítimo? Não; ou o cais acostável não se justificaria, ou a solução seria fazer o trânsito através dos 5 a 6 quilómetros de trajecto terrestre desde o cais até Luanda. O paralelo, em distância, em existência ou construção, de comunicações, é, pois, salientemente favorável ao cais na margem continental.

É preciso pensar que Luanda já existe, Luanda já está inamovivelmente estabelecida numa das margens do porto. Não há analogia alguma com o caso do Lobito, em que, simultaneamente com o porto, se fundava a cidade e onde a opção pela restinga tinha apenas como objecção principal a que hoje todos reconhecem, da sua pequenez, ao passo que, sob o ponto de vista marítimo, era absolutamente indicada.

Seria, porém, a obra de engenharia, da construção do cais na Ilha, muito mais fácil, a ponto de se deverem desprezar tôdas as vantagens que oferece o cais na margem continental?

Não tenho elementos para discutir esse ponto. Mas como, da exposição que me foi feita na Direcção dos Portos e Caminhos de Ferro, dos desenhos e orçamentos que me foram mostrados, só pude concluir que a obra encetada era simples e de relativamente pouco custo, e a somar à obra do cais na Ilha há tôdas as outras obras a que a sua localização obriga, sou levado a crer que essa mesma hipotética



Luanda — Embarque de café

razão não favorecerá grandemente, talvez mesmo de forma alguma, a solução da obra na Ilha.

Eliminadas outras razões, uma ficou, porém, persistindo, apresentada como argumento de grande peso contra o prosseguimento da obra na Ponta da Mãe Isabel. Essa razão era a da ondulação das calemas, que se dizia incidir mais especialmente naquele local. Tal argumento, apresentado por uma pessoa de categoria idónea, embora sem elementos precisos de afirmação, passou a ser repetido ligeiramente por uma multidão de não idóneos e quasi que chegou a fazer opinião.

Por mim, conhecendo o pôrto de Luanda não só por dever de cargo, mas por ter vivido longamente sobre as suas águas e de o ter navegado centenas — que digo eu! — milhares de vezes, nunca concordei com essa opinião pessimista. Nunca notara que houvesse, no local onde a obra se projectava, qualquer estado das águas que pudesse contra-indicar essa obra. Mas era indispensável opôr à opinião que crescia, não uma reprovação vaga, mas alguma coisa de mais categórico. E iniciaram-se, então, observações, que têm prosseguido regularmente em tôdas as ocasiões de grande calema na costa desta latitude, e é com os dados dessas observações, que no Departamento Marítimo vêm sendo registados, desde fins de 1929, que contradigo categoricamente a opinião que vinha formando-se, e afirmo até que o local da obra projectada é, sob esse ponto de vista, dos mais favorecidos das margens do pôrto onde possa levar-se a grande navegação.

As observações feitas indicam, como é fácil de verificar por qualquer observador amador, que, quando há mar na costa, ondulação dele derivada, aliás já sem forma alterosa, entra na baía embatendo na margem continental para o lado exterior do Paiol da Boa-Vista, entre a Praia da Boa-Vista e S. Pedro da Barra. Forma-se depois uma ondulação em direcção reflectida, que vai incidir na Ilha, nas paragens da ponte carvoeira da Companhia Nacional de Navegação, a qual foi, portanto, sob esse ponto de vista, pouco bem inspirada na escolha do local. E, apesar disso, como se sabe, com a ajuda de umas boias exteriores, a que passam espias

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

dos navios, o tráfego carvoeiro dos navios não deixa de fazer-se.

Nesse ponto da Ilha, a ondulação mais uma vez se reflecte e vem numa última direcção galgar a orla do banco grande, entre a ilha e a cidade, e, correndo por cima dele, desfazer as suas últimas vagas, já muito enfraquecidas, na praia, entre as antigas oficinas navais e a ponte em frente à fábrica da Companhia do Amboim.

Deduz-se, pois, das observações regulares feitas, não só o que as minhas impressões de muitos anos me diziam, que nada de excessivo tinha a acção das águas no ponto escolhido para o cais, mas deduz-se, mais ainda, que o local do cais iniciado fica justamente num sector morto da ondulação, onde, por mais violentas que sejam as calemas no mar, nem a amplitude da oscilação das águas nem a força do seu embate poderão prejudicar ou forçar a interromper qualquer acostagem.

Deixa, pois, de subsistir a objecção que vinha sendo apresentada à obra encetada.

Será da vontade dos fados que essa obra prossiga e que Luanda tenha em breves anos um cais acostável, com os vapores atracados de prancha para a terra, descarregando sobre vagões, aqui, a uns minutos de distância da avenida Salvador Correia?

Não seria ambicionar excessivamente. Não seria pedir para esta velha terra a oitava maravilha do mundo. Mas Luanda é tão infeliz!...

Luanda, Dezembro de 1930 .

Henrique Cortes da Silva

A CAÇA, DOMESTICAÇÃO E ENSINO DO ELEFANTE AFRICANO

POR

CARLOS ROMA MACHADO

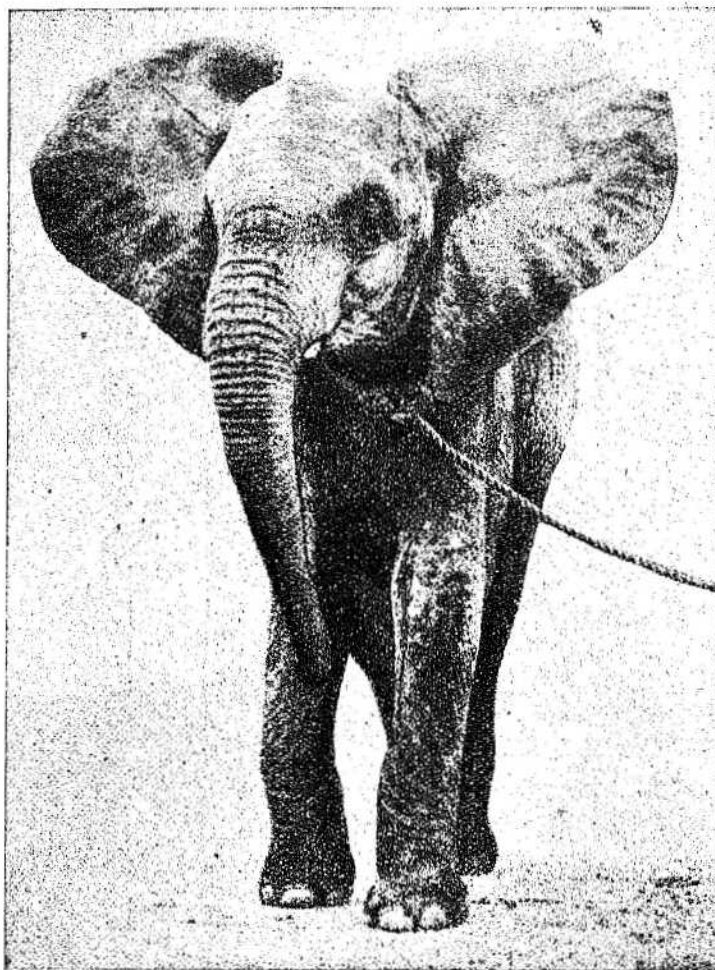
Coronel de Engenharia da Reserva

Vice-Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa

Nas minhas longas viagens pelo interior das nossas colônias africanas, ou melhor, das nossas duas províncias ultramarinas de Moçambique e Angola tive, por várias vezes, a curiosa sensação de encontrar manadas de elefantes e pude, não como caçador, mas como curioso, ver de perto os costumes, o instinto e a inteligência enorme desses animais; o que me causou profunda impressão, e me fez pensar que hoje, que a grande maioria dessas manadas já não têm machos com dentes, o que nada admira, pois são esses exactamente os que menos são caçados, e, portanto, os que mais devem procriar, podiam, porventura, como os elefantes da Índia e ilhas grandes do mar Índico e Pacífico, em cujas manadas igualmente poucos ou quasi nenhuns elefantes se encontram com dentes, pelo mesmo motivo, ser ensinados e domesticados para servirem os grandes colonos, especialmente nas grandes concessões de matas em que, por vezes, abunda a mosca tzé-tzé, que impede o emprêgo para a cultura, corte e transporte, em grande escala, do gado bovino e cavalar, podendo os elefantes, como hoje na Índia, substituí-los nesse serviço, creio com mais economia que o uso de grandes máquinas e grandes tratores, que demandam muita gasolina, oficinas de reparação e bons *drivers*, cujos vencimentos são elevados, substituindo-os por esses animais que, para se sustentarem, apenas precisam que os deixem arrancar e comer os ramos das inúmeras e grandes árvores das florestas, dirigidos por cornacas indígenas, que resistem ao seu clima pestífero, em que a grande maioria dos europeus facilmente sucumbem.

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÔNIAS

Pude eu próprio observar o viver dos elefantes, pois que na confluência dos rios Buzi e Lucito, em territórios hoje sob a administração da Companhia de Moçambique, me



Elefante domesticado do Jardim Zoológico de Hamburgo, procedente da África Oriental Portuguesa

(Extraído dum dos albums enviados pela Colónia de Moçambique à Exposição de Antuérpia)

encontrei uma manhã com três grandes manadas desses colossais paquidermes, e pasmei da grande inteligência que mostravam, especialmente as fêmeas, em acompanhar os filhos na travessia dos rios, por entre rochas, em lavá-los e

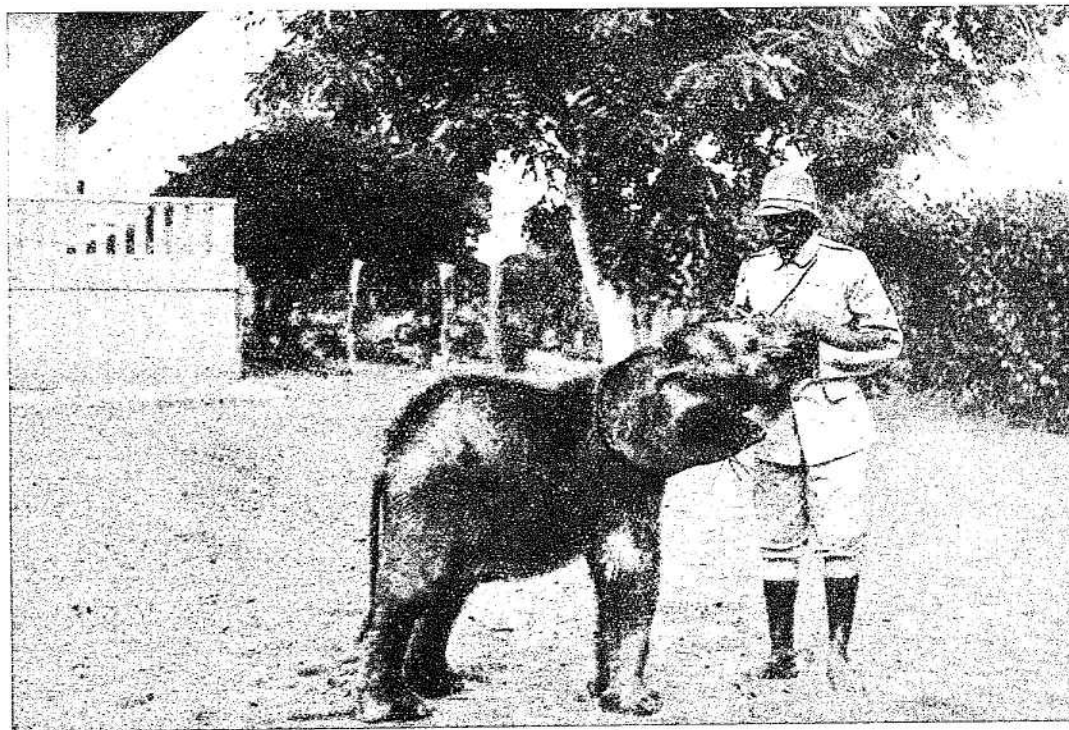
BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

banhá-los, colocando-se a jusante deles, quando tinham que nadar; virando-os, por vezes, de costas, para os lavarem melhor, ajudando-os a subir as margens, mais ou menos abruptas, com um carinho que mais parecia de mães humanas. Igualmente me impressionaram bastante os requeostos púdicos que os machos acasalados tinham com suas fêmeas, na difícil passagem dos dois rios.

Passado o Lucite, para a margem esquerda ou norte, ladeava o rio uma espessa mata de grandes acácias, de flores papilionáceas, brancas, de agradável cheiro, muito frondosas e verdejantes, e em cujos troncos se viam, nas axilas, enormes orquídeas da espécie *Anselia Africana*, com lindas flôres pequenas, em hastes de cêrca de 2 metros de comprimento. Pois, por entre essa espessa mata, as manadas dêsses colossais paquidermes tinham aberto um verdadeiro tunel paralelo ao rio, com uma forma ovalar bem definida, tunel feito pelas trombas dêsses colossos, que iam arrancando os rebentos e fôlhas mais viçosas para se sustentarem e darem aos filhos, que, por serem pequenos, as não podiam atingir. Escondido atrás de uma pedra, junto ao rio, pude, bem de perto, por umas duas horas, deleitar-me observando o viver dêsses inteligentes e enormes animais. Foi então que, pela primeira vez, pude, sobretudo nos machos adultos, ver a grande diferença que o seu corpo tinha dos seus congêneres da Índia, pois nestes o quarto traseiro é á mesma altura do dianteiro, são a meio das costas selados, têm a tromba rugosa, a cauda maior, assim como as orelhas, enquanto que os indianos têm o quarto traseiro mais baixo que o dianteiro e o lombo encurvado para cima.

Em 1900, viajando a sul de Lourenço Marques, no Maputo, encontrei rastos de elefantes enormes ao atravessar a floresta do Jabende.

Alguns anos mais tarde, uma manhã, seriam cêrca de nove horas, estando no forte do Cafu, em Angola, entre Mulondo e o forte Roçadas, pasmei ao ver uma grande manada de elefantes, sossegadamente, a beber a água do rio Cunene, ali mesmo em frente do forte e de brancos e indígenas, que os observavam, sem se importarem com os grandes gritos que alguns pretos davam na margem oposta, ao verem-nos beber e lavar-se, atirando com a tromba, uns aos outros, repuxos de



Domesticando um pequeno elefante em Magude

(Extraído dum dos albuns enviados pela Colónia de Moçambique á Exposição de Antuérpia)

água do rio, e pachorrentamente retirarem-se, depois de alguns vagidos dos machos, sem temor, como que por saberem, na sua grande inteligência, que havia proibição de caçá-los, desde alguns anos. Igualmente apenas uns três machos mostravam pequenos dentes que não saíam da boca mais de quarenta centímetros, e de pouca grossura.

Noutra ocasião, vindo a cavalo do Chacuto para o Nunhino, na baixa da região que se encosta por Este à grande serra da Chella, a sul de Capangombe e do Bruco, de madrugada, ainda com pouca luz, topei com uma grande manada de elefantes que, a fugirem de mim, partiam enormes troncos de mutiatis, mas ainda assim, na sua fuga, tinham tempo de comer as fôlhas, que nessa quadra do ano, já meio sêcas, têm nos reversos lágrimas de um açúcar e forma de melaço, muito doces e curiosas. Alguns, para poderem atravessar o mato, desenraizavam árvores, como se fôsem mangericos, deixando as raízes ao sol e as fôlhas comidas. Que enorme força têm êsses monstros na tromba!

Um dia, mais tarde, estando acampado a montante do rápido Ximbumbi, na margem esquerda do Cunene, em tempo em que o govêrno da Huila tinha expressamente, de há meses, proibido a caça dos elefanttes, e imposto grandes multas e apreensão das presas de marfim apanhadas pelos caçadores, mesmo que tivessem pago as grandes licenças de caça, quando essas presas tivessem menos de 5 quilos de peso. E, por isso, as grande manadas que transitam pelo Qua-Nanguari, desde o sul do Humbe até ao rio dos Elefantes, perto do Grande rápido de Ximbumbi, na margem direita do Cunene invadiam os arimos dos raros pretos da Donguena, e região a sul, devastando-os completamente, e comendo de tal maneira as culturas de milho verdes que mal deixam, por vezes, algumas raízes. Foi o soba e alguns indígenas que vieram participar-me o ocorrido e queixar-se, pedindo para comunicar ao Governador que autorizasse serem mortos, pois, de contrário, os indígenas mal podiam viver na região. Assim fiz, mas creio que as ordens de proibição de caça sem grandes e dispendiosas licenças não foi revogada, e ainda bem, pois os bóers costumavam todos os anos ir para aquela região,

BOLETIM DA AGENCIA GERAL DAS COLONIAS



Um grande elefante da região de Maputo

(Extraído dum dos albuns enviados pela Colónia de Moçambique à Exposição de Antuérpia)

então pouco conhecida, caçar elefantes e cavalos marinhos sem pagarem licença alguma, o que não podia continuar a ser permitido. A mancha enorme do Qua-Nanguar, até ao rio dos Elefantes por sul, e o triângulo que vai a norte entre os rios Caculovar e Cunene, do caminho da Chibia a Capelongo, para sul, incluindo a floresta do Nonquenho, é uma das regiões em que mais elefantes se encontram, e em que mais fácil é a sua caçada. É nela que os indígenas da terrível zona neutra, hoje felizmente desaparecida, a sul do Cuamato e do Cuanhama, pagos e apetrechados pelos influentes europeus da Damaralândia, têm, até há pouco, caçado o elefante, parecendo que é nessa região onde se encontram machos com prêsas maiores, talvez porque durante séculos a caça dêsses paquidermes foi ali menos freqüente. Os indígenas, caçando-os, atravessavam a fronteira e passam para a zona neutra e para a Damaralândia com o seu contrabando. Até que as autoridades da Njiva e de Namunde conseguiram, quâsi por completo, pôr cõbro a êsse roubo de interêsses portugueses, auxiliados pelas informações da missão da fronteira do Sul de Angola, que eu dirigi alguns anos.

Para muitos, e durante muitos anos, foi considerada impossível a domesticação do elefante africano, cuja caçada era mesmo considerada perigosíssima. Johnston, o grande caçador inglês, que eu conheci na Beira, e que ali, por bastantes anos, fôra o guia dos *lords* e ricos ingleses que eram desportistas dêste divertimento, quando, alguns anos depois da guerra do Transvaal, começou a diminuir a quantidade de caçadores dêstes paquidermes, de leões, de leopardos e grandes antílopes, passou a exercer a sua actividade na Uganda, onde, por fim, depois de, no seu grande entusiasmo desportivo e na sua grande audácia, apenas atirar aos leões, quando êstes davam o salto sôbre êle, matando-os com bala certa, no ar, depois de se desviar um pouco do local da sua provável queda, no que sempre foi feliz, quis também caçar o elefante à moda dos indígenas indianos, cortando-lhes, com afiada catana, os jarretes, para êles caírem, sem poderem levantar-se; e cremos, à primeira vez que a tal audácia procedeu, um elefante enorme, de grandes prêsas, deu por êle escondido no local de passa-

gem do monstro, e apanhando-o com a tromba, elevou-o ao ar e atirou-o com força contra o tronco de uma grande árvore alta, onde ele partiu vários ossos, e, esborrachando o corpo com a força do choque, caiu redondamente morto, facto já várias vezes repetido, entre os caçadores indígenas africanos, quando eram apanhados por estes monstros. Contudo, tive ocasião de presenciar actos de domesticação e ensino de alguns elefantes pequenos de raça africana, em barracas de domesticadores, que transitaram por Um-



Um esplêndido exemplar de elefante africano

(Caçado pelo sr. João Teixeira de Vasconcelos)

taly Salisbury e Beira, em alguns locais da Europa, e no Jardim Zoológico de Lisboa, e apesar de tudo que se tem dito, era para mim positivo que, com coragem e perseverança, o ensino dêste elefante era possível nos tempos modernos, como já tinha sido por Cartagineses e Romanos nos tempos antigos das suas grandes guerras.

Uma noite, quando me encontrava numa recepção dada pelo Governador Belga da Catanga, em Elisabethville, aos excursionistas que tinham vindo à inauguração do Caminho de Ferro de Benguela, entre Lobito e Luau, dos quais fazia parte, como representante da Sociedade de Geografia de Lisboa, fui apresentado ao sr. Vitor Devaux, substituto do Procurador Geral daquela cidade, o qual, em amena con-

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

versa, me fez um sucinto relato do que o Governo do Congo Belga estava fazendo no sentido da *dressage* do elefante africano, e dizendo-lhe eu que me interessava muito por esse serviço, disse-me que escrevesse ao Capitaine Offerman, na Station d'Api, em Vili, onde este oficial dirigia a *dressage* dos elefantes de África, havendo ali mais de 20 animais que já trabalhavam na lavoura e na exploração de matas e em conduzir materiais para obras. Se a minha correspondência a este senhor Offerman, tinha ficado sem resposta, tive o prazer, ao visitar ultimamente a Exposição de Antuérpia, de ver no esplêndido pavilhão do Congo Belga quadros em relêvo, e bastante sugestivos, que davam a perfeita ideia não só da caçada como da *dressage* destes paquidermes, e pedindo por escrito que me fôsse remetido tudo que houvesse impresso sobre o assunto, tive o prazer, passadas semanas, de receber em Lisboa um bem elaborado relatório, sobre a domesticação em África do elefante no Congo Belga, assinado pelo sr. Leplae, Director Geral do Ministério das Colónias, e cujo resumo passo a expôr:

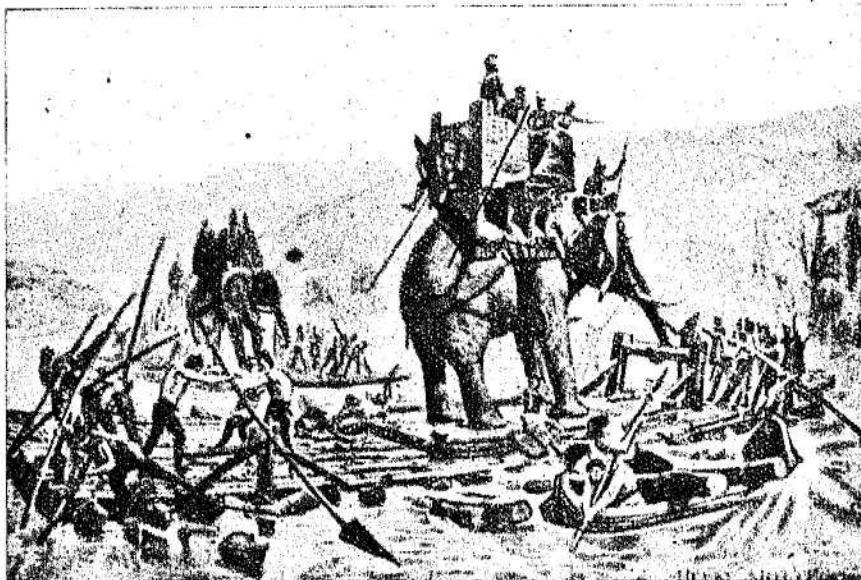
Começa este senhor por dizer que o rendimento da caça aos elefantes para a *dressage*, até 1913, pagou *tôdas as despesas da instalação do posto*, mas que, durante a guerra mundial, tendo-se suspendido as caçadas, as despesas anuais do posto de Api chegaram a 20.000 francos belgas, por ano, e que os 30 elefantes que possuem, actualmente, ensinados, valem, hoje, 100.000 francos belgas, no local onde estão.

Refere-se, em seguida, à domesticação do elefante na antigüidade, ao emprêgo deles nas guerras, na expedição de Alexandre, o Grande, na Ásia. Eram naturalmente elefantes asiáticos. Da Ásia eram também os que Antipater trouxe para a Grécia e Pyrro para Itália. Só mais tarde os Cartagineses domesticaram elefantes africanos, para a guerra, muito disciplinados e terríveis contra os inimigos. Jugurtha empregou-os contra Metelus, e Juba contra César. Os elefantes que espantaram os romanos nos circos, eram africanos. Antiochus, 170 anos antes de Cristo, empregou-os na invasão do Egípto. Eram embriagados com vinho, para os tornar mais terríveis nos combates. Mas supõe-se serem asiáticos estes últimos elefantes. Há quadros diver-

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS



Elefantes africanos de Hamílcar castigando os mercenários
(Quadro de G. Surand)



Elefantes do exército de Aníbal atravessando o Ródano
(Quadro de Henri Matte)

mos mostrando que Hamilcar empregava elefantes africanos, e Aníbal empregou-os na passagem do Ródano. Foram os elefantes africanos também empregados na batalha de Zama, entre romanos e cartagineses, e na batalha de Magnésia, entre os romanos e Antiochus da Síria: Há moedas de Scipião e de Caracalla, tendo por efígie elefantes africanos. Passaram-se em seguida dōze séculos em que nas guerras não se fazem menções de emprêgo de elefantes; o de África era só destinado a ser caçado por causa do seu marfim, que o elefante da Índia quási não dava, e por isso os príncipes indianos pagavam por bom preço o marfim africano.

Até 1914 considerava-se, em geral, que o elefante africano era insusceptível de domesticação, e os ensaios nesse sentido em várias colónias africanas nada deram. O segredo da sua *dressage* tinha sido perdido deste a antigüidade.

O mundo colonial foi muito impressionado quando na Exposição Internacional e Colonial de Londres, de 1914, apareceram numerosas fotografias mostrando o resultado obtido na estação de Api, e todos se admiravam de êste magno problemar parecer resolvido. Foram os belgas os primeiros que se atreveram também ao transporte, em elefantes asiáticos, de grandes pêsos, em África, chegando a ser carregados com 1.000 quilos cada elefante asiático em viagem para o interior de África.

O rei Leopoldo II, admirado com a facilidade da domesticação do elefante indiano, na sua viagem a Ceilão, julgou que poderia, com a máxima vantagem, ser empregado nos transportes no interior da África Central, sob a influência belga, especialmente nas regiões em que a *tzé-tzé* impedia o transporte por meio de bois, cavalos ou burros, e havia dificuldade de muitos carregadores, como os empregados por Levingstone, Stanley, e por alguns árabes, além de que o camelo não se pode empregar nos terrenos húmidos, e a zebra é muito selvagem, ficando as expedições à mercê dos carregadores, ladrões, infiéis e covardes, e por isso, e à sua custa pessoal, se lembrou da aclimação do elefante asiático no centro de África, criando estabelecimentos de *dressage* como os de Ceilão.

Em Junho de 1879, chegavam a Messasany, a sul de
BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Dar-es-Salam, os primeiros quatro elefantes asiáticos, sendo seu guia uma elefanta fêmea muito grande. Vinham com eles 13 cornacas, ricamente vestidos. O desembarque fez-se dificilmente por meio de poleias e seguindo depois a nado para a costa, a 300 metros de distância; todos os indígenas de Dar-es-Salam acorreram a ver este espectáculo extraordinário.

Comandava esta expedição o súbdito inglês sr. Carter, que os cornacas chamavam o Sheik branco. Era um bravo, e por o ser foi vítima da sua ousadia. O seu imediato era Mr. Rankin e iam mais 6 zanzibaristas, e uns 700 carregadores. Carregaram-se os elefantes com 600 quilos de peso cada um. O terreno era muito mau; florestas espessas, grandes pântanos em que os animais se enterravam; passaram-se vários cursos de água com margens escarpadas. Os víveres eram pouco abundantes, mas ainda assim chegaram todos bem até Mpuapua, apesar de terem atravessado uma zona de *tzé-tzé*. Depois, para diante, os elefantes foram morrendo sucessivamente. Ali, haviam-se juntado à expedição um capitão, um tenente e o dr. Van der Heuvel, belgas. Os indígenas de Ugogo consideravam divindades os elefantes e os homens que os montavam, tanto mais que o elefante africano era por eles considerado como feroz. Mas continuaram morrendo, abria-se caminho a machado, era difícil passarem com as cargas, e por fim só dois chegaram a Tabora, onde o elefante fêmea, completamente ajaezado, entrou triunfante. Mas perto de Karema morreu o terceiro, ficando apenas vivo o elefante piloto Pumalla. Em 1879 outra expedição belga os esperava, com Mr. Burdo, Mr. Roger, e um inglês, Mr. Tom Candenhead, que deveria ser o imediato de Mr. Carter.

Em Karema estava o tenente Cambier, a quem o elefante foi entregue.

Carter e Canhendeade regressaram com os cornacas e, pouco depois, o último elefante, privado do seu cornaca, falecia também. Na volta, os dois ingleses foram atacados pelos indígenas dos sultões Mirambo e Zimba, e sucumbiram defendendo-se valentemente. Só escapou o criado de Carter, encarregado de levar a Karema os papeis da expedição, que os zanzibaristas julgavam francesa, e por isso

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

massacraram, e quando souberam que os dois eram ingleses, enviaram ao sultão de Zanzibar tudo que tinham roubado, com mil desculpas.

A outra tentativa de utilização do elefante asiático foi feita pelo Governador de Uganda, há alguns anos, era só de um elefante; porém, como tinha sido educado para a caça do tigre, não servia para transporte, sendo vendido, mais tarde, para o Jardim Zoológico de Hamburgo.

Captura do elefante africano

Estes dois ensaios infrutíferos provaram, contudo, que os elefantes asiáticos podiam servir em África, desde que fôsem bem tratados, não os carregassem demasiado, e tivessem bons caminhos, boa comida e boa agua, e forragens verdes e succulentas. O rei Leopoldo passou, então, a interessar-se pela domesticação do elefante africano, debaixo da direcção do comandante Laplume, homem enérgico, muito resistente ao mato africano, disciplinador, sóbrio e com grande prática do sertão. Laplume, além de um ousado caçador de elefantes, era um educador duma paciência evangélica, muito amigo dos seus animais, e um brilhante soldado.

Em Julho de 1899 começou o seu serviço, depois de ter ido ver um elefante domesticado em Fernão Vaz, no Gabão. Seguiu, então, para Uelé a NE. do rio Congo e a N. de Basoko, e começou o seu serviço em Kiravungo, nas margens do rio Bomokandi, afluente do Uelé.

Quatro anos mais tarde, tinha já aclimados e educados 12 elefantes, à custa de enormes trabalhos e grande persistência. Mas teve de ausentar-se, e quando voltou, em 1904, apenas encontrou 8 dos elefantes educados, mas continuou a persistir e chegou a reunir um grupo de 21 animais, ensinados, trabalhando à charrua e transportando materiais para as obras do antigo posto de Api, que ia ser adaptado para a domesticação e ensino dos elefantes.

Passemos a descrever o que na referida memória se diz da captura destes animais. É extraído de uma comunicação do veterinário belga Willaert, que esteve muito tempo em serviço em Api.

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

O primeiro processo que o comandante Laplume seguiu foi o das *trappes* ou alçapões cobertos de ramagens, nos quais os elefantes caíam de repente, ao passar. Prêso o animal, ligavam-no e, a seguir, cavava-se um plano inclinado para a sua saída. Foi numa floresta perto do rio Bumocandi, onde os elefantes abundavam. Da primeira vez nenhum ani-



Um elefante macho em Apt, em 1918, com 9 anos, excepcionais presas e 1m,90 de altura

mal caiu, apesar dos grandes perigos que Laplume e seus pretos correram. Fêz-se a seguir uma linha de *trappes* sucessivas, em mais de um quilômetro de extensão, entre o rio e a floresta; os elefantes, desconfiados, fugiram. Puseram-se sentinelas sucessivas e, na noite seguinte, um pequeno elefante caiu. Mas, durante a noite, os outros elefantes vieram tirá-lo, içando-o com as trombas, mesmo em frente das sentinelas, que não eram armadas. Dois dias depois, com as sentinelas armadas, caiu outro elefante pequeno. Os elefantes vindos para socorrer o elefante novo, prêso, foram afas-

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÔNIAS

tados a tiro. Fêz-se uma sólida palissada, para receber o captivo, mas o elefante morreu, com o susto, no fundo da fossa. O animal era já bastante grande.

Passou Laplume a construir um grande cercado à moda indiana, com um corredor de entrada em funil. Os elefantes todos fugiram do local.

Mudou-se o campo para o N.W. de Bambili. Aí foi organizado um cercado análogo, que teve grande êxito. Mas os elefantes grandes que entraram não se deixaram prender; decidiu-se apenas capturar os mais pequenos. Capturou-se uma fêmea e um filho com 1^m,60 de altura; deixou-se fugir a mãe e prendeu-se o filho. Quando a mãe voltou a livrar o filho, foi afugentada a tiro. O jóven elefante caiu em grandes prostração e morreu pouco depois.

Conseguiu-se apanhar uma mãe com um filho de 0^m,90 centímetros de altura. A mãe, atacando-os, foi morta a tiro, e o filho foi agarrado e metido num cercado. Muitos outros foram capturados de forma idêntica.

Dos filhos assim capturados muitos morreram, mas, finalmente, apanhando-se os filhos cada vez maiores, conseguiu-se que eles vivessem. Laplume apanhou alguns com 1^m,13 de altura, e êstes, passados 5 anos, tinham de altura já 1^m,50 e mais.

Actualmente, o processo empregado é o seguinte. Os elefantes fêmeas preferem andar com os filhos nas margens dos rios, verdejantes e sombrias, por isso, embora a grandes distância de Api, formou-se uma esquadra de caçadores indígenas, da região, dos quais 7 a 10 com boas espingardas, formavam o grosso da esquadra, esperando os elefantes e seus filhos. Uns 4 a 5, com espingardas ordinárias, para sua defesa própria, começavam de longe seguindo os rastros, e serviam, depois das presas feitas, para ligar, os elefantes novos apanhados, a grandes árvores resistentes. Os restantes caçadores, armados de machados e podoadas, cortavam as lianas para servirem de amarras, e levavam os víveres da esquadra, e todos, nos momentos oportunos, faziam palissadas provisórias bem resistentes, para nelas abrigar os pequenos elefantes caçados. É na estação seca ou do cacimbo, quando o capim está queimado pelos pretos, e que maior extensão de terreno se pode avistar, que melhor se podem

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

distinguir de longe os elefantes, e que a caçada tem lugar; pois de contrário, mal se vêem os paquidermes metidos na *brousse*, além de que no tempo da chuva não só mal se vêem, mas facilmente os pequenos elefantes, na sua fuga, se ferem, e as feridas são quási sempre mortais.

Ao amanhecer, os caçadores metem-se a caminho. Desde que os sinais dos animais se encontram, segue-se-lhes na pista. Esta marcha pode, por vezes, levá-los muito longe. Quando já próximos da manada, os melhores caçadores, com muito resguardo, vêem se há elefantes pequenos, com as mães, e, não os havendo, retiram-se. Um tiro dado sobre a elefante mãe, é o sinal do ataque. Imediatamente todos os pretos atiram sobre a manada, que foge. Se a mãe é morta de um tiro, os indígenas lançam-se sobre o filho, que capturam na corrida, sendo agarrado primeiro pela cauda, e depois por todos juntos, e em seguida amarrado com lianas a uma árvore robusta. Se a mãe é apenas ferida, lança-se sobre os perseguidores, e então cada qual tem de se defender como melhor puder, e alguns são vítimas. Quando os filhos são já grandes, muitas vezes não é possível, pela sua força e velocidade de corrida, serem agarrados. Os caçadores precisam ser bem corajosos. Eles, por vezes, chegam a encontrar-se com manadas de mais de 100 elefantes, dos quais muitos são mortos, dando bastante marfim, que paga as despesas. Nestas condições, só três esquadras sucessivas conseguem apanhar alguns elefantes pequenos. Mas como para se defenderem, os indígenas, todos atiram por vezes, podem alguns ser atingidos pelos tiros dos outros, escondidos na *brousse*.

A seguir, e depois de estabelecido o recinto provisório, desligam-se os pequenos elefantes das árvores a que estão ligados, e metem-se dentro dele, e por vezes a sua tendência a fugir é tal que, sendo de maiores dimensões, furam o recinto e fogem, mas na maioria dos casos isso não sucede. Passada a caçada, segue-se a difícil marcha de condução a Api, por pequenas etapas, e presos por lianas resistentes, atadas sobre as patas.

Domesticação e ensino

Laplume escolheu em primeiro lugar o posto de Kiravungo, cujo chefe muito o ajudou nas suas primeiras experiências. Em 1907 passou este serviço para o posto de Api, na margem direita do rio Api, afluente do Uele, a norte de Bima.

Eram metidos numa pequena e forte vedação de 2 acres de área. Os serventes transformavam-se em cornacas, e a pouco e pouco iam amansando os animais, a ponto que alguns meses depois podiam, sob vigilância dos cornacas, sair a pastar nos arredores, sem procurarem fugir. Partiam de madrugada, escoltados; voltavam, a abrigar-se às horas do calor, e, à tarde, saíam outra vez; ao pôr do sol, voltavam, sabendo que encontravam no cercado bananas, mandioca e pão de milho, para recompensar a sua boa vontade.

Passaram então a ser montados pelos seus cornacas. Ao princípio recusavam-se e deitavam a terra os cavaleiros, os quais, pouco práticos, deixavam-se facilmente cair. O modo de os desmontar consistia em os elefantes terem o costume de balançarem de um lado para outro rapidamente, pondo de cada vez no chão o pé e a mão do mesmo lado. Mas em breve habituaram-se ao seu cavaleiro. Substituíram os cavaleiros por alforjes, com pesos, e acabaram por a eles se sujeitar. Passou-se à experiência de tracção. Começaram também por se defender enérgicamente; um mesmo, ameaçado com o chicote, avançou desesperadamente sobre Laplume, para o furar com as presas, chegando este a cair, mas os indígenas, como ele estava ajazado, fizeram pressão e evitaram que ele seguisse, e, ajoelhando, espetou as presas no chão, perto do comandante, que assim escapou à perigosa investida. Foi este o incidente de todos o mais grave. Passado tempo, puxavam troncos de árvore grossos, e viu-se que se podia reclamar deles toda a espécie de trabalho. Contudo, houve um pequeno elefante que morreu neste ensino. Para evitar acidentes, reduziu-se ao mínimo o tempo de trabalho exigido a estes elefantes novos. Alguns, no meio dos exercícios deitavam-se de repente e faleciam, sem se saber qual o motivo, pois nem cansados estavam.

Em Api, o cerrado tinha pouco mais de um hectare de

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

superfície. Aos lados havia abrigos fechados, cada um para cada elefante; eram cobertos por um teto de colmo. Ao centro, havia um vasto *hangar* quadrangular, onde os elefantes, em liberdade, se reuniam, protegidos dos raios solares, tudo suportado por prumos de 20 a 30 centímetros de diâmetro, entrelaçados com lianas. Houve alguns que conseguiram furar a palissada exterior, mas um deles, de noite, voltou sozinho, a apresentar-se. Na viagem para Api, de noite, alguns fugiram do abrigo provisório, mas sendo, com archo-



Dois elefantes em Api puxando um carro

tes, procurados pelos cornacas, voltaram todos. Na travessia do rio Uele dois faleceram, ao atingir a margem oposta; um outro fugiu, sem ser possível apanhá-lo. Na viagem para Api morreram ou fugiram 4 elefantes, ficando a manada, já ensinada, reduzida apenas a 12. Os indígenas, bem gratificados, trouxeram alguns dos fugitivos.

Fêz-se uma grande caçada no Bili; levaram-se alguns elefantes domesticados, montados pelos seus cornacas, que suportaram bem marchas de 4 horas sucessivas. Nesta caçada apanharam-se muitos elefantes pequenos, que se domesticaram como os outros. Seguiam os seus camaradas domesticados sem ser necessária prisão alguma, e sem fugirem. Os últimos elefantes apanhados pelo último processo des-

crito eram, de todos, os maiores, e muitos resistiram perfeitamente.

Em 1907, o pessoal do posto já então se compunha de alguns europeus, 21 indígenas caçadores e 36 rapazes cornacas.

Logo de manhã cedo, os elefantes começam a rugir. Os cornacas conduzem-nos ao pasto. Um homem rompe a marcha, e todos seguem docilmente. Cada animal é montado pelo seu cornaca, armado de espingarda, de pistom, e isto é preciso para afastar os elefantes selvagens, que se aproximam dos novos, já domesticados, a desafiá-los a fugir. Do meio dia às 15 horas recolhem ao abrigo já descrito, e em seguida vão tomar banho no rio. Depois de algumas hesitações, a princípio, acabam por gostar muito do banho, e desejam nadar no rio, a vêr os melhores nadadores se apanham algum sal, que os cornacas lhes dão. Saídos do banho, rebolam-se na areia da margem, e seguem para o pasto, donde voltam ao pôr do sol, para comer as já indicadas gulodices. Por fim, cada um é metido na sua casa para passar a noite, e ali o seu cornaca, com uma escôva dura, esfrega-o, o que todos muito estimam. Cada noite, três guardas velam para lhes dar verdura, pois comem algumas horas, em vez de dormir. Há tempos, eram ao todo 25, de alturas entre 1^m,30 a 1^m,72. Uma fêmea capturada havia 5 anos era o seu chefe incontestado, e que eles sempre seguiam.

Dão, periodicamente, grandes passeios, sempre montados, alguns por europeus, e conduzem, além dos cornacas, os víveres e vestuários dêstes e dos caçadores que os acompanham. Têm muito cuidado, eles próprios, no caminho e passam perfeitamente nos pântanos, onde uma mula não pode passar, afastando com as trombas os objectos que impedem o caminho. Nas subidas, põem-se de joelhos e ajudam-se com as trombas, nas grandes descidas, acocoram-se e deixam-se escorregar.

Actualmente, os mais desenvolvidos servem nas horas frescas do dia ao transporte de tejos para as construções, e transportam materiais bem pesados em vagonetas, e servem na charrua, a dois e dois, seguindo os regos, bem direitos, como os bois mais bem ensinados.

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÔNIAS

Causas de mortalidade

A grande mortalidade dos elefantes domesticados é até ao primeiro ano; daí em diante as perdas são quasi nulas. No primeiro ano morrem muitos sem motivo, em poucos minutos. Julga-se a morte devida à emoção da prisão, pois as autópsias nada neles revelam.

Outra causa da morte é devida aos maus tratos dos seus próprios companheiros de prisão, sobretudo dos mais antigos, já domesticados, para os mais novos, que são feridos com as presas dos maiores. Por isso, entre si organizam companheiros, que se estimam reciprocamente e que desejam sempre estar juntos.

A terceira causa provém das feridas, que são difíceis neles de sarar, feridas feitas em geral na ocasião da sua captura, sobretudo nas axilas e nos membros. Muitas vezes, no tempo das chuvas, rebolam-se por ervas altas, que os ferem, envenenando-os. Morrem também com helmintíase, diarreias e febre. O medicamento é muito difícil, e só a higiene os pode preservar. Muitos são vítimas de insolação, e, por isso, é indispensável abrigá-los nas horas do calor, como em estado selvagem o fazem nas florestas.

Concluindo, o sr. Willaert, veterinário da colónia, diz o seguinte:

Que o elefante de África pode viver em domesticidade, e que com a sua boa vontade, excitada hábilmente por recompensas apropriadas, pode executar o trabalho compatível com o seu modo de ser e que se lhe peça.

Que os animais mais antigos de Api efectuem todos os trabalhos de transporte e tracção a que são submetidos, não tendo, aliás, mais de 7 anos de idade em 1919, e é unicamente aos 15 anos que o elefante da Índia pode trabalhar de uma forma eficaz.

Que ainda se não pôde provar como na Índia a reprodução em domesticidade, que, aliás, não se tem querido, nem vale a pena, intensificar, tanto mais que na Índia a captura é apenas de elefantes adultos, e a procriação nestas condições requiere bastantes anos de cuidados nas fêmeas.

Que, apesar dos caminhos de ferro, barcos a vapor e automóveis, o Congo será sempre um país de florestas e

e planícies com pântanos, onde o transporte a dorso de homens pode, com vantagem, ser suprido pelo dos elefantes, sem temerem nem a mósca ízê-tzé nem a passagem dos rios, nem os grandes pântanos.

Termina o sr. Leplae a sua exposição com uma tabela das idades, tamanho e crescimento dos 30 elefantes domesticados em Api, já em condições, na quási totalidade, de fazerem bom serviço, e diz que muitos dêstes elefantes, acos-



Dois elefantes em Api puzando a chareua

tumados ao trabalho de tracção em vias *Decauville*, de grandes madeiros, se adaptaram à lavoura sem dificuldade, não os fazendo, neste árduo serviço, trabalhar mais que 3 horas seguidas, a princípio.

Por fim, mostra várias gravuras de elefantes indianos, trabalhando no transporte e arrumação de grandes madeiros, chegando a fazer êsses serviços sòsinhos, sem grande necessidade de cornacas, e que é na tracção que o elefante indiano dá mais rendimento, e que êles podem carregar bem 500 quilos, podendo, aliás, carregar 1.000 quilos em percursos não superiores a 400 metros. Podem, igualmente, ser empregados a amassar argila, para fazer tijolos, e a arrancar árvores em desbravamento de terrenos, ajudando

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

a queda das grandes árvores já serradas, com um impulso da cabeça. Termina mostrando os elefantes empregados em serviço militar, na tracção de grandes bocas de fogo, e habituando-se às vozes e a executar movimentos, todos ao mesmo tempo.

Conclusões

Dado, assim, o resumo das partes principais do importante relatório de Mr. Leplae e do serviço dos elefantes domesticados, que tivemos ocasião de ver num filme da viagem ao Congo belga de SS. Majestades os reis da Bélgica, há pouco exibido em uma conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa pelo sr. Edgard Lipens, em 13 de Novembro de 1930, terminamos este assunto com as seguintes considerações, que depreendemos e que mostram, a meu vêr, que nas nossas duas províncias ultramarinas de Moçambique e Angola o emprêgo do elefante africano domesticado, em certas condições, será muito vantajoso e económico, atendendo a:

1.º — Que um elefante de 10 anos pode transportar a grandes distâncias cargas de 500 quilos, ou seja o mesmo que o emprêgo de 25 carregadores, sem mais despesa que a do salário do cornaca, e pequena porção de mandioca, ou cana sacarina, pão de milho ou batata doce, que ele mesmo pode transportar, poupando assim a despesa dos carregadores e a dificuldade de os angariar e sustentar.

2.º — Que para pequenas distâncias pode mesmo um elefante de 15 anos transportar pesos atingindo 1.000 quilos a não mais de 500 metros.

3.º — Que é um meio de locomoção para um branco muito superior à maxila, mais rápido que o cavalo, e mesmo podendo percorrer locais onde o cavalo, muar, boi, burro ou camelo ou os homens de maxila não podem facilmente seguir.

4.º — Que pode, só ou aparelhado, lavrar com grandes charruas em fundos rêgos, áreas enormes, com 4 horas de serviço sem descanso.

5.º — Que pode servir para remoção de grandes troncos e madeiros e seu empilhamento, fazendo dois elefantes e

seus cornacas serviço análogo e mais regular que 30 indígenas.

6.º — Que pode, nadando e levando em cima o seu cornaca e um viajante, atravessar rios sem necessidade de canoas ou dongos.

7.º — Que pode lavrar terras e fazer transportes em regiões de mosca *tzé-tzé*, onde os cavalos e bois não podem fazer serviço sem risco de morrerem.

8. — Que pode puxar vários vagões cheios de sacos ou levando grandes madeiros a grandes distâncias, apenas com o seu cornaca e poucos indígenas para ajudarem aos travões ou agulhas.

9.º — Que para a sua caça e domesticação basta uma esquadra de 25 bons caçadores indígenas e alguns auxiliares, sem grande despesa, atendendo a que o marfim que nessas caçadas se colhe tem em Api pago tôdas as despesas dêsse necessário apetrecho e pessoal.

10.º — Que estas esquadras e os postos de domesticação de elefantes em África, onde haja grandes florestas a explorar ou grandes áreas a lavrar, se tornam economicos, desde que as grandes empresas, como a C. A. P. A. e outras, reünidas, os possam, de comum acôrdo, subsidiar e dirigir, o que não me parece difficil, atendendo às regiões que nas nossas duas províncias temos de relativamente saudável clima, e grande abundância dêsses úteis paquidermes.

11.º — Que o valor real de cada elefante domesticado parece sufficiente para cobrir tôdas as despesas que possa haver com a sua domesticação e-respectivo pessoal branco e indígena, o que tudo está bem provado pelo que actualmente se dá no Congo belga.

Ao terminar, diremos que nas colónias inglesas de África já se têm domesticado com grande proveito e ensinado elefantes, mas parece que, ultimamente, consideraram que a sua *dressage* não é economicamente prática, e por isso não a têm continuado com grande interêsse.

Mas que havemos nós, coloniais, de fazer dos inúmeros elefantes africanos que temos, e que dia a dia mostram ter menores pontas de marfim, se a sua carne não é boa para

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

brancos comerem e se as manadas estão aumentando cada vez mais com a defesa da sua caça, desde que os animais tenham presas de menos de 5 quilos de pêso? A única solução, a meu ver, é juntarem-se as grandes companhias agrícolas e industriais africanas, subsidiarem esquadras de indígenas caçadores, fazerem grandes caçadas, apanhando para domesticação os elefantes pequenos, e matando os grandes para a carne salgada servir para comida dos indígenas, e utilizarem os dentes, a pele e crinas da cauda, que tudo tem bastante valor. O futuro dirá se estamos em êrro, ou se mais vale deixar continuar crescendo as enormes manadas dêstes paquidermes, que inutilizam facilmente, e muitas vezes, as culturas dos indígenas e das companhias agrícolas africanas.

Carlos Roma Machado

PORTO DE DIOGO CÃO E A ESCOLHA DO LOCAL DE QUITANDA

POR
A. GALVÃO
Coronel de Engenharia
(Conclusão)

Kinvica ou Quiombo?

Nem mesmo debaixo do ponto de vista do dispêndio a fazer se pode ainda emitir seguro parecer, sobre qual dos pontos a preferir. Com efeito, se a construção do pôrto e dos cais se mostra bastante mais simples em Quiombo do que em Kinvica, a construção do caminho de ferro, na parte inundada do vale, devê ser mais barata em Kinvica do que em Quiombo.

Nem num nem noutro ponto o sub-solo foi estudado: não há sondagens que nos permitam ajuizar dos processos mais económicos de construção. Entretanto, num como noutro ponto, é de presumir que a construção em estacaria de cimento armado deva dar inteira satisfação. As margens do canal de Kinvica são nalguns pontos cortadas quasi a prumo, e o solo das ilhas, alagadas nas mares, é constituído por uma turfa compacta que oferece uma grande resistencia. O que há no sub-solo desta formação? Pena é que a Missão inglesa que dispendeu uns 7 meses em Pôrto Rico não tivesse disposto dos elementos necessários para um estudo completo do sub-solo.

Em Kinvica dão-se circunstâncias bastante favoráveis à construção das obras. Nas dragagens, à entrada do canal, deve encontrar-se areia para as argamassas, como aliás se encontra também perto de Quiombo. Em Pôrto Rico, mesmo, há pedra e deve haver bancadas de burgau que dá um bom material para o fabrico dos betons. Próximo do Pôrto Rico há o rio Onde, donde com facilidade se poderá trazer a agua para o consumo do pôrto e da cidade.

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Em Quiombo, a pedra para as obras somente se encontrará a grande distância, nos morros que ficam a muitos quilómetros ao Sul, e a captação e canalização da água para ele deve ser também um pouco mais difícil. Verdade seja que aqui se pode utilizar já a água do rio convenientemente tratada, dispensando a construção de dispendiosas condutas. Mas para uma cidade que se queira edificar nos terrenos altos ao Sul já será necessário recorrer à água dos afluentes do Zaire, pela grande distância a que este rio dela ficaria.

A vantagem assinalada de Quiombo sobre Kinvica, além daquelas já enumeradas, é ficar mais para o interior, dispensando a construção de cerca de 40 quilómetros de caminho de ferro.

É uma vantagem grande: seria mesmo uma vantagem decisiva se o problema tivesse de ser encarado exclusivamente debaixo do ponto de vista numérico.

Mas ele tem de ser considerado também debaixo do ponto de vista político; e não é de minha competência encará-lo sob esse aspecto.

Somente direi que em Quiombo ou nas suas cercanias será muito difícil, senão impossível, fundar uma cidade digna desse nome, e por isso o porto feito ali deixaria incompleta a ideia do seu iniciador. E será realmente preciso completá-la, em presença das dificuldades que surgem?

Debaixo do ponto de vista estritamente económico, a resposta à pergunta que encima este capítulo poderá ser dada logo que se conclua o estudo pedido na minha nota já citada.

A inconsistência do projecto de Quitanda

A missão inglesa projectou o porto de Diogo Cão na Quitanda e recomendou a construção da cidade do mesmo nome no *plateau* que fica ao sul e a cerca de 15 quilómetros do porto.

Porque é que a missão inglesa veio para esta parte do rio? Porque foi o menos mau que encontrou em toda a margem esquerda, segundo ela afirma.

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

As suas instruções recomendavam-lhe que procurasse a solução o mais a jusante possível, segundo ela diz, e das duas soluções que com tal recomendação se lhe apresentaram, a da ponta Quiombo e a da Quitanda, a montante da ponta das Palmas, ela optou por esta, sendo a escolha sancionada pelo Governo sobre a recomendação favorável dos seus engenheiros.

Não consegui ler as instruções dadas à missão inglesa. Devem constar da O. S. n.º 3 da Secretaria do Fomento. Na repartição, onde deviam estar arquivadas, não foram encontradas. Eu creio, porém, poder supor, pelas conversas que com os engenheiros ingleses tive, que eles não estavam bem senhores do objectivo que Sua Ex.^a o A. C. pretendia atingir.

Eles supuseram, como o deve ter suposto a missão portuguesa do estudo dos caminhos de ferro do Zaire, que o objectivo do pôrto e do caminho de ferro era exclusivamente servir as minas do Bembe.

Ora se o fim fôsse esse e só esse, o chamado pôrto do Zaire não precisaria mais do que de um pequeno cais acostável onde atracassem os navios que viessem receber o minério de cobre, que seria transportado para bordo por meio do transportador mecânico, como o projecto prevê.

Instalações provisórias e simples: era tudo quanto se recomendava.

Para quê dispendiosas construções?

Porquê grandes estações, enormes armazéns, grandes cocheiras de máquinas e de carruagens, etc., etc.?

Evidentemente, tão completas instalações, como as que eram projectadas, deviam ter outro objectivo bem mais diferente e bem mais grandioso.

E por isso mesmo a escolha da missão inglesa foi menos feliz.

Um pôrto digno dêsse nome precisa, antes de mais nada, ser de fácil acesso; e o da Quitanda não o é.

Em várias épocas do ano, à Quitanda não podem chegar navios demandando mais de 21 a 23 pés de água.

Ora, isso por si só era suficiente para condenar a solução inglesa. E como se isso não bastasse, é preciso dizer que, para que tal pudesse acontecer, ainda necessário se tornaria

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

manter um serviço de dragagem dispendioso no rio, junto às ilhas Monroé e a jusante da ponta Camões, na ilha dos Pássaros.

A dragagem nesses pontos, que já hoje se faz, está a cargo e é feita pelo Congo Belga. Daí a necessidade que haveria de entrar em combinações com o govêrno daquela colónia para se regular convenientemente o serviço de dragagens.

Não era, isso, evidentemente, um grande obstáculo, mas, enfim, sempre era coisa embaraçosa.

O pôrto não está, pois, dentro da zona francamente navegável do rio, o que é motivo bastante de rejeição. Limitando aquelas paragens o calado de água dos navios, limitava, ipso facto, a navegação que podia demandar o pôrto.

Até muitos navios portugueses ficariam inibidos de o demandar, a não ser em meia carga. Seria uma restrição tremenda.

Qual o pôrto digno. dêsse nome que não se apresta hoje para receber navios demandando 30 e até 40 pés de água?

O pôrto para sete metros era, por isso, um pôrto sem valor.

Mas há mais e mais grave.

Quitanda está numa altura do rio em que, quer o talweg, quer o leito, quer ainda a margem, não têm fixidez.

A margem é corroída nuns pontos e é aumentada noutros. Assim o mostra o desenho comparativo das margens do Quitanda em 1921 e em 1924.

No próprio lugar assinalado pela missão inglesa para a construção do pôrto, a margem foi corroída num ponto em mais de 50 metros no sentido da profundidade e noutro ponto fizeram-se assoreamentos que aumentaram a margem cêrca de 80 metros pelo rio dentro.

O mesmo fenómeno se deu mais a jusante, próximo da ponta das Palmas, no sítio prêviamente indicado para a construção do pôrto.

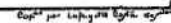
A montante, junto à base A da triangulação, a corrosão levou cêrca de 100 metros de margem.

Ora tudo isto se deu no decurso de 4 anos.

A base A. B. da triangulação já hoje se não poderia medir como o desenho mostra. Se notarmos a linha dos fun-

(ഇന്ത്യയിൽ ന്യൂ ഓസ്ട്രേലിയ)

ESCHL 1110000



dos dos 8 metros actualmente e a compararmos com a linha de 10 metros das cartas de 1921, vê-se que ao longo da margem se têm feito grandes depósitos sub-aquáticos. E se fizermos idêntica comparação, na margem direita do canal, nós vemos que a linha dos 8 metros se deslocou para a margem, avançando nalguns pontos de mais de 100 metros.

Mostra-se assim que a margem esquerda vai sendo corroida superficialmente e que a zona dos fundos tem tendência a deslocar-se para a margem oposta.

A profundidade do rio nesta parte tem também apresentado variações enormes. Em 1921 não se registavam fundos superiores a 16 metros. Hoje há em vários pontos, e nomeadamente em frente de Quitanda e próximo da ponta das Palmas, fundos de 26 metros. Quer dizer: o leito do rio, em 4 anos, foi escavado, nalguns pontos, de 10 metros de profundidade.

Que confiança podem merecer construções assentes num terreno tão movediço?

Pode consolidar-se, é verdade.

A questão é saber se valeria a pena gastar muito dinheiro com essa consolidação.

As autoridades do Congo Belga, cansadas de uma dragagem constante e dispendiosa nas alturas da Pedra do Feitiço para manterem o chamado canal português, ou de Penfold, resolveram abrir um novo canal em linha recta desde a Pedra do Feitiço até à ponta das Palmas, canal que passa entre a ilha das Aigrettes e a ilha dos Pássaros, aproveitando o chamado «passe des Oiseaux».

O canal tem cerca de 10 quilómetros de comprimento contra um desenvolvimento de 13, indo pela Quitanda.

Que acontecerá agora que as dragagens do velho canal cessaram e que a navegação começa a fazer-se pelo novo canal?

Assorear-se há o canal que passa pelo Congo Yala e pela Pedra do Feitiço? Este fenómeno é o que se apresenta como o mais provável, tanto mais que está sendo auxiliado com os depósitos das dragagens que se estão fazendo para alargar o canal e que são lançadas nos fundões existentes ao norte das ilhotas Penfold.

Por ora, os assoreamentos que se notam e que devem ser

resultantes deste despejo, encontram-se a leste das ilhotas dos Pássaros, vindo a produzir-se provavelmente novas ilhotas ou o alargamento das existentes.

Em contraste com estes assoreamentos, registou-se o aumento de profundidade no canal do Congo Yala.

Até quando?

Estes fenómenos de corrosão e de assoreamentos nos rios caudalosos são muito complexos e é por vezes muito difícil acertar-lhe com as causas.

Uma acumulação repetida de detritos em ponto que se não vê, a queda de uma árvore, o afundamento de um barco, a fixação duma ilhota flutuante, são por vezes motivos suficientes para grandes alterações e para desvios de correntes.

Por isso as margens do rio, no Congo Yala, podem estar sujeitas, ou a serem destruídas avançando o rio mais para o sul e fazendo uma grande bolçada, como o fez a montante da Ponta Penfold, dando origem às ilhotas que aí se vêem, ou, por virtude da abertura do novo canal que passa do outro lado da ilha dos Pássaros, pode dar-se um assoreamento que feche por completo à navegação o velho canal, como se deu com o canal do Sinde.

Num ou noutro caso, a situação seria crítica para uma obra que aí se construísse.

Ou podia chegar a ser isolada da terra firme, ficando perdida numa ilhota, ou podia aparecer mais tarde pela terra dentro desde que o canal se assoreasse por completo.

Um e outro fenómeno combatem-se, não há dúvida. Quer a tendência do rio se desenhe num, quer noutro sentido, a acção do engenheiro pode contrariá-la e aniquilá-la, mantendo as condições existentes à data da construção do porto.

Mas quanto não pode custar isso?

E a quási certeza de um tal trabalho e dispêndio, aliada às outras razões já expostas e que condenam o local, não são motivo suficiente para abandonar a solução proposta? São: e é isso que o Governo da Colónia tem de fazer.

Construir aí uma modesta ponte em madeira cortada no rio e fazer em terra uma instalação desmontável para o embarque do minério do Bembe, ainda se podia recomendar, no caso do porto se destinar à missão restrita de servir o

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Bembe. Outros dispêndios definitivos, de maneira nenhuma.

E perpetuar num pôrto com tanto defeito o nome do grande navegador português, seria um êrro que nem êle perdoaria se se pudesse manifestar.

Se a construção de um pôrto no Congo Yala é condenada pelos argumentos expostos, a construção de uma cidade comercial adstrita a êle, mas edificada a 16 quilómetros de distância, não faria sentido!

Quem ia fundar a cidade e viver nela? O Govêrno, transferindo para ali a capital do distrito? Mas isso não dava nem para uma aldeia, como a capital actual o comprova. Seria o comércio? Seriam as indústrias que o fariam?

Como se poderia conceber uma cidade comercial a 15 ou 20 quilómetros do pôrto?

Que indústrias se poderiam montar econômicamente ali?

Os homens de negócios precisam estar junto deles e a população, pequena ou grande, dependente do pôrto de Diogo Cão, tem de viver junto dele, seja qual fôr o local onde seja edificado. Trabalhadores, operários, empregados do pôrto, autoridades, todos os que têm o seu serviço no recinto do pôrto não se deslocam para longe dele. É a experiência de tantos outros portos que o diz.

O plano de obras da casa Armstrong e as primeiras necessidades do pôrto

O projecto do pôrto de Diogo Cão, apresentado pela casa Armstrong ao Govêrno da Província, em fins de 1923, é um trabalho completo, bem delineado e em condições de dar inteira satisfação às exigências de um bom pôrto.

Pode merecer reparo uma ou outra disposição do detalhe adoptado, mas o conjunto está bem.

Mereceu reparos ao Ex.^m Sr. Engenheiro C. Scrrão a diminuta profundidade dos armazéns. Em seu parecer, melhor seria construir armazéns de 30 metros de largo, mettendo-lhe uma linha férrea de carga e descarga a meio, disposição adoptada em Durban. Eu não lhe meteria a linha dentro, por dificultar a arrumação da carga, mas recomendaria o armazém de 30×60, usado em Lourenço Marques com bom resultado.

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Relativamente à construção de armazéns e oficinas, preferiria as paredes de blocos de cimento celulares, às paredes de zinco do projecto; e na cobertura usaria o fibrocimento, de preferência às chapas de ferro zincado ondulado.

No delineamento das vias férreas, faria provisão de um triângulo de inversão de locomotivas. Os espaços descobertos junto às oficinas, providos de linhas para material em reparação, precisam ser bastante maiores. A tendência deve ser para grandes reservas de áreas junto de todos os espaços cobertos, pois instalações desta natureza nunca pecam pelo exagêro e mostram-se, quantas e quantas vezes, acanhadas logo de começo, apesar da meticulosidade da previsão.

Mais reparos me mereceu a estacaria do cais, em ferro, desde que a fundação é em areia.

A construção em cimento não será mais cara e tem a grande vantagem duma facil conservação, ao contrário do que com o ferro acontece, que é necessário estar sempre a beneficiar.

Quanto ao orçamento, concordo que êle é elevado. Cento e vinte metros de cais em cimento armado devem poder fazer-se por 36.000 £.

É claro que, mudado o local do pôrto, só por acaso o arranjo estudado a outro se poderá adaptar; será preciso acomodá-lo às novas condições que se apresentem.

Se o pôrto se vier a fazer na ponta Quiombo, é de presumir que os cais se possam construir na margem do rio paralela á corrente principal.

A missão inglesa delineou-o na reêntrância que conduz ao canal do Sinde.

E por isso reconheceu a necessidade de fazer importantes dragagens, cujo volume se eleva a 370.000 m³ no caso de os cais virem a ter 9 metros de água nas mais baixas águas.

Se, como eu supponho, os cais se podem fazer frente ao rio, as dragagens para o estabelecimento do cais devem ser coisa de pouca monta. E muito convirá mesmo que a obra se faça sem alterar a margem. Assim não se modificarão as condições de equilíbrio que hoje a mantém estável.

Em todo o caso, a dragagem será de recomendar talvez

para a conquista dos terrenos alagadiços onde deverão ficar os terraplenos do cais e a construção do pôrto.

E no caso de serem de recomendar, devem fazer-se onde a missão inglesa indica, criando ali uma espécie de doca de abrigo, principalmente para as embarcações de pequena tonelagem, que poderão atracar, quando necessário, a pequenas pontes que daquele lado se façam.

A solução Quiombo permite que, com uma despesa insignificante, utilizando os troncos das matebeiras em estacarias improvisadas, logo de começo os navios que levem material para o caminho de ferro possam encostar a terra e descarregar até directamente para o vagão.

Tal solução terá mesmo a vantagem de permitir estudos mais cuidados feitos pelos engenheiros que aí tenham de estacionar. As obras definitivas do pôrto só se fazem depois do caminho de ferro funcionar.

No Kinvica, em Pôrto Rico, não há as mesmas facilidades: a descarga dos primeiros materiais tem de fazer-se com trasbordo, enquanto a dragagem não rasgar o canal de acesso à margem.

As dragagens num ou noutro local podem talvez ser feitas por algumas das dragas belgas, com prévio acôrdo com o Governo do Congo Belga, que dentro de pouco tempo poderá dispensar alguma das três com que está abrindo o novo canal da passagem dos Pássaros.

Em todo o caso, da apetrechagem do pôrto tem de fazer parte material de dragagem.

Os assoreamentos, até mesmo nas margens sujeitas à acção directa da corrente principal, podem dar-se.

Transcrevo para aqui, por curioso, o que no roteiro *Africa Pilot*, parte II, se lê a pag. 175: «As águas do rio, encontram-se elas mesmas carregadas com muita areia... Navios encalhados nos bancos, onde a corrente é forte, encontram-se completamente soterrados pela areia até à superfície, em poucas horas, e então uma repentina reversa de corrente leva tudo e deixa-os em águas profundas».

«Constata-se que, quando se encalha, nunca se deve deixar ficar o ferro (âncora): mais cedo ou mais tarde, a corrente leva o banco e o navio conjuntamente, rio abaixo, até alcançar águas profundas.»

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Se os assoreamentos são possíveis na margem varrida pela corrente principal, eles serão certos nos recintos onde as águas gozam de relativa tranqüilidade. Mas não constituem impedimento sério ao estabelecimento do pôrto, como o exame comparativo das cartas e das sondagens feitas mostra.

Fazendo o reconhecimento dos vários canais que multiplicam o caminho das águas na zona baixa do rio e comparando as cotas que se obtêm com as que constam de cartas muito remotas, não se encontram diferenças que assustem.

E até se encontram, aqui e acolá, fundões (onde as águas fazem necessariamente remanso pelo encontro de correntes diversamente orientadas) e que mostram que os depósitos rudimentares não são coisa de grande valia.

É certo que a corrente da água carrega grandes massas de areia; mas os depósitos fazem-se a montante de Quiombo, precisamente nas zonas onde as águas sofrem o embate do fluxo da maré.

O perigo dos assoreamentos não me parece tão grande como a missão de estudos inglesa o desenhou, nos vários comunicados que fez.

É de presumir que com algumas colheres Priestman, de fácil manejo e pequeno dispêndio, se consiga manter sempre os fundos às cotas requeridas, quer em Quiombo, quer em Kinvica.

O caminho de ferro que servirá o pôrto. A sua bitola e as condições especiais do seu material

Para servir as minas do Bembe e a agricultura do distrito, uma linha com a bitola de 0,60, como alguns recomendaram, serviria.

Esta bitola teve um largo emprêgo no Sudoeste Alemão. Mas também é de notar que a União Sul-Africana, logo que obteve o mandato naquele território, substituiu, imedia-

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

tamente e sem hesitação, toda a linha pela da bitola normal em África (1,067).

É que explorações ferroviárias com trasbordos, em África, menos do que em qualquer outra parte, se compreendem.

Vale bem a pena um sacrifício monetário, quando ele não é impossível, para se manter a unidade de bitola.

A linha de 0,60, apesar das suas grandes vantagens, por toda a parte é repudiada quando em ligação com outras de bitola diferente, pelos embaraços que acarreta a uma económica exploração. De 0,60 era a primitiva linha da Beira a Salisbury, que a breve trecho era substituída pela linha normal (1,067).

Em Angola, mesmo, existe o exemplo de quanto a dualidade de bitolas em linhas que se encontram é prejudicial à exploração. Refiro-me à linha de Canhoca ao Goolungo Alto.

A linha do Zaire ao Bembe, mesmo sem possibilidade de ligação imediata com outra, bem ficaria com a bitola normal, de preferência à de 0,60, que é sempre de mui limitada capacidade, mormente para grandes trajectos, como este é. Mas esta linha necessariamente virá a ser incorporada no sistema de ramificações que tem por coluna vertebral a linha Luanda-Malanje. E se o objectivo político que a norteia se realiza, forçoso é que a sua bitola seja de 1,067.

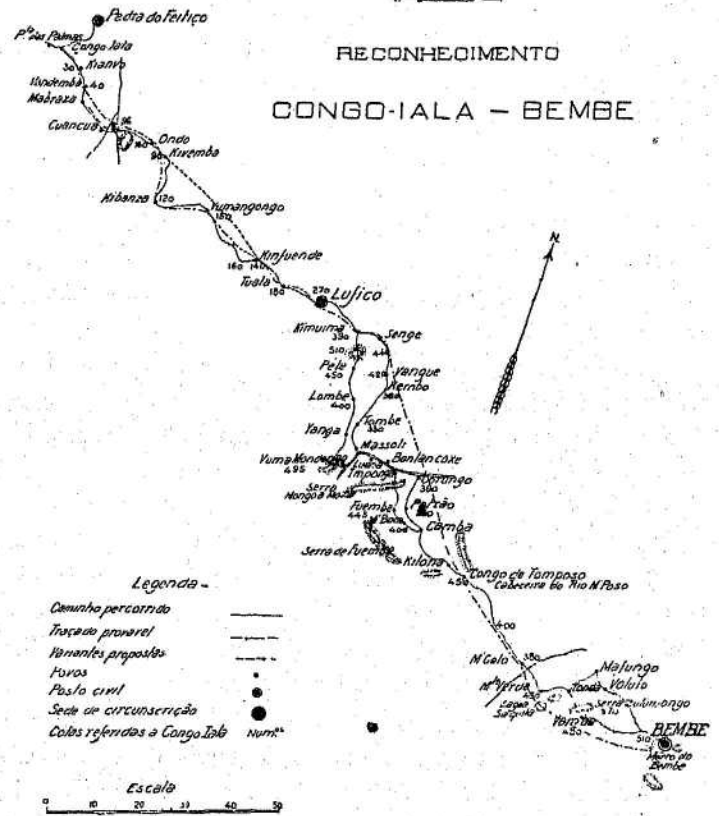
O Congo Belga, na linha de Matadi a Leopoldville, está já preparando a substituição da bitola de 0,75 para a de 1,067, a fim de ser ligada à linha de Catanga e, consequentemente, à rede do grande transafricano.

As locomotivas devem ser construídas por forma a consumirem lenha nas suas fornalhas. Elevado é por agora o preço do carvão em Angola. E nas margens do Zaire há grandes possibilidades em combustível, que não diminuirão sem um largo consumo. A lenha é boa e tem um grande poder calorífico: é o mangal de todos os rios africanos. Desbasta-lo representa uma vantagem para a economia da exploração e é uma necessidade para o saneamento do vale, outrora tão habitado e hoje sem população porque a doença do sono a tem dizimado. Colhem-se, pois, dois benefícios com a derruba do arvoredor.

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

RECONHECIMENTO

CONGO-IALA - BEMBE



As caldeiras das instalações fixas ou móveis; tôdas as geradoras de vapor, devem ser apropriadas ao consumo da lenha. Nisso há tôda a vantagem porque pode representar uma grande economia.

Necessidade de novas missões de estudos

Tomada a resolução de construir um caminho de ferro a partir do Zaire para o interior do distrito do Congo, necessário se torna constituir desde já uma Missão de estudos composta de várias brigadas que tenham por objectivo fazer o reconhecimento geral do traçado e elaborar o projecto definitivo da obra. ⁽¹⁾

No reconhecimento do caminho de ferro é preciso ter em atenção que a directriz deve aproximar-se tanto quanto possível de S. Salvador do Congo, sem prejudicar, é claro, o objectivo de bem servir o Bembe.

Ao mesmo tempo não se perderá de vista a circunstância de mais tarde ter de construir-se um ramal para a fronteira Norte do distrito, na hipótese da ligação d'este caminho de ferro com a rede belga.

Fixado o ponto de partida do caminho de ferro no Zaire (e esse ponto fixa-se pelas condições de ordem política e de ordem económica neste relatório referidas), a preparação dos terraplenos para a instalação do futuro porto poderá começar desde logo; e poder-se-á até mesmo começar a fazer-se a descarga do material de caminho de ferro, utilizando uma ponte provisória que se faça, em madeira, a fim de se iniciar a construção logo que o projecto definitivo do trôço que há de ligar o porto aos terrenos altos que correm ao Sul esteja feito. Assim se ganhará tempo.

Por depressa que se ande, o caminho de ferro não levará menos de três anos a construir. E para tal se conseguir neste prazo preciso é não perder tempo algum.

⁽¹⁾ Estas brigadas foram criadas em 1930 e estão actualmente trabalhando no Congo.

Resumindo :

Em vista do exposto no relatório que precede;

— tendo ouvido, conforme me fôra ordenado, os engenheiros ingleses da casa Armstrong, bem como os engenheiros portugueses que no assunto directa ou indirectamente intervieram, como os Senhores Costa Serrão, Miranda Guedes, Mascarenhas Inglez, etc.;

— tendo ainda ouvido outras entidades que sôbre esta questão se manifestaram, ou dela deviam ter especial conhecimento, como o Ex.^{mo} Sr. Governador de Santo António do Zaire e vários dos oficiais de marinha que no Zaire têm navegado;

— tendo compulsado processos que me foram presentes com a documentação que os acompanhava;

— e tendo finalmente inspecionado os vários locais em condições de neles se fazer um pôrto, percorrendo o rio desde a foz até Matadi;

— julgo poder emitir o seguinte

Parecer

1.º A escolha do lugar de Quitanda em Congo Yala, para ali se construir o pôrto de Diogo Cão, não se justifica e o lugar deve ser abandonado;

2.º O pôrto deve ser construído na parte francamente navegável do rio e acessível aos navios de maior calado;

3.º Os lugares que se apresentam como reunindo melhores condições são a Ponta Quiombo e a Ponta de Kinvica (entrada do canal de Pôrto Rico);

4.º A preferência deve ser dada a Quiombo :

a) Se se põe de parte a ideia de fundar uma grande cidade ligada ao pôrto;

b) Se o acesso ao pôrto por lado de terra fôr praticável para um caminho de ferro, como a brigada de estudo dos caminhos de ferro do Congo no seu relatório deixa antever;

5.º A construção definitiva do pôrto sômente se deverá fazer quando a sua necessidade se imponha;

6.º A directriz do caminho de ferro que o sirva deve ser

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

fixada tendo em atenção a sua possível ligação com os caminhos de ferro do Congo Belga;

7. A bitola do caminho de ferro deve ser de 1,067, que é a bitola dos caminhos de ferro da África Central e África do Sul.

Lisboa, 30 de Novembro de 1924.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'A. Galvão', with a long horizontal stroke extending to the right.

RELAÇÕES DOS PORTUGUESES COM O SIÃO

POR

JACINTO JOSÉ DO NASCIMENTO MOURA

Capitão de Artilharia

Autor do "Resumo da História de Macau, de colaboração com
Endore Colomban e de "Os Portugueses no Japão,"

Colaborador da "Revista Militar," dos jornais de Macau "Pátria," e "Diário
de Macau," e das revistas do Brasil "Portugal," e "Ilustração Brasileira,"
Cronista colonial da "Revista Militar,"

(Continuação)

O início da Feitoria

O Governo de Goa não se desinteressava por completo de fortalecer as relações de amizade com o rei do Sião, chegando a oferecer-lhe, não as pedrarias que por meio de Frei Chagas ⁽¹⁾ ele solicitara, mas um útil e valioso auxílio de tropas, para o ajudar a libertar-se de um terrível inimigo. Ao mesmo tempo que este oferecimento era feito, não era esquecido por aquele Governo o pedido de cessão de uma Feitoria para Portugal.

Em 28 de Dezembro de 1786 era recebida em Goa uma carta dirigida pelo rei do Sião ao rei de Portugal, na qual agradecia o socorro oferecido contra o inimigo Borrana e «a fim de não dar trabalhos na condução de tropas e petrechos de guerra, apenas aceitava 3.000 espingardas, que o Governo de Goa lhe deveria mandar no mesmo ano». Sobre o pedido para fazer Feitoria no Sião, dizia aquele rei, «que

(1) Diz Frederico Pereira que os franceses, ciosos do prestígio que os portugueses ainda tinham, e desejosos de se verem livres de Fr. Chagas, conceberam o plano de fazer crer aos siameses que a cidade de Goa regorgitava de pedras preciosas e que só ele podia obtê-las para ornamentar os seus pagodes e palácios do rei. Em 12 de Dezembro de 1784, conseguiram que o rei do Sião enviasse Fr. Chagas a Goa, a comprar uma quantidade imensa de pedras preciosas, mas sem levar consigo nem um real.

ficava muito contente e estimava muito que os cristãos portugueses ali permanecessem, pelo que o nosso rei podia mandar a sua gente para tomar o lugar suficiente para fazer a igreja, e algum padre para o amparo daqueles, de que há tantos anos se achavam faltos».



Ouvidor Miguel de Arriaga

Embora, como vimos, já no século XVIII se tivesse pensado na Feitoria, e o rei do Sião, em carta autógrafa dirigida ao vice-rei da Índia, tivesse feito oferecimento do terreno, só nos primeiros anos do século seguinte ela se considerou

Carta ao Rei do Sião

«Muito Alto, e Muito Poderoso Senhor Rei do Sião —
A alta consideração que merece a êste Leal Senado a renovação de amizade, que de longos tempos estava interrompida entre V. R. M. e esta Colónia, faz que êste Leal Senado, aproveitando a partida do navio «*María Feliz*» do Cap. Francisco Pedro de Lemos, que se dirige para os portos de S. M. Rei de Camboja, vá congratular a V. R. Mag. pelas suas prósperas felicidades, bem como recomendar a protecção de V. R. M. ao mesmo Capitão, no caso que tenha alguma dependência nos portos dos domínios de V. R. M. em benefício tanto dos seus vassallos, como dos moradores desta Cidade, vassallos do Príncipe Regente de Portugal, que tendo mudado a sua côrte para a capital do Rio de

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

necessária para Macau, sendo aceito, então, tal oferecimento.

Em Fevereiro de 1811, foi apresentada uma moção ao Senado, pelo Conselheiro Arriaga, para que se abrissem correspondências com os reis do Sião e Camboja. Invocou aquele magistrado a necessidade de se renovar o antigo costume de o Senado lhes escrever, a fim de fomentar maior giro da praça de Macau e obter maior receita para a caixa. Atendendo ao facto de ainda ser ali estimado o nome português, e haver grande número de cristãos sem pastor, principalmente em Camboja, os quais tinham de ir à Cochinchina cumprir os seus deveres religiosos, conveio o Leal Senado de Macau em fazer uma carta ao rei do Sião, a qual remeteu no mesmo ano pelo navio «Maria Feliz». Os brindes, que, segundo o sistema asiático, eram necessários para a introdução de amizade, foram fornecidos pelo proprietário do mesmo navio, sogro de Arriaga. Em 1812, o

Janeiro nos seus grandes dominios da America, julga este Leal Senado participálo a V. R. M. assim como assegurar-lhe da parte do Mesmo Augusto Senhor, o muito que lhe estimará a conservação das relações, que podem ser vantajosas aos seus fieis vassallos, sendo-lhe por isso muito apreciavel toda a protecção, que V. R. M. foi servido dar a quaes quer vassallos Portugueses, que com licença de V. R. M. queirão commerciar, ou estabalecer-se nesse Paiz. Este Leal Senado fica persuad.º de que V. R. M. hade coincidir os desejos tão eficazes, e por isso não duvida assegurar a V. R. M., que da sua parte fará todos os esforços possiveis para merecer a V. R. M. a mais perfeita, intima, e cordial amizade, para o que não deixará de satisfazer os seus deveres todos os que daqui forem, e frequentarem esse Paiz. A Alta Grandeza de V. R. M. o Ceo G., e felecite G. ml. anl. Macáo em Mêza de Vereação 10 de Fevereiro de 1811. Eu Carlos J. Per.^a Alferes Mor. Esc.^m da Camara e Faz.^a que a fiz escrever, e subscrevi. (Assignados): Bernardo Aleixo de Lemos e Faria, Miguel de Arriaga Brun da Silveira, Manoel Homem de Carvalho, Agostinho J. de Miranda, Manoel Pereira, Raymundo Nicola Vieira, e Felix. J. Coimbra.»

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Conde de Sarzedas, vice-rei da Índia aplaudiu, em nome do soberano, a iniciativa do Leal Senado a respeito do Sião e Camboja. Contudo, parece que o rei do Sião não respondeu a Arriaga. Em Novembro de 1816, Arriaga dirigiu-se-lhe novamente em cumprimento da recomendação real, de Outubro de 1812, que determinava buscasse renovar o antigo trato como muito útil a ambos os Governos, e para não permitir a decadência da praça de Macau. Tal medida era julgada vantajosa especialmente depois de um desastre sucedido aos comerciantes que, tendo ido em 1811 para Camboja, se perderam.

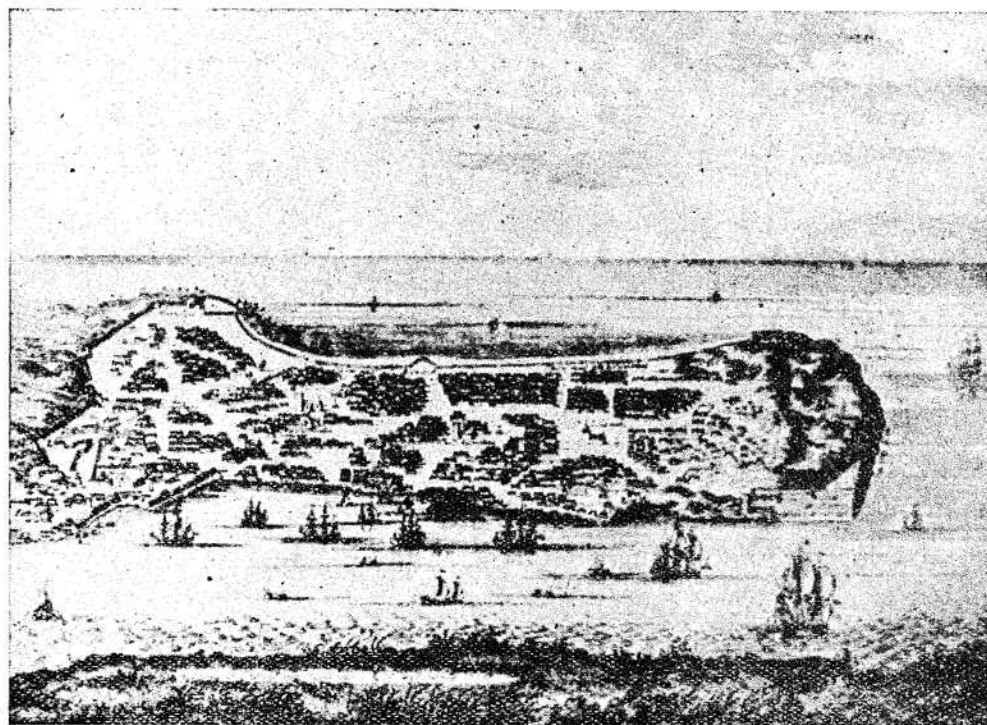
É, também, de crer que Arriaga, temendo o futuro de Macau, procurasse obter naquele país uma parcela de território português onde se pudessem acolher os portugueses, no caso de serem forçados a abandonar Macau, então seriamente ameaçada pela inveja e cobiça dos estrangeiros que ali residiam e dos celestes, que, com despeito, viam crescer a influência e benefícios dos portugueses.

Só em 1818 aportou a Macau um brigue do rei do Sião com o seu enviado José da Piedade, o qual levava uma

Carta do III.^{mo} Cons. Arriaga ao Rei do Sião (pelo navio «S. Miguel»)

«Ao muito honrado e muito magnifico, Famigerado e Poderoso Rei de Siam — *Eu Miguel d'Arriaga Brun da Silveira & C. Faço saber, a Vossa Magestade, que constando a Sua Alteza Real o Principe do Reyno Unido de Portugal, Brazil e Algarves, meu Soberano, as estreitas relações que esta Cidade antigamente sempre manteve com os Estados de V. M., já desde o tempo de seus Progenitores, de feliz memoria, que athé fizerão grandes empréstimos a esta Governança. Foi Servido mandar-me recomendar por Seu Real Aviso de 29 de Outubro de 1812, que eu buscasse renovar aquelle Antigo tracto, como mui util a ambos os Governos, fazendo saber a V. M. quanto tenha presente taes demonstrações de agazalho a seus fieis vassallos, porém, não permitindo a decadencia do comercio desta Praça involvimentos, maiormente depois que os Especuladores, que d'aqui sahirão para a Camboja no ano de 1811*

BOLETIM DA AGENCIA GERAL DAS COLÔNIAS



Macau, visto da Lapa, em 1726. (Gravura Holandesa, em The Chater Collection).

carta do dito rei para o mesmo conselheiro, a qual êste apresentou na sessão do Leal Senado de 2 de Setembro do mesmo ano.

O barão de S. José do Pôrto Alegre, sôgro de Arriaga, que havia enviado ao Sião o navio «S. Miguel», do comando do capitão Constantino José Lopes, foi, por pedido de Arriaga, como se vê na carta que lhe foi dirigida, encarregado de tal embarcação e respectiva carga. O Leal Senado acordou, que, pelo Procurador, se dessem dois taéis por dia para sustentação do deputado e sua comitiva, atendendo ser êste o estilo asiático, tanto mais que o Senado já assim havia obrado para com os enviados da Cochinchina, e o rei do Sião tinha socorrido com 4 ticaes por dia, valor equivalente a mais de 2 patacas, ao capitão do navio de Macau que esteve no seu país. Foi resolvido também pelo Senado não cobrar os direitos das fazendas vindas na dita embarcação de Sião, na importância de 457.618 caixas, atendendo a ser a sua carga destinada às despesas da mesma embar-

se arruinarão, perdendo-se o Navio e com elle todos os que hião dentro, não se sabendo mais, nem das cartas, que por aproveitar essa ocasião a saudar a V. M., fiquei com a maior magoa inteiramente privado de poder pôr em pratica os paternaes dezejos do meu Augusto Soberano, athé que sabendo destas intençoens o Illm. Barão de S. José de Porto Alegre a quem Sua A. Real premiou por ser sempre o primeiro a oferecer-se para qual quer nova tentativa, se resolveu a enviar um dos Seus Navios com o fim de felicitar a V. M., e renovar o tracto Mercantil entre esta Praça, e o estado de V. M., tanto na presente monção como na sucessiva; não duvidando quando seja do Real Agrado de V. M. entrar em qual quer ajuste que faça certo o seu plano, com aquellas vantagem de uma perfeita reciprocidade, e para este efeito tem dado as precisas instrucçoens ao Capitão do seu Navio Constantino José Lopes a quem S. Mag. fazendo 1.º Tenente da Real Marinha de Goa pelo serviço que aqui se distinguuiu na Expedição que apromptei nesta Cidade contra os Piratas Chinas em auxílio de S. Mag. Imperial, de cujos Mandarins estou cheio de muitas provas de favor, mantenho com elles desde quatorze annos a melhor

cação e apetrechos de guerra. Pelo que se vê na carta de Arriaga, o barão de Pôrto Alegre tivera parte activa na renovação das relações comerciais, o que não diminui a obra de Arriaga.

Carlos Manuel da Silveira é enviado ao Sião pelo conselheiro Arriaga

Em 1819, o conselheiro Arriaga promoveu uma expedição para o Sião por meio do navio «Viajante», propriedade de António José de Vasconcelos.

Para poder formar qualquer preliminar de convenção com aquele país, Arriaga nomeou carregador do mesmo barco «Viajante» Carlos Manuel da Silveira, para lhe alcan-

armonia por isso mesmo o nomei para que por mim, e por esta Governança fosse saudar a V. M., esperando em que V. M., haja de dar-lhe attenção, e prestar toda a ajuda, e favor a suas propostas, só afim de que eu possa alcançar a gloria de ver fichada no meu tempo a época de revivêr aquella antiga correspondencia, que tanto lizongeu sempre esta Governança, e que sendo sabido de S. A. Real, não tardará em dar a Vossa Magestade as mais significantes provas de quanto he sensível aos favores recebidos, por Seus fieis vassallos, e muito particularmente praticados para com o já citado Illm.º Barão, pelos muitos serviços que tem feito á Sua Real Coroa, já com empréstimos de sommas avultadas, e já com ofertas dos seus Navios para qual quer expedição necessaria ao Real Serviço, e já finalmente pelas relações de família que comigo tem: fazendo-se como primeiro nesta empresa, digno de alta consideração da parte de V. M., a quem seguro que quando acontecesse haver qual quer ocasião de poder prestar iguais officios aos vassallos de V. M., eu os praticaria cheio de maior satisfação, e com aquella attenção, e apreço com que tenho a honra de oferecer-me ao Real Serviço de V. M. que Dheos felicite por muitos annos, a bem dos Povos que tem a fortuna de serem regidos por V. Magestade.

Dado em Macão aos 22 de Novembro de 1816. (Assinado): Miguel d'Arriaga Brun da Silveira.

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

çar conhecimentos do que mais convinha, e deu-lhe instruções, aguardando, porém, que chegasse autorização do vice-rei da Índia, a quem mandou participar o facto pelo navio de Vias. E, para dar alguma protecção ao dito carrega-



965.—O Governador Bernardo José Maria de Lorena.

Conde de Sarzedas

Bernardo José Maria de Lorena (Conde de Sarzedas)

mento, lhe pareceu que o Leal Senado devia dar a risco 2.000 taéis, ficando êle, conselheiro, de promover os necessários presentes, «sem os quais não podiam verificar-se semelhantes comissões». O Leal Senado concedeu a Silveira 3.000 taéis a risco, ao juro de 15 %. Os presentes enviados

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

de Macau, no valor de 2.695 taéis, foram abonados pelo barão de Pôrto Alegre.

Em virtude das previstas vantagens no comércio com o Sião, e do favor que os portugueses ali gozavam, Carlos da Silveira foi dêste país a Goa, tendo então sido nomeado cônsul, em 27 de Abril de 1820, pelo vice-rei, conde do Rio Pardo, pela carta que segue:

«Atendendo a concorrerem, além de outras qualidades, as de bom préstimo, honesto procedimento e muita prática de comércio na Ásia na pessoa de Carlos Manuel da Sil-

«Ao Muito Nobil.^m e Ex.^{mo} Snr. Miguel d'Arriaga Brun da Silveira — O primeiro do Real Conselho de Sua Magest.^{de} Fidell.^{ma} Sr. Gram Monarcha Principe Regente do N. Reino de Portugal — Faço saber a V. Ex.^{ma} Snria. Eu Cha-Phajá-Phra-Khlang Primeiro Ministro de S. Magest.^e de Siam que no ano de 1816 recebi aplausivel letra de S. Ex.^{ma} Sn.^a com os mais Reaes Presentes para Real Magestade e Magnifico Rei meu Soberano, e por ella soube que a S. Real Magestade Fidell.^{ma} de Gram Reyno de Portugal respirava ainda hum saudososa lembrança preterida ao serviço de huma Real Advertencia e renovação d'amizade antigas. E com isto gratificamos muitos da sua Carissima e Real saudação e tambem por ella soubemos que a V. Ex.^{ma} Snria da Cidade de Macao, e aos maios N. Senhores da ditta Cidade determinara enviar Barco no seguinte anno com fazendas para commerciar neste Reyno; e finalmente de toda esta circumstancia tenho apresentado ao Real Magest.^{de} Senhor Rey na sua Audiencia Rial, e lhe agradava muito, e assim S. Magestade me ordena de responder á d.^a carta de V. S.^a gratuitamente, e tambem com os mais presentes p.^a oferecer a V. Ex.^{ma} Snria, e assim tenho eu executado justamente as suas ordens; a carta e os presentes todos entreguei nas maons do Capitão Constantino José Lopes; e por isso estive prompto esperando athé o presente acabada amonção não veio ainda nenhum Barco de Macao. Não sabemos de causa como foi, e assim Sua Real Magestade ordenar assim aos mais vassallos destabelecer e enviar este pequeno Bergantim ir para Macao, e destinou hum official por nome Luang-Luraza, José da Piedade, por Capitão

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

veira, o nomeou cônsul geral em a côrte de Bangkok e feitor da Feitoria Portuguesa, que vai estabelecer-se na mesma Côrte, por tempo de três anos, com ordenado de dois mil e quatrocentos xerafins em cada um, pago pela Real Fazenda de Goa, para o vencer sòmente no primeiro



Conde do Rio Pardo

D. Diogo de Sousa (Conde do Rio Pardo)

do dito Bergantim e levar a carta a V. Ex.^{ma} Snria e tam-
bem de os saber da resposta que foi enviada por Capitão
José Constantino Lopes; e assim pesso de V. Snria de cer-
tificar o primeiro com o dito Capitão José da Piedade para
que pode o dito Capitão trazer a noticia de certo limite da
monção que ha-de enviar o Barco para Siam para podermos
nos promptificar d'areceber com toda honra affectuosamente,
por que entendemos que os que vier por respeito d'amizade

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

triênio, devendo, findo este tempo, requerer reformação de seu título sem ordenado, e com a contribuição de um e meio por cento de tôdas as Fazendas importadas ou exportadas por navios portugueses e despachados nas Alfândegas do Reino do Sião, tendo estes emolumentos trato sucessivo para manutenção das despesas da referida Feitoria, que tôdas correrão por conta dêle, exceptuando as que se fizerem com os construtores e carpinteiros de navios e soldados da guarnição, podendo o Carlos Manuel da Silveira nomear interinamente vice-cônsules e feitores seus delegados e sujeitos à sua jurisdição para outros portos do mesmo reino.»

A 2 de Maio do mesmo ano largou de Goa para o Sião

não são como os outros mercantes senão por estimação que tivemos: Sabera V. Ex.^{ma} Snria quando na partida do Capitão Constantino José Lopes Sua Real Magestade Rei de Siam, teria recomendado que lhe faça possibilidade de procurar espingardas tanto que pode achar, athé o presente não tivemos a resposta dellas; e também faço saber a V. Ex.^{ma} Senhoria que haja bondade de mandar ao seo secretario que teve a curiosidade de por o seu sentido e que marque bem este sello, que vae sellado esta carta para que conheça bem que hé de mim — Chan-Phajá-Phra-Khlang, que sou primeiro Ministro de S. Magestade o Magnífico Rei de Siam.

E também peço V. Senhoria que haja piedade do dito Capitão José da Piedade, Lunang-Lurar-a Khon—que envio para ir aos pés de V. Ex.^{ma} Snria por que elle ainda novatiço nas cousas de comercio, se estivera elle algumas contradicções ou embaraço no seu dever, pesso que tenha delle piedade, e ajudar, e com isso não quero mais prolongar a Vossa Senhoria, e assim não terei mais que aplaudir a sua favoravel benevolencia, quando chegando a sua monção para retornar ao Siam pesso a V. Ex.^{ma} Senhoria de procurar retornar com posto sua monção e favoravel vento.

Dado em Siam ao primeiro de Julho de 1816 — Sello — do Chan-Phra-Phaja-Khlang.»

«Ao muito honrado, muito Excellente e Famigerado Senhor Miguel d'Arriaga Brum da Silveira etc. Eu Senhor Barcalão Sithamarath-dixa: amat Fkajamant pliput Kattana;

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

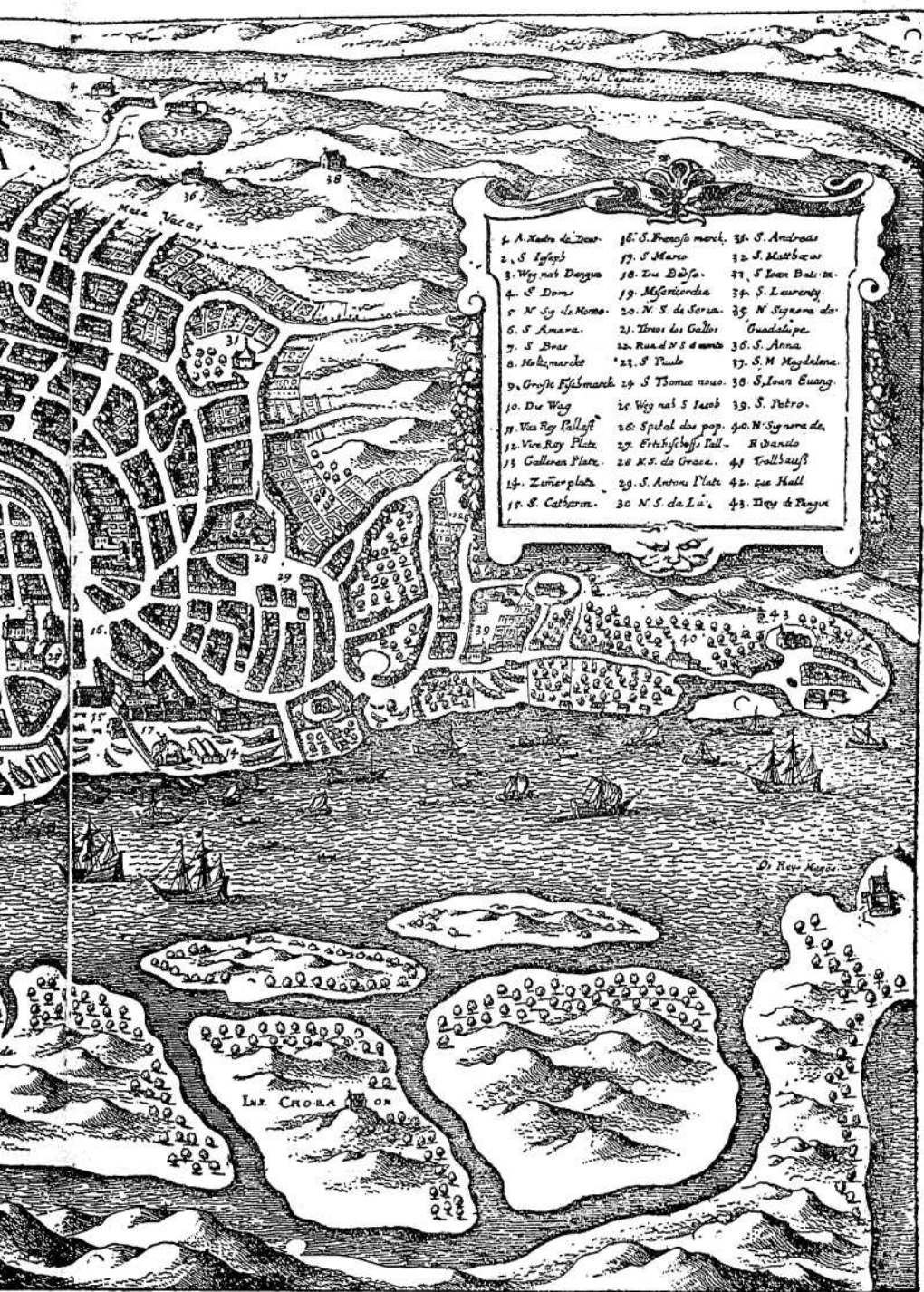
o brigue de guerra «S. João Baptista», conduzindo o cônsul Carlos Manuel da Silveira, portador de mensagens ⁽¹⁾, um escrivão, onze empregados, uma guarda de 5 soldados para a Feitoria, dois construtores de navios e dois carpinteiros, em satisfação do pedido feito pelo rei do Sião ao ouvidor Arriaga, o qual ficou encarregado de satisfazer a solicitação de armas e cristais da Europa, feita pelo mesmo rei.

Raxá Kossa thé Bodi apha-ja, pliri Bora, Pramma phaphu Jhan Chan Phajá Phra Kulang, primeiro Ministro do Serenisso El-Rei de Siam &. — Faço estas duas limitadas regras ao Senhor Miguel d'Arriaga Brum da Silveira, Conselheiro Comendador na Ordem de Christo &. — só afim de procurar a vossa felicidade, e também faço saber a Vossa Senhoria que tenho recebido a vossa honrada carta com todos os desejos, jubilos de alegria, enviada nas maons do Sr. Constantino José Lopes junta com seis rolos de Damasco os quaes foram oferecidos ao meu Serenissimo Senhor, Senhor Rei que com todo desejo suspirando a boa amizade que por longos tempos foi privada dos ambos os Governos; E que o Senhor Rei de Portugal foi mandado a V. S.^a de buscar renovar o antigo teato, será bem nessa Governança, porem a saber a V.^a S.^a que a Sua Real Magestade Ordenou ao Summo Principe Senhor Rei Segundo, de recomendar a V.^a S.^a que podereis mandar navios contratar o Comercio entre essa Praça, como V.^a S.^a tem escrevido a nós.

E se V.^a S.^a mandará o Navio a Comerciar nesta Praça, poderá trazer consigo duas ou tres mil espingardas, e o Serenissimo Senhor Rei venderá ó justo preço, ou se tiver necessidade d'alguma mercancia eu não negarei nem faltarei de ajudar os vossos commercios: o Sr. Capitão Constantino José Lopes chegado em Real Cidade de Siam, foi recebido dos nós officiaes, a quem o Senhor Rei tem dado por seo mantimento de cada dia 4 ticaes e tem dado mais 4 picos de callem para o mesmo Sr. Capitam.

E também faço saber a V.^a S.^a que foi entregado nas maons do Sr. Capitam Constantino José Lopes os seis picos de callem e hum pico de Dentes de Elefantes, enviados presentes a V.^a S.^a, pois não quero mais prolongar, faço o fim que envio a V.^a S.^a duas cartas, huma em lingua Siamica e





anta da cidade de Goa

(Da obra "The Portuguese In India", de Dangers)

Manuel José Gomes Loureiro, Secretário do Govêrno da Índia enviou ao rei do Sião uma carta e o tratado contendo 23 artigos, do qual foi portador o Feitor português naquele reino. Carlos Manuel da Silveira, assim como os presentes constantes de uma relação. Na mesma carta se comunicava que o vice-rei da Índia satisfazendo o pedido do Ouvidor de Macau, Arriaga, foi servido mandar passar a patente de capitão-tenente da Armada Real da Marinha de Goa a José da Piedade, vassalo do rei do Sião, e Patrão-môr do pôrto de Bangkok, atendendo aos serviços prestados por êle para as negociações entre as duas nações.

outra em Portuguez em que o mesmo sentido consiste, entregadas ao Sr. Portador; que Deos Felicite o Senhor Rei Regente de Portugal por muitos anos, a bem dos povos que tem a fortuna de serem regidos por Sua Rial Magestade.

Dada em Siam aos 23 de Dezembro de 1816 — Sello grande — sob o meo original, e sello das Armas Reaes da Corôa — De Siayuthaja —.

Ill.^{mo} Snr.

Admitindo o Rajak de Siam a renovação do commercio com esta Praça, conforme a carta que me enviou, entregue a José da Piedade seu Empregado, como descendente de antigas famílias denominadas Portuguezas, o qual na qualidade de Deputado vindo em hum Bergantim do mesmo Rajah, que me pede mande delle tomar conta, bem como da carga que lhe pôz a bordo para as Despezas da Deputação neste Porto, devo espero, que V. S.^a a quem se deve semelhante renovação, por ser quem com este fim ali mandou o navio Sam Miguel a levar a minha primeira carta, a que aquela serve de resposta, quererá encarregar-se do dito Bergantim e sua carga, a fim de que na realisação desta, não encontre o Proprietario qualquer lezão como muito receio da parte dos Chinas; dando V. S.^a em conformidade d'aquellas providencias que tiver por conveniente, e servindo-se avisar-me do que mais careça, para levar a efeito esta comissão que V. S.^a conheça quanto tem de influencia com o plano futuro. Entendo que o Deputado e sua comitiva devem ser socorridos de comida e caísa pelo Leal Senado, como he

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

O 1.º Ministro do rei do Sião respondeu ao vice-rei da Índia nos termos mais amistosos, concedendo-nos o terreno para Feitoria, ao cônsul honrarias e ao vice-rei da Índia presentes.

estillo entre os Aziaticos em tais circunstancias, exceto na oferta gratuita — que V.^a S.^a me mandou fazer de suas Lorchas para a descarga, e armazem para receber o trem da embarcação; nada mais resta do que aquela descarga para a qual acha V.^a S.^a inclusas as ordens para os guardas abordo, e para a Alfandega, a onde quero que se dê preferencias na entrada e bom agasalho ás fazendas do Bergantim cujos direitos V.^a S.^a não pagará sem receber a decizão do mesmo Leal Senado, que promoverão á vista da sua pequena monta e fim a que se destinam os generos, abonando V.^a S.^a com recibo do Deputado o necessario para as despesas de bordo.

Deus Guarde a V.^a S.^a

Macau (?) de Setembro de 1818. (assinado) Miguel d'Arriaga Brum da Silveira.»

(¹) Mensagens enviadas pelo vice-rei da Índia ao rei, príncipes e ministro do Sião, em 30 de Abril de 1820 :

«Eu, Diogo de Sousa, conde do Rio Pardo, etc., tendo sabido pela correspondência dos Ministros do Despacho de Vossa Majestade com o Conselheiro Ouvidor de Macau, Miguel de Arriaga, e pela pessoal referência do deputado Carlos Manuel da Silveira, que Vossa Majestade estava disposto com sinceros desejos a instalar com a Nação Portuguesa a mesma antiga paz, fiel aliança, e recíprocos interêsses de comércio, subsistentes em tempos remotos, me apressei mandar organizar pelo Conselheiro Secretário d'este Majestoso Estado os vinte e três artigos de um preliminar que sirva de base ao tratado ulterior, os quais serão apresentados a Vossa Majestade pelo expediente do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros; e muito estimarei, Vossa Majestade achando-os conformes aos princípios da Justiça, se digne prestar-lhe logo a Sua Régia Sanção, para produzirem sem delonga efeito nos seus dilatados domínios. Persuadido de que será agradável a Vossa Majestade a residência do dito Carlos Manuel da Silveira na sua Corte, o nomeou Cônsul Geral e Feitor da Nação Portuguesa para os Domínios de Vossa Majestade; nesta intelligência espero, que Vossa Majestade haverá por bem ordenar seja reconhecido com êsse carácter e se lhe guardem os Competentes Privilégios. Não menos espero, que Vossa Majestade permitirá que êle transmita à sua presença alguns pequenos presentes, constantes da nota do Conselheiro

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Por este importante documento foi feita a cessão a Portugal do território da Feitoria, o qual constitui um dos pergaminhos da nossa história ultramarina de maior valia, atenta à época em que tal facto se deu, os termos lisonjeiros para a Nação portuguesa em que se acha redigido e a categoria do rei do povo que fez tal concessão. Nele se afirma que o rei do Sião é mais inclinado à Nação portuguesa que a nenhuma outra, facto que é digno de registo e que as

Secretário deste Majestoso Estado, dirigida ao Ministro da respectiva repartição, os quais o meu reconhecimento à muito Alta Dignidade de Vossa Majestade a Rainha sua Esposa, e do Príncipe seu presuntivo Sucessor.»

«A Sua Alteza Serenissima o Príncipe Kroma Chiet. Eu, Conde do Rio Pardo, Vice-Rei da Índia, etc., participo a Vossa Alteza Serenissima que, chegando a esta capital Carlos Manuel da Silveira, comissionado pelo Governo de Macau para tratar nessa corte de Bangkok objectos do comércio entre as duas nações e dando-me conta não só do bom acolhimento como ai fôra recebido mas de todas as particularidades circunstâncias com que foram atendidas as suas proposições, deliberei enviá-la outra vez a esse reino com o carácter de cônsul e feitor em o brigue de guerra de «S. João Baptista», para entregar ao Ministro do Estado dos Negócios Estrangeiros do Magnifico Rei de Sião os artigos do preliminar da paz, aliança, amizade e comércio que mandei formalizar sobre bases extraídas da correspondência dos Ministros de Sua Majestade com o magistrado de Macau: Muito estimarei que V. A. S., pelo seu reconhecido Governo em promover a felicidade do país do Sião, e em instaurar as relações comerciais com os portugueses, antigos e fieis aliados do Sião, se digne obter de S. M. a régia aprovação dos mesmos artigos e deputação de emissários que com plenos poderes venham aqui concluir o tratado iniciado neles, para cujo transporte ofereço na vinda e ida o dito brigue, o qual espero V. A. S. tome debaixo da sua protecção e faça regressar com respostas imediatas que a monção der lugar.

«Tenho por esta ocasião a honra de apresentar a V. A. S. os meus respeitos e rogar-lhe queira receber benignamente uma pequena oferta do meu affecto mencionado na relação que o secretário deste Majestoso Estado inclui em a carta dirigida ao honrado Phau Phaja Phra Khlanj.»

«Muito honrado e grande Ministro do Sião — Nas lisonjeiras esperanças de que um tratado novo restaurará as antigas relações de amizade que nos dilatados anos subsistiram entre os monarcas de Portugal e Sião, cumpro o meu dever apresentar os meus respeitos a V. A. R. e pedir-lhe se digne receber benignamente uma pequena demonstração do meu reconhecimento, dirigida pelo Conselheiro Secretário deste Majestoso Estado ao ministro da Repartição de El-Rei seu pai.»

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

poderosas nações inglesa e americana tiveram ocasião de verificar em tôdas as suas tentativas de estabelecimento de um consulado, que só conseguiram depois de 1855.

Instruções particulares dadas ao cônsul Sílvêira

As instruções dadas pelo vice-rei da India ao feitor Carlos Manuel da Silveira, além das que em officio de 30 de Abril de 1820 foram mandadas publicar no livro do consulado, eram, em resumo, do seguinte teor:

- 1.^a — Instar pelo cumprimento da promessa do rei do Sião para construir a nossa Feitoria em Bangkok;
- 2.^a — Pôr em execução determinados artigos do preliminar no tocante aos interesses do nosso comércio;
- 3.^a — Esforçar-se por obter a redução dos direitos a pagar pelos portuguezes nas suas alfândegas;

«Eu, Tchau Phis Phaklão, Primeiro Ministro de S. Majestade o Rei de Sião, faço saber a V. Ex.^a e Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. D. Diogo de Sousa, Vice-Rei e Capitão General do Estado da India, que recebemos as cartas e ofertas enviadas por V. Ex.^a pelo Cônsul Geral, e eu o fiz introduzir a Audiência de S. Majestade o Soberano o mais amado dos seus Povos, e juntamente o Comandante do Brigue com os seus officiais, e havendo S. Majestade tomado conhecimento do conteudo das Cartas de V. Ex.^a, e as do Ministro de Macau para renovar a antiga amizade dêste Reino com Portugal, e estabelecer uma Feitoria com a residência de um Cônsul neste Reino para o que se deram as prontas providências para se pôr em execução, e se entregue ao Cônsul Geral Carlos Manuel da Silveira, um chão, que lhe parece próprio e conveniente com 72 braças de Sião ao Longo do Rio, e 50 ditas de fundo e com dois gudes para fazer Navios, com privilégio que todos os portuguezes poderão vir aqui negociar como antigamente, porquanto S. Majestade é mais inclinado à nação portuguesa que a nenhuma outra. O Cônsul Geral e Comandante do Brigue, e seus officiais receberão 4 meses de comedorias a 160 ticaes por mês, e o mesmo Cônsul Geral S. Majestade foi servido honrar-lhe com o Titulo

4.^a — Procurar introduzir a nossa pólvora de Goa com privilégio exclusivo, pelo preço de uma rupia a libra, a-fim-de dar mais actividade e conveniência à nossa fábrica;

5.^a — Vender armas concertadas;

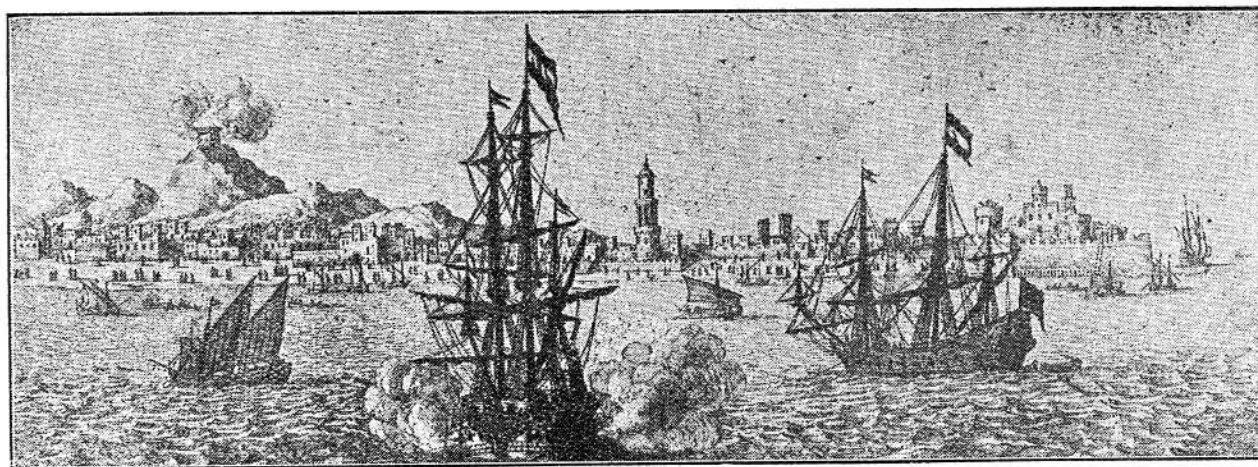
6.^a — Manifestar o desejo de que comissários venham com plenos poderes coordenar o tratado definitivo;

7.^a — Procurar restabelecer a nossa Missão como succedeu no ano de 1786;

8.^a — Evitar tôdas as complicações que desagradem e transtornem as negociações;

9.^a — Manifestar desejos de collocarmos a Feitoria no pôrto da Ilha de Tchon Semoisan, para o comércio e construção de embarcações, e, logo que conseguida fôr essa permissão, procurar immediatamente administrá-la.

de Luong Phai Phanit, e o cingiu com as insignias daquela Graduação. As ofertas de V. Ex.^a para S. Majestade foram recebidas tôdas, e entregues aos seus Officiaes respectivos. S. Majestade ordenou ao seu Ministro para enviar a V. Ex.^a pelo Comandante do Brigue «S. João Baptista» 100 picos de açúcar, 3 de marfim, 15 de calem, 20 de pimenta, 3 de tinta amarelada, e espera que V. Ex.^a aceite em consideração à sua particular estima. As ideias de V. Ex.^a, unidas às do Ministro de Macau Il.^{mo} Sr. Miguel de Arriaga Brun da Silveira, a fim de instaurar a antiga amizade dêste Reino com o de Portugal o faz dignamente merecedor de ser o 1.^o Representante de S. Majestade o Rei de Portugal na India. E se esta amizade fôr com efeito restabelecida firmemente, como deseja S. Majestade, e os Portugueses aqui venham commerciar francamente, será um motivo de eternizar para sempre o nome de V. Ex.^a, entre tôdas as nações do Mundo inteiro até que exsista o Céu e a Terra. S. Majestade recomenda-me avisar a V. Ex. para que se sirva informar a todos os mercadores que aqui venham que tragam espingardas bastantes, e boas, porque S. Majestade muito necessita delas. Deus Guie a V. Ex.^a por muitos anos, Bangkok aos 5 de Lua do 12 mês do ano Marong de 1182, que corresponde à Era Cristã 9 de Novembro de 1820.»



Outra vista de Macau

De Goa é enviado o P.^e Agostinho Borges

Depois de uma longa interrupção na acção religiosa exercida por portugueses, o vice-rei empregou os maiores esforços para enviar um padre para o Sião. Tais esforços originaram uma troca de correspondência algo azêda com o bispo de Goa, Fr. Manuel S. Gualdino, que se justificava em não satisfazer tal pedido, não só por o Sião já não pertencer à diocese de Goa ou de Malaca, facto êste que lhe não permitia exercer jurisdição para confessar, etc., mas também porque, dos oitenta portugueses ali existentes, apenas 30 insistiam em que se lhes enviasse o padre e se queixavam do bispo francês, vigário apostólico do Sião. Finalmente, o vice-rei da Índia conseguiu que fôsse enviado Fr. Agostinho Borges, com o fim de satisfazer a solicitação dos cristãos de Sião e em especial os da confraria de N. S. do Rosário, que não queriam subordinar-se aos missionários franceses, lá estabelecidos.

É de estranhar que à insistência dos portugueses pedindo que lhes fôsem enviados mais padres, o prelado de Goa, lhes tivesse respondido mandando-os entregar aos vigários apostólicos franceses tudo que lhes pertencia do culto religioso, com a ameaça do inferno se continuassem a ser rebeldes. Assim era satisfeita a vontade de Roma, ainda que se perdesse o prestígio de Portugal!

Ouvidor Miguel de Arriaga

A extraordinária personalidade do Grande Ouvidor de Macau, Miguel de Arriaga Brun da Silveira, que tão decisiva e importante influência teve nas relações portuguesas com o Sião, força-me a abrir um parentesis para lhe consagrar umas breves e justas linhas de apreço e homenagem, tanto mais justas quanto é certo que dos seus biógrafos, que conheço, nenhum se referiu ao seu enorme esforço para reatar com aquele país as perdas e outrora grandes relações de amizade, esforço êsse que tão altamente elevou e prestigiou Portugal no mais remoto canto da Ásia.

Nada justificaria o meu silêncio em volta do seu nome, que nos aparece como a última chama de viva e fecunda

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

intensidade a tremeluzir no crepúsculo da nossa decadência política e comercial no Oriente.

Ainda que obscuro e modestíssimo obreiro da história colonial, eu julgo que seria imperdoável a ignorância de tal individualidade ou o seu esquecimento, porque ignorar a vida e obra de Arriaga seria desconhecer uma das épocas de maior actividade mercantil e maior honra para Portugal na Ásia e seria prosseguir na injustiça que algumas vezes ainda hoje cometem para com o magistrado que tão crivado de injustiças foi, pela política do ódio e pela ingratidão dos homens do seu tempo.

De resto, de que serviria a História se às sociedades e épocas recuadas não fôssemos colher os ensinamentos que elas nos legaram para nos servirem de advertência no futuro?

Disse Herculano :

«Para faltar de amarguras os corações que amam a terra da Pátria, não é necessária a história; sobra-nos a vida presente.»

Assim tão desprezado tem sido, infelizmente, na nossa terra, a história colonial, como ramo indispensável da história pátria, que quasi nos limitamos a reter uns vagos indícios do que foi essa colossal afirmação de vitalidade da nação, além-mar, e sobretudo no Oriente.

Foi nos enredos mesquinhos que se perderam os grandes homens. Pela ignorância se poderão perder as Colónias, êsses legados preciosos alcançados e mantidos à custa dos mais extremados sacrificios, se não se revelar devidamente, com as suas necessidades presentes, a sua vida anterior, quero dizer, a sua história, que ainda será a nossa melhor arma para fazer calar as insaciáveis e inquietantes cobiças alheias.

Se Arriaga não foi o expoente máximo da nossa acção no Extremo-Oriente, durante os últimos séculos, não sei quem melhor possa ter sido um representante dos portugueses de 1500, transviado noutra época. Bastaria o exame dos seus planos de comércio e estreitamento de relações com a Índia e outras colónias e países para que êle deva ser considerado um grande administrador e um grande português.

BOLETIM DA AGENCIA GERAL DAS COLÓNIAS

A geração que em Macau se lhe seguiu, e que se devia ter educado na acção cívica do seu exemplo e na robustez moral dos seus objectivos, sumiu-se sem deixar mais que um lampejo de glória em Mesquita.

E de que culpas ela se poderia acusar neste momento! Deixemos isso, para seguir o astro na curva ascensional da sua glória.

Arriaga, que para alguns passou por ser o Marquês de Pombal de Macau, descendia de uma família nobre da ilha



Mesquita atacando o Forte de Passaleão

do Faial e foi tio-avô do primeiro Presidente da República Portuguesa, dr. Manuel de Arriaga. Filho de José de Arriaga Brun da Silveira e de D. Francisca J. B. da Câmara, foi cursar leis na Universidade de Coimbra, concluindo a sua formatura em 1800, tendo 24 anos de idade. Pelo favor da Corte e pelos seus merecimentos pessoais ascendeu no mesmo ano ao cargo de Juiz do Crime do Bairro da Ribeira, em Lisboa, sendo pouco depois promovido a desembargador da Relação da Índia, com o cargo de Ouvidor Geral de Macau e tendo superintendência sobre Alfândega, Câmara, Fazenda, Órfãos, Confrarias, Capelas, Defuntos e Ausentes.

Tendo chegado a Macau em 28 de Julho de 1802, e tomando posse do seu cargo, imediatamente se revelou «um digno ministro, honra dos togados e coluna forte da glória nacional», como disse José Inácio de Andrade, onze anos depois da sua morte.

Arriaga, que «sabia que a justa distribuição dos prémios e das penas é a melhor acção do governo sobre o

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

povo, servia-se desta principal mola do coração humano para animar a virtude e o mérito e obrigar o interêssse particular a promover o interêssse público».

Amante da justiça e tendo no mais alto grau a dignidade da sua profissão e o orgulho da pátria a que pertencia, tinha a meúdo a frase que bem se podia pôr diante de todos os governantes portugueses: «Os favores dados à incapacidade são roubos, feitos ao merecimento, e as recompensas dadas a quem serve a Pátria são dívidas que o Govêrno paga por ela».

Sem descurar por um instante o que mais lhe cumpria, Arriaga, pelo ano de 1805, levou os chineses a reconhecerem e respeitarem a nossa soberania, fazendo julgar pela nossa justiça um caso de assassinio em Macau, na pessoa de um chim, feito por um siamês.

Quando o almirante Drury quis ocupar Macau, a pretexto de defender esta nossa colónia dos francezes, foi Arriaga quem conseguiu que aqueles retirassem com uma provocada ameaça dos chineses, e que êstes, por fim, em número de 80.000, que se achavam dispostos a marchar sobre Macau, desistissem do seu intento.

Infestando os mares da China e ameaçando a própria dinastia chinesa o célebre pirata Can-Pau-Sai, foi Arriaga quem, combinando e preparando o ataque que o havia de fazer render-se, aprestou os navios, e do seu próprio bolso mandou construir duas canhoneiras para tal fim.

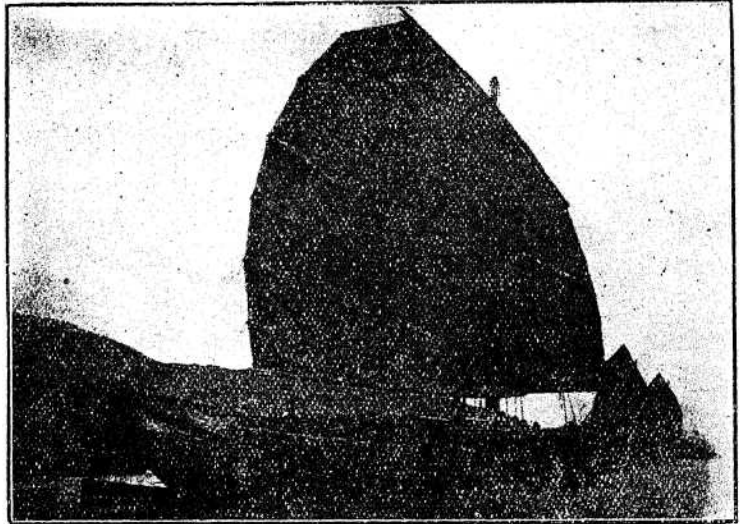
No encontro de Arriaga com os mandarins e Can-Pan-Sai, para tratar da rendição, o *Tigre do Mar*, — como êste era conhecido, — dirigindo-se a Arriaga disse-lhe:

«Grandes motivos me fazem render e tratar convosco da minha capitulação para entrar na classe dos «Colaos», como me prometeste pelo Imperador. Mas confesso-vos que o principal foi conhecer o fulcro da alavanca destruidora do meu poder. Já vos vi; estou satisfeito. Devo muito à natureza e à minha assídua aplicação; mas em tudo me acho vencido por vós». E voltando-se para os mandarins: «Tendes por experiência de 14 anos visto quão poderoso e vigilante foi o meu sceptro: sabeis agora da minha bôca que o valor português foi quem o destruiu. Aqui me tendes: espero que me trateis como homem livre e destemido.»

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Arriaga, segundo descreve Andrade, era «dotado de presença cavalheiresca e gentil, de uma fisionomia onde se compadeciam os índices do génio com os da maior bondade do coração e de maneiras tão urbanas como sedutoras», conciliava o respeito com a familiaridade, sendo a sua casa o asilo de todos os malfadados.

As suas dádivas a albergues, a viúvas e órfãos; a vacinação, de que pela primeira vez se fêz uso na China quando



Lancha chinesa artilhada

as epidemias devastavam a população; a distribuição de alimentos, quando a fome batia à porta dos desamparados, e outros actos de generosidade e filantropia, sobretudo quando as tempestades açoutavam a colónia e deixavam sem asilo as suas vítimas, fizeram-no adorado pelos pobres e humildes.

Dêle disse, na sua conferência no Instituto de Macau, intitulada «Silhouettes portugaises d'Asie», o meu venerando amigo e erudito escritor e investigador histórico P.^o Regis Gervais (Endore de Colomban) ⁽¹⁾, a quem Macau tanto

⁽¹⁾ Missionário francês ao serviço da Diocese de Macau, desde 1917 a 1927, como professor do Seminário. Modêlo de virtudes, raro exemplo de infatigável investigador histórico e de gratidão e admiração por Portugal. Entre as suas publicações é de salientar: *Hommes et choses d'Extrême-Orient* (2 séries), *Zéphyrin Guillemin*, *Grisailles* (3

deve, e a quem o nobre Portugal, por êle tão exaltado na imprensa nacional e estrangeira, tem em aberto uma dívida de gratidão que cêdo ou tarde tem de ser paga:

«Ce latin de haute souche et d'education privilégiée, fut le Ricci civil de la Chine au 19^e siècle; et l'Histoire qui l'oublie, devrait inscrire son nom dans les fastes les plus memorables que l'Europe a dressés en Asie depuis Marco-Polo.

Car son rôle social dans ces contrées de tourmente chronique ne se borna pas à rehausser le bon renom portugais, mais encore à révéler aux Jaunes la science du *pouvoir rayonnant* d'un de ces *barbares d'Europe*, que n'était pas comme les autres.

L'on parle beaucoup et avec raison à Macao de l'énergie civique du lieutenant de Mesquita qui, avec une poignée de volontaires, mit en fuite une armée d'envahisseurs; l'on vante aussi la fermeté du gouverner Amaral qui paya de sa tete l'indépendance de la colonie. (1849). Mais combien je préfère au courage de ces héros d'une heure, la patiente vante aussi la fermeté du gouverner Amaral qui paya de industrie d'Arriaga sa douce bonhomie qui lui gagne tous les coeurs, et qui le dispense, pour remporter haut la main les plus belles victoires, de verser son propre sang et celui d'un peuple ombrageux qui avait appris à l'aimer.

Oh! si l'idée venait un jour aux édiles de cette cité, d'élever une statue à ce grand citoyen, nous serions tous fiers de le désigner du doigt aux passants et de leur dire: Ce fut Arriaga, dernier champion en Chine de l'honneur Européen.»

(Continua)

séries), *Brimborions*, *Esquisses jaunes*, *Resumo da História de Macau*, *Histoire abrégée de Macao* (2 volumes), Principal redactor, durante muito tempo, do «Boletim Eclesiástico», ali iniciou a sua projectada obra sobre a influência portuguesa na China, a qual destinava, por gratidão, à familia de Carlos da Maia. Em Pequim, como colaborador da *Politique de Pekin*, tem continuado a mostrar à China e ao mundo a generosa acção de Portugal no continente sinico.

Cap. Assommo do Homem

LUGARES SELECTOS DA BIBLIOTECA COLONIAL PORTUGUESA

VISCONDE DE SANTRAEM

Algumas cartas inéditas

(Com introdução e notas por Vicente de Almeida Eça)

(Lisboa, Sociedade de Geografia, 1906. Págs. 59 a 62, 79 a 81)

XVI

(Com outra lettra) Recebida em 6 de Junho

Paris 18 de Maio de
1840. Rua Blanche, n.º 40

Meu q.^{do} Sob.^o e Am.^o do C.

Ponho de parte a analyse de um precioso manuscripto do XV^o seculo destinada ao *Recueil des Savants Étrangers* p.^a lhe agradecer as suas estimaveis cartas de 16 e 26 do passado que m.^{to} prazer me derão.

Muito teria a dizer ás divisões que Garret fez da Historia, mas uma carta tem limites tão estreitos que não é possivel convertela em um tratado, ou em uma Dissertação. Entretanto vejo com prazer que dicessem ahi pela primeira vez cousas novas, e importantes a que não estavam acostumados ouvidos portuguezes. As observações que por agora farei consistem em as seguintes.

1.^a Que entende elle por historia *Barbara*? A cultura e civilização humana não acabou de todo no V^o seculo com a invazão dos Povos do Norte. No VI^o e VII^o seculo que forão os da maior barbarie em França não o forão na Península, nem na Italia mesmo. Os Godos erão mui differentes dos Francos. Theodorico lia os classicos, presava as sci-

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

cias. Na Peninsula Hispanica havia escriptores encyclopedicos como Izidoro de Sevilha ou de Beja, e os Godos promulgarão um Codigo. Ora um povo que promulga um Codigo de Leys não é Barbaro. Esta é a maneira de pensar de todos os criticos, e de todos os publicistas. Ao que vejo pela sua carta elle tocou em algumas d'estas cousas. Mas profundou-as elle? Julgo que não. A Peninsula não teve em meu entender uma epoca de Historia Barbara, senão a anterior á dos Phenicios, e isso mesmo é m.^{to} duvidoso quando se lê uma passagem d'Herodoto que cito e analyso na m.^a obra, e outra de Cicero sobre a observação de um eclipse feita em Cadix no anno de Roma 350. Saltando destes tempos remotos ao que elle diz que se não poderá entender a historia d'Affonso d'Albuq.^e sem ler S. Fran.^{co} X.^{er} e Fernão Mendes Pinto, direi que della se não entenderá nada se se fizer esta só leitura. Que p.^a se entender é necessario ler as tradições transmittidas desde Herodoto, Ctesias, Plinio e Agatharchide, e Marco Paulo, e Cosmas que prepararão os Planos do Gabinete Portuguez successivamente, e influirão no animo do g.^o e terrivel Albuquerque. — Eis-aqui o que digo em um §º da m.^a intruducção á g.^o obra que preparo.

«Tous les historiens nationaux ou étrangers ont partagé cette admiration et cette surprise d'autant plus sincèrement qu'ils n'en avaient pas su, il faut le dire, apercevoir la moindre trace des causes qui préparèrent ce peuple à entreprendre et à exécuter les expéditions maritimes qui ont fait rejaillir sur lui une si grande gloire.

«Ils n'ont point remarqué comme l'a fait un illustre savant: qu'à toutes les époques de la vie des peuples ce qui tient à propager la raison, au perfectionnement de l'intelligence, *a ses racines dans le passé*, dans les siècles antérieurs et cette division des âges, *consacrée par les historiens modernes, tend à séparer ce qui est lié par un enchaînement mutuel*.

«Souvent au milieu d'une inertie apparente des grandes idées ont germé dans quelques esprits supérieurs. Dans le cours d'un développement intellectuel non interrompu, mais limité pour ainsi dire dans un petit espace, de mémorables

découvertes ont été dues à (?) des impulsions lointaines et presque inaperçues ¹

«L'examen des causes successives qui ont amené le peuple Portugais à prendre dès le XV^e siècle le premier rang dans la carrière des découvertes maritimes n'a pas encore été tenté.

«C'est de cet examen que nous allons nous occuper, car chaque époque du genre humain n'est intelligible qu'autant qu'on l'étudie à l'aide d'une connaissance approfondie des époques antérieures.

«L'étude des traditions mêmes qui se sont transmises d'âge en âge devient essentielle dans ces sortes de recherches par l'influence immense qu'elles exercèrent sur l'esprit des peuples et sur les événements.

«Les récits d'Herodote sur l'expédition des Tyriens qui fit le tour de l'Afrique, ceux des Possidonius sur une expédition semblable renouvelée sous le règne de Darius, ceux de Pline sur le Périple d'Hanon, ceux d'Heraclide de Pont et l'Eudoxe de Cysique, de Cornelius Nepos, et plutard ceux des Arabes dans le Moyen-âge, tous ces recits, n'en doutons pas, ont exercé la plus grande influence sur la première tentative qui fût faite par Barthelemy Dias pour passer le Cap des Tourmentes, et à son tour le voyage du célèbre marin portugais, fit naître la résolution à laquelle l'Europe fut plutard redevable de l'expédition de Gama.

«Dèjà antérieurement, etc.»

N. B. Seria mui longo transcrever aqui a continuação para lhe mostrar como os acontecimentos se encadeião e a influencia da leitura classica, e das tradições. Apenas transcreverei outra passagem relativa a Albuquerque e o Conde apreciará as m.^{as} idéas, e poderá comparal-as com o systema historico do Garret.

«De même l'indication qui dans la relation du voyage de Néarque nous apprend que l'île aujourd'hui appelée Ormuz était l'entrepôt du commerce de la cannelle et des marchandises de l'Inde, de même dis-je cette indication suffit pour déterminer Albuquerque à s'emparer d'Ormuz, et à se rendre maître par-là de la plus grande partie du com-

¹ Humboldt — Exam. Crit. du Nov. Cont. (Nota do A.)
BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÔNIAS

merce de la Perse avec l'Inde. D'un autre côté ce savant Général conçut le dessein de dérober le Nil à l'Egypte pour tirer vengeance du Soudan qui s'opposait aux entreprises commerciales des portugais dans la mer Rouge, il faut reconnaître l'influence qu'avait exercée sur son esprit les récits de l'ambassade que dans le XII.^e siècle le Calife d'Egypte avait envoyé au roi d'Ethyopie pour obtenir qu'il lachât les écluses au Nil en faveur de l'Egypte, récits auxquels il faut ajouter ceux qu'Albuquerque avait trouvés dans l'histoire de Jean Cantacuzène où il est dit que le Soudan d'Egypte craignant que les Jacobites qui étaient établis sur les rives du Nil ne fussent tentés de changer le cours des eaux de ce fleuve, ne negligea rien pour concilier les bonnes dispositions de ces religieux.»¹

Cito-lhe apenas estas passagens da m.^a obra p.^a que veja que não é só pelas obras de S. Francisco Xavier, e de Fernão Mendes Pinto que se pode entender a historia d'Aff.^o d'Albuquerque.

Peço ao Conde que não diga m.^{to} por ahi o systema que sigo neste trabalho porque sei que alguém tem feito todas as diligencias para mo pilhar antes da publicação e aproveitar-se das m.^{as} ideas. Tenho-me negado até agora a fazer

¹ Lendo estes dois extractos, vendo a insistência e o desvanecimento com que Santarem se refere tantas vezes á sua obra, e sabendo-se que em 1842 appareceu o livro intitulado *Recherches sur la priorité...* (de que se trata na Carta XVIII), poderia supôr-se que seria esta a obra citada, ou que pelo menos nela se incluiria o assunto especial de que esses trechos se occupam. Percorrendo, porém, o vol. das *Recherches*, nele a pag. CIII da Introdução, se lê o seguinte: «Dans un autre volume que nous proposons de mettre sous presse dans le courant de cette année, et dans lequel nous examinons les causes qui auraient pu préparer les Portugais et les Espagnols à entreprendre au XV.^e siècle leurs grandes expéditions maritimes, nous développerons plusieurs points de l'histoire des systèmes cosmographiques et des cartes, que nous n'avons fait qu'effleurer dans cet ouvrage.»

Ora o livro publicado em seguida ao das *Recherches* foi o *Essai sur l'histoire de la Cosmographie*, e poderia então supor-se que nele se incluiria a obra de Santarem. Percorrendo cuidadosamente os tres volumes publicados da Historia da Cosmographia, nada encontrei que se parecesse com os trechos transcritos nesta Carta; nem as matérias tratadas nesses três volumes pediam tais trechos. Entrariam, porém, êle nos subseqüentes volumes, segundo o plano do autor?

Esse plano é apresentado na Introdução da obra (Tom. I, pag. LX),
BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

a menor comunicação excepto aos *gros bonnets* da Academia aqui, e que me tem não só animado, mas instado com todas as forças para que o publique q.^{to} antes.

Estou em arranjo com um Livr.^o veremos o que se poderá fazer.

A proposito de publicações remetto incluso um prospecto de uma que temos aqui entre mãos e de que já se começou a impressão.

Diga-me se a S.^{ra} D. Leonor da Camara gostou de ler a analyse da publicação de Varnhagen?

Continue a escrever-me as suas interessantes cartas senão por todos os paquetes ao menos de 15 em 15 dias.

Ad.^s meu Conde não tenho hoje tempo para mais. Tenho a corregir as provas das minhas notas a Schaefer que publica o Livr.^o Parent Desbarres e as dos art.^{os} D. Henrique, e João de Barros para as *Encyclopédies des Gens du Monde, et du XIX.^e Siècle.*

Seu Tio e Am.^o f. e Obrg.^{do}

Manuel

P. S. — Recados aos seus e aos meus. Não se esqueça de me mandar as notas que lhe pedi sobre o Conde de Barbacena pay.

e por êle se vê que esta deveria compôr-se de cinco partes. Os três volumes publicados por Santarem abrangem a 1.^a e a 2.^a parte, pois, não obstante a pag. 305 do tomo I se escrever: «Fin de la deuxième partie», certo é que os tomos II e III contêm apenas a «Suite de la deuxième partie», e a pag. 459 do tomo III novamente se lê: «Fin de la deuxième partie». E foi tudo quanto se publicou. Segundo o plano, na 3.^a parte deveria o autor tratar do estado dos conhecimentos hydrográficos na Idade Média; na 4.^a dos progressos dos conhecimentos cosmográficos e geográficos devidos aos descobrimentos dos Portugueses e Espanhois; e finalmente na 5.^a parte trataria dos progressos da hydrografia devidos aos descobrimentos dos marítimos das duas nações. Por este programma não é facil admittir que a obra de Santarem entrasse na 4.^a ou na 5.^a parte, salvo se o primitivo plano tivesse sido modificado depois.

Demais, como aliás já se disse noutra nota, Santarém na sua Carta de 29 de Setembro de 1844, fala em dar a *última demão* à sua *última obra de erudição*, na qual se abrange a matéria a que os trechos citados pertencem.

E assim, considerando tudo isto, somos levados a concluir que a obra se perdeu, ou pelo menos que não sabemos onde existe o manuscrito!!

(Nota do falecido vice-almirante Vicente de Almeida de Eça).

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Paris, 3 d'Abril de 1842.

Meu q.^{do} Sob.^o e Am.^o do C.

Recebi hontem finalmente o Indice Chronologico das Navegações e viagens dos Portuguezes composto plo Sr. Patriarcha e que veio acompanhado da sua boa cartinha datada de 13 de Novembro do anno passado!!! Nada menos de que 4 mezes e meio em caminho! Recebemos aqui noticias da China em menos tempo. Esteve pois este livro encailhado ou em Lisboa, ou mais provavelmente em Londres á espera de portador.

Li-o com attenção, e pareceo-me um trabalho util pela concizão. E' um compendio, ou antes Indice como bem lhe chamou o Autor dos descobrimentos e viagens que facilita ao investigador a indagação dos factos pelas datas, comtudo *entre nós e aqui para nós*, a sua utilidade historica seria maior se o Autor tivesse tido o cuidado de citar sempre as fontes como fazem os sabios cá por fora, e mesmo aquelles que o não são. Ainda não ha muito vi eu os excellentes resumos historicos approvados pelo Conselho desta Universidade, nos quaes não só se citão as fontes em as notas, mas até os textos. A razão disto é bem clara. Consiste em que uma regra de critica historica nos impõem o dever de citar a autoridade, pois nós não temos nenhuma para affirmarmos factos que se passarão nos tempos e seculos anteriores.

A pag. 234 quando trata do *Preste-João* faltou-lhe a erudição necessaria para mostrar quando, e como começou na Europa a tratar-se da existencia daquella personagem Nestoriana no Oriente, onde o collocarão nos seculos 12, 13, e 14, finalmente quando se desenganarão que não existia no Oriente, quando o transportarão para a Africa Oriental.

Mas todos estes pequenos reparos não diminuem cousa alguma na importancia, e utilidade do Livro, perfeitamente escripto, como elle costuma, e ao que elle presta e dá a preferencia em todas as suas composições. Eu vou dar conta deste opusculo em um artigo dos *Annales des Voyages*, e

conto fazer-lhe elogio, por que penso como se pensa cá por fora. S. Em.^a a unica vez em que fallou no meu nome foi em a nota a p. IV da Introdução, dizendo, e *dizendo bem* ou por outra fez bem em o dizer. «Quando isto escreviamos ainda não tinha apparecido a edição da obra de Azurara, ha pouco publicada em Paris pelo Sr. Visconde de Santarem.» Em quanto a pag. 156 fallando da publicação do Diario da navegação de Martim Affonso de Souza, diz (veja-se o Diario desta navegação ha pouco publicado pelo Sr. F. A. de Varnhagen *com mui eruditas e interessantes Notas.*)

Dois formidaveis artigos publicados pelo *Journal des Savants* sobre a Chronica de Azurara e o meu trabalho das notas me consolão da preterição que S. Em.^a me fez preferindo o rapaz novato, ao veterano que ganhou todos os postos á ponta da penna, e isto sem cessar á 35 annos a esta parte.

Tãobem tratando de D. João de Castro, do seu saber esqueceo-lhe dizer como eu pela primeira vez o tinha provado em uma Dissertação publicada pela Sociedade geographica de Paris, tanto mais que ahi fiz elogio a S. Em.^a pela sua nova edição da vida de D. João de Castro por Jacinto Freire, apesar de S. Em.^a publicar anexas varias cartas, e documentos, tirados dos meus Manuscriptos que me levarão para a Torre do Tombo, tirados da minha casa, e sem citar a collecção, nem tão pouco citar as cartas escriptas por El-Rei D. João III áquelle grande homem de que eu tinha dado a lista chronologica em uma longa nota da minha obra publicada pela Academia em 1827 intitulada *Noticia dos Mss. Portuguezes existentes em Paris*, obra que elle conhece perfeitamente.

Repito a este respeito o que dizia o P.^o Vieira — Que é necessario vir tomar ares cá para fora — «que o P.^o que tinha escripto em «Portugal uma cousa, quando veio tomar ares escreveo o contrario».

Isto dizia o sagaz Jesuita já no seculo 17, e que progresso que tudo tem feito por cá desde aquella epoca!!

Conto enviar a S. Em.^a (apesar destes esquecimentos) um exemplar colorido do meu Atlas acompanhado de um

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

volume de texto de mais de 400 paginas, e que impresso em maior caracter daria dous, e tem o seguinte titulo —

«Recherches sur la priorité de la découverte des Pays situés sur la Côte Occidentale d'Afrique au delà du Cap Bojador, et sur les progrès de la Science géographique, après les navigations des Portugais au XV^e siècle — accompagnées d'un Atlas composé de Mappemondes et de Cartes pour la plupart inédites dressées depuis le XI^e jusqu'au XVII^e Siècle.»

Fiz pela primeira vez n'esta obra, ou para melhor dizer discuto, e publico todos os Systemas Cosmographicos de toda a Idade Media até aos descobrimentos dos Portuguezes no XV.^o seculo. Começo pois em Macrobio, Orosio, Prisciano e Philostorge no V.^o seculo e corro os 10 seculos até aos nossos descobrimentos. Alli publico pela primeira vez tãoobem muitos textos dos Cosmographos, e geografos Arabes ineditos, desde Albyroug até Ibn-Khaldoun contemporaneo de Azurara, todos os dos Cosmographos Christãos. Trato da famosa questão das Zonas habitaveis, e inhabitaveis, e mostro mathematicamente que a maior parte do Globo deveo o seu descobrimento aos Portuguezes e isto por provas irrefragaveis.

M.^r Walckenaer um dos homens mais eminentes da Europa como geografo profundamente sabio — dice-me — quando eu lhe mostrei as primeiras folhas impressas — «Comment?... Tout le monde en a parlé de cela mais jamais personne a eû ni le savoir ni le courage, et l'érudition profonde indispensable pour le faire». Este verdadeiro sabio, tão leal nos seus procedimentos por isso mesmo que sendo riquissimo de saber não tem inveja de ninguem, está nos ares com este meu trabalho, fallou publicamente delle na Sessão do Instituto, e não tem cessado de andar por toda a parte a fallar nisto.

Recommendo-lhe de novo que não dê ao Conde do Lavradio a menor idéa de que me resenti da pouca delicadeza litteraria do seu amigo para comigo. Tudo quanto acima digo é uma conversa com o Conde, e nada mais.

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Dê muitos recados da minha parte a seu Pai, e acredite
que sou seu

Tio e Am.^o f. e obrg.^{do}

Manuel

P. S. — Quanto ao meu Atlas mandei para o Gov.^o haverá cousa de 8 mezes 50 exemplares, e á perto de 2 mezes 20 exemplares coloridos da grande edição que Rodrigo da Fonseca me tinha pedido para se distribuirem ahi. Mas este Ministro homem ao meu vêr de um zelo e intelligencia bem rara em materias que interessão a gloria nacional, tendo sahido do Ministerio, até agora nem uma palavra se me escreveo para me accusar ao menos a recepção.

Queira mandar entregar a inclusa ao Conde do Lavradio.

MEMORANDA
DO
JARDIM COLONIAL DE LISBOA
XLII

NOTAS DO JARDIM COLONIAL

Registo de plantas e sementes. — Durante o mês de Fevereiro foram recebidas as seguintes:

965 — <i>Artocarpus integrifoli</i>	}	Do Ex. ^{mo} Sr. J. V.
966 — <i>Pachylobus edulis</i>		do Espírito Santo
967 — <i>Theobroma Cacao</i>	}	Da Direcção dos
968 — <i>Gymbopogon nardus</i>		Serviços Agrícolas de São Tomé
969 — Bambús	}	Do Ex. ^{mo} Sr. J. V.
970 — <i>Cucurbitacea</i> da região de Farim (Guiné)		do Espírito Santo

Foram cedidas ao Museu Agrícola Colonial, para mostruários:

Phaseolus Mungo — «Feijão mungo» (vagens)

Cajanos Catjang — «Feijão do Congo» (planta com flor e fruto)

Sesamum indicum — «Gergelim» (planta com frutos)

Mucuna — «Velvet bean» (planta com vagens)

Temperatura e humidade das Estufas no mês de Fevereiro de 1931

Data	Estufa n.º 1				Estufa n.º 2				Estufa n.º 3				Estufa n.º 4				Estufa n.º 5				Estufa n.º 6				Estufa n.º 7				Estufins		Ar livre	
	Temp.		Humid.		Temp.		Humid.		Temp.		Humid.		Temp.		Humid.		Temp.		Humid.		Temp.		Humid.		Temp.		Temp.					
	Máxima	Mínima	Manhã	Tarde	Máxima	Mínima	Manhã	Tarde	Máxima	Mínima	Manhã	Tarde	Máxima	Mínima	Manhã	Tarde	Máxima	Mínima	Manhã	Tarde	Máxima	Mínima	Manhã	Tarde	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima				
1	23	14	75	75	19	16	90	85	24	19	85	80	21	14	92	88	18	12	92	84	35	15	88	84	23	14	—	—	28	10	21	6
2	25	14	75	70	20	17	80	80	26	20	80	85	20	15	96	88	20	12	96	88	35	14	96	92	22	12	—	—	32	11	25	3
3	27	13	80	75	20	16	85	80	25	19	84	80	21	15	90	92	20	12	96	92	30	13	96	92	20	12	—	—	25	10	20	5
4	23	14	75	70	20	15	80	80	25	19	80	80	20	15	92	88	19	11	96	88	37	13	96	88	22	12	—	—	32	10	25	6
5	24	13	85	80	20	14	85	85	25	18	85	80	21	14	84	84	20	10	84	84	34	11	92	88	20	10	—	—	30	7	24	3
6	22	13	75	75	19	15	95	90	25	19	84	94	20	15	92	88	20	10	92	88	35	12	92	88	20	11	—	—	31	8	25	4
7	20	13	85	80	18	16	100	96	23	19	90	80	19	14	96	92	17	11	92	88	18	12	96	92	15	12	—	—	17	10	14	5
8	22	14	90	85	19	15	100	95	24	18	95	80	22	14	96	88	18	12	92	84	30	13	96	84	20	12	—	—	20	10	22	5
9	21	13	95	90	18	16	95	85	23	19	80	90	20	15	92	84	19	12	92	88	24	13	96	84	18	13	—	—	22	11	20	7
10	24	15	85	80	20	18	95	90	25	21	84	75	22	18	92	84	20	13	92	84	23	15	96	88	16	13	—	—	21	13	19	10
11	24	13	85	80	21	15	100	95	26	19	80	75	23	15	84	84	21	12	84	78	25	13	88	84	17	12	—	—	24	11	25	8
12	24	13	80	75	21	15	85	85	27	19	80	75	23	15	84	78	22	10	88	78	37	12	92	88	21	11	—	—	30	8	30	3
13	25	15	90	85	21	16	100	95	26	19	90	80	23	15	88	84	22	12	92	81	38	14	92	84	23	12	—	—	30	8	26	5
14	20	15	95	80	20	15	95	85	24	19	80	80	20	15	88	81	20	12	88	81	32	14	88	81	22	13	—	—	28	11	21	6
15	22	13	80	75	19	15	95	85	24	18	80	85	20	15	84	81	19	11	92	84	32	12	88	81	21	11	—	—	27	9	21	5
16	24	14	80	75	20	15	100	90	26	20	75	75	21	15	84	81	21	12	84	81	37	14	84	81	22	13	—	—	30	10	22	7
17	25	13	80	75	20	14	95	90	25	17	80	75	21	13	84	81	19	9	84	78	35	11	84	78	22	10	—	—	28	6	20	1
18	23	12	75	75	19	13	90	90	23	17	70	70	19	13	81	78	19	9	81	78	32	10	84	78	19	10	—	—	25	5	19	2
19	24	13	75	70	19	15	90	85	24	18	80	90	20	14	88	84	18	9	88	84	36	11	88	84	21	10	—	—	31	6	20	2
20	24	13	80	75	19	15	95	85	25	20	90	70	21	16	84	81	19	10	88	84	30	11	84	81	18	11	—	—	24	8	20	4
21	26	15	80	75	21	17	95	85	27	20	90	70	23	16	81	78	22	12	84	78	35	13	84	78	22	12	—	—	28	10	25	5
22	24	15	75	70	21	16	95	90	26	19	88	85	22	16	81	78	21	11	84	78	29	12	81	81	21	11	—	—	27	9	24	5
23	25	15	75	70	21	16	95	90	26	19	88	65	22	16	81	78	21	11	84	81	29	12	84	81	21	11	—	—	27	9	24	5
24	26	14	75	75	21	16	80	80	25	17	85	60	23	15	84	81	22	11	88	78	33	12	88	81	23	12	—	—	27	9	25	4
25	26	13	75	70	23	15	90	85	27	17	85	60	26	15	88	84	24	11	88	84	37	12	88	84	25	11	—	—	27	9	32	2
26	26	13	70	75	22	14	90	85	26	18	80	80	24	14	81	78	23	10	84	81	41	12	81	78	24	11	—	—	35	8	27	1
27	27	13	80	75	21	14	95	85	26	19	80	75	23	15	84	78	22	10	84	81	39	12	84	81	22	11	—	—	32	8	25	2
28	27	14	75	70	22	16	85	80	27	20	75	88	24	16	81	78	24	12	84	78	37	15	88	84	22	13	—	—	35	9	26	6

ESTATÍSTICA

SUMÁRIO

Movimento emigratório para as Colónias Portuguesas da África,
durante o mês de Dezembro de 1930.

Cabo Verde

Nota das principais mercadorias importadas no 1.º semestre de 1930.
Movimento comercial, por países, no 1.º semestre de 1930.
Resumo do movimento comercial durante o 1.º semestre de 1930.

Guiné

Movimento geral dos portos em 1928.
Movimento da navegação de longo curso, por nacionalidades, durante
o 1.º semestre do ano de 1930.

Angola

Mapas das produções de açúcar, algodão desgranado, amendoim, arroz,
batata doce e batata da Metrópole, referente ao ano de 1928.
Relação dos portugueses (europeus e assimilados) falecidos nos dis-
tritos de Luanda, Zaire, Malanje, Moxico, Lunda e Huila, durante
o ano de 1927, com discriminação dos nomes, idades, estado,
filiação, naturalidade, profissão, causa da morte e data do óbito.

Moçambique

Principais mercadorias importadas no 1.º semestre de 1930.
Principais mercadorias exportadas no 1.º semestre de 1930.
Balança comercial no 1.º semestre de 1930.

Companhia de Moçambique

Mapas das produções de: cana sacarina, açúcar, oleaginosas, milho e
fibras, no ano de 1928-1929.

Entrepósito Colonial de Lisboa

Existência de productos coloniais em 31 de Janeiro de 1931.

Agência Geral das Colónias

Movimento de recortes de jornais portugueses e estrangeiros durante
o mês de Fevereiro de 1931.
Distribuição gratuita do *Boletim da A. G. das C. (Fevereiro)*.

Cotações dos produtos coloniais na praça de Lisboa

Médias referidas às semanas de Fevereiro de 1931.
Médias mensais referidas ao ano de 1930.

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Movimento emigratório para as Colônias Portuguesas da África

MÊS DE DEZEMBRO DE 1930

DESIGNAÇÃO	Sexos						Destino					Total geral
	Masculino			Feminino			Cabo Verde	Guiné	Angola	S. Tomé e Príncipe	Moçambique	
	Maiores	Menores	Total	Maiores	Menores	Total						
Colonos e repatriados	8	9	17	8	11	19	2	—	18	—	16	36
Colonos agricultores	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Passageiros do Estado	52	28	80	35	25	60	9	18	71	3	39	140
Com guia da Companhia de Moçambique	4	2	6	2	—	2	—	—	—	—	8	8
Por conta própria e com guias de diversas procedências	—	—	278	—	—	155	39	11	254	16	113	433
Total	—	—	381	—	—	236	50	29	343	19	176	617

OBSERVAÇÕES — Não se acham incluídos neste mapa: 10 praças deportadas e 7 indígenas que seguiram para Mossâmedes, 1 condenado, 13 cadastrados e 1 cadastrada, que embarcaram para Luanda.

Cabo Verde

**Nota das principais mercadorias importadas no
1.º semestre de 1930**

Designação	Unidades	Quantidades	Valores
Açúcar	Quilos	803.980,5	1.078.278\$99
Arroz	»	385.120	636.109\$66
Azeite	Litros	24.342,3	194.465\$28
Banha	Quilos	3.032,5	23.283\$25
Bolacha de embarque	»	42.808,6	142.868\$03
Café	»	1.333	11.416\$88
Calçado	»	5.074,63	262.547\$90
Carvão de pedra	»	106.584.095	9.815.468\$00
Cerveja	Litros	62.357,1	275.221\$80
Cimento	Quilos	599.382	195.871\$17
Conservas	»	14.633,42	103.714\$26
Farinha de trigo	»	435.697,7	802.750\$18
Fósforos	»	22.669	152.565\$18
Gasolina	Litros	68.176	148.739\$80
Lenha	Quilos	210.309	44.012\$00
Madeira	Pés	661.247,4	869.015\$10
Manteiga	Quilos	5.761,8	120.880\$90
Milho em grão	»	126.870	73.244\$00
Óleo combustível	»	56.464.315,72	8.250.058\$00
Petróleo	Litros	233.172	309.834\$50
Sabão	Quilos	60.890	190.447\$62
Tabaco	»	22.901,74	331.672\$96
Tecidos {	algodão branco	13.866,45	480.580\$95
	» crú	25.329,6	517.526\$50
	» tinto	104.026,91	2.668.200\$58
	» seda	5.656,06	557.039\$20
Telha	»	311.810	111.060\$78
Vinho comum	Litros	158.628,1	354.166\$02
Vinhos licorosos	»	17.025,6	115.979\$52

Movimento comercial por países no 1.º semestre de 1936

Países	Total	Importação para consumo	Exportação
Metrópole e ilhas adjacentes	6.507.170\$43	4.508.128\$43	1.999.042\$00
Guiné	192.709\$03	68.165\$00	124.544\$03
S. Tomé e Príncipe	77.121\$00	74.931\$00	2.190\$00
Angola	54.723\$30	54.568\$30	155\$00
Alemanha	2.234.171\$08	2.225.121\$08	9.050\$00
América do Norte	3.698.988\$70	3.634.197\$70	64.791\$00
Argentina	155.631\$46	155.631\$46	—
Aruba	2.654.850\$00	2.654.850\$00	—
Austrália	4.616\$00	4.616\$00	—
Austria	51.283\$00	51.283\$00	—
Bélgica	595.484\$91	538.484\$91	57.000\$00
Bolívia	161\$00	161\$00	—
Brasil	17.825\$00	17.825\$00	—
Canadá	745\$00	745\$00	—
Ceílão	932\$00	932\$00	—
Checo-Eslováquia	432.839\$65	432.839\$65	—
China	187.711\$60	187.711\$60	—
Congo Belga	124.073\$67	—	124.073\$67
Cuba	93.191\$15	93.191\$15	—
Curaçao	4.862.880\$00	4.862.880\$00	—
Dinamarca	12.832\$00	12.832\$00	—
Espanha	71.874\$20	71.874\$20	—
França	487.535\$96	487.535\$96	—
Gâmbia	39.286\$00	18.740\$00	20.546\$00
Grécia	5.945\$00	5.945\$00	—
Guatemala	38.565\$00	38.565\$00	—
Holanda	1.834.012\$35	1.834.012\$35	—
Hungria	1.032\$00	1.032\$00	—
Índia Inglesa	378.520\$35	378.520\$35	—
Inglaterra	12.971.871\$97	12.969.171\$97	2.700\$00
Itália	500.341\$50	500.341\$50	—
Japão	20.755\$00	20.755\$00	—
Java	2.150\$00	2.150\$00	—
Jugo Eslovénia	32.374\$00	32.374\$00	—
Malta	200\$00	200\$00	—
Malásia	765\$00	765\$00	—
Marrocos	60\$00	60\$00	—
Mesopotâmia	310\$00	310\$00	—
Noruega	26.742\$00	26.742\$00	—
Nova Zelândia	1.825\$00	1.825\$00	—
Perú	79.772\$05	79.772\$05	—
Polónia	410.247\$35	410.247\$35	—
Rússia	1.895\$00	1.895\$00	—
Senegal	159.885\$07	118.239\$07	41.646\$00
Suécia	144.061\$50	144.061\$50	—
Suíça	78.292\$40	78.292\$40	—
Terra Nova	20\$00	20\$00	—
A transportar	39.248.278\$68	36.802.540\$98	2.445.737\$70

Países	Total	Importação para consumo	Exportação
Transporte	39.248.278\$68	36.802.540\$98	2.445.737\$70
Trindade	345\$00	345\$00	—
Origem desconhecida ..	15.429\$00	15.429\$00	—
Consumo de navios na- cionais	10.195\$00	—	10.195\$00
Consumo de navios es- trangeiros	7.565\$80	—	7.565\$80
Total	39.281.813\$48	36.818.314\$98	2.463.498\$50

**Resumo do movimento comercial durante o
1.º semestre de 1930**

Designação	Valores	
Importação		
Da Metrópole, em navios nacionais	4.508.128\$43	
Das Colónias, em navios nacionais	207.664\$30	
Do estrangeiro, em navios nacionais	1.997.692\$54	
Do estrangeiro, em navios estran- geiros	30.114.829\$71	
		36.828.314\$98
Exportação		
Da Metrópole, em navios nacionais	2.009.237\$00	
Para as Colónias, em navios nacio- nais	110.977\$03	
Para as Colónias, em navios estran- geiros	15.912\$00	
Para o estrangeiro, em navios na- cionais	53.534\$00	
Para o estrangeiro, em navios es- trangeiros	273.838\$47	
		2.463.498\$50
Reexportação		
Para a Metrópole, em navios nacio- nais	131.104\$60	
Para as Colónias, em navios nacio- nais	156.983\$00	
Para as Colónias, em navios estran- geiros	13.066\$00	
Para o estrangeiro, em navios na- cionais	70.510\$43	
Para o estrangeiro, em navios es- trangeiros	823.708\$00	
		1.195.372\$03
Transferência		2.946.258\$42

PORTOS	MOVIMENTO TOTAL									
	Números	Tonelagem	Tripulação	Passageiros			Mercadorias embarcadas e desembarcadas		Números	Tonelagem
				Desembarcados	Embarcados	Em trânsito	Tonelagem	Valores		
BOLAMA										
A vapor.....	94	295.797,180	8.624	335	245	9.058	5.416,154	6.550.905\$38	47	146.898,59
À vela.....	—	—	—	—	—	—	—	—\$—	—	—
Somas.....	94	295.797,180	8.624	335	245	9.058	5.416,154	6.550.905\$38	47	146.898,59
BISSAU										
A vapor.....	226	526.540,351	15.448	391	253	8.421	37.457,811,1	65.321.166\$79	115	258.170,08
À vela.....	18	1.397,000	166	22	11	20	1.270,576	217.118\$50	9	751
Somas.....	244	527.755,351	15.614	413	264	8.441	58.728,587,1	65.558.285\$29	122	258.921,08
BUBAQUE										
A vapor.....	8	14.509,640	304	5	8	48	229,041	558.552\$00	4	7.254,82
À vela.....	—	—	—	—	—	—	—	—\$—	—	—
Somas.....	8	14.509,640	304	5	8	48	229,041	558.552\$00	4	7.254,82
CACHEU										
A vapor.....	8	7.255,260	252	—	—	—	2.376,265	2.912.545\$00	4	5.626,63
À vela.....	—	—	—	—	—	—	—	—\$—	—	—
Somas.....	8	7.255,260	252	—	—	—	2.376,265	2.912.545\$67	4	5.626,63
Totais.....	554	845.297,511	22.774	753	517	17.547	44.749,825,1	75.520.285\$67	177	416.701,13

né

dos portos em 1928

ENTRADAS					SAÍDAS						
Tripulação	Passageiros		Mercadorias desembarcadas		Números	Tonelagem	Tripulação	Passageiros		Mercadorias embarcadas	
	Desembarcados	Em trânsito	Tonelagem	Valores				Embarcados	Em trânsito	Tonelagem	Valores
4.512	555	4.529	961,055	2.845.527\$58	47	146.898,590	4.512	245	4.529	2.435,126	3.687.578\$00
—	—	—	—	—\$—	—	—	—	—	—	—	—\$—
4.512	555	4.529	961,055	2.845.527\$58	47	146.898,590	4.512	245	4.529	2.435,126	3.687.578\$00
6.724	591	4.452	8.710,626	22.175.872\$79	115	268.170,239	6.724	255	5.989	28.747,185,1	45.145.294\$00
86	22	11	825,801	155.510\$50	9	646,000	80	11	9	446,775	61.808\$00
6.810	415	4.443	9.554,427	22.551.155\$29	122	268.816,259	6.804	264	5.998	29.193,960,1	45.207.102\$00
152	5	24	40,020	110.516\$00	4	7.254,820	152	8	24	189,021	428.256\$00
—	—	—	—	—\$—	—	—	—	—	—	—	—\$—
152	5	24	40,020	110.516\$00	4	7.254,820	152	8	24	189,021	428.256\$00
116	—	—	—	—\$—	4	5.626,650	116	—	—	2.376,265	2.912.545\$00
—	—	—	—	—\$—	—	—	—	—	—	—	—\$—
116	—	—	—	—\$—	4	5.626,650	116	—	—	2.376,265	2.912.545\$00
11.390	755	8.996	10.555,480	25.285.026\$67	177	426.596,279	11.584	517	8.551	34.214,372,1	50.255.259\$00

Movimento da navegação de longo curso, por nacionalidade

Nacionalidades	Total de vapores mercantes e navios de vela								
	Número	Tonelagem	Tripulação	Passageiros		Mercadorias desembarcadas e embarcadas		Número	Tonelagem
				Desembarcados e embarcados	Em trânsito	Tonelagem	Valores		
Portuguesa:									
carga nacional.....	42	80.758,690	1.938	350	487	1.797,604	5.565.485\$76	38	80.282,690
" estrangeira..	—	—	—	—	—	1.534,088	6.522.638\$00	—	—
Alemã	20	45.842,000	908	26	121	1.134,526	2.487.150\$00	20	45.842,000
Americana	5	14.105,000	149	3	72	678,072	855.515\$00	4	14.025,000
Dinamarquesa.....	1	1.598,450	17	—	—	—	—\$—	1	1.598,450
Francesa	2	2.647,400	71	1	—	565,691	142.596\$00	2	2.647,400
Holandesa	1	2.128,000	41	—	—	28,000	214.535\$00	1	2.128,000
Inglesa	4	10.711,000	251	—	21	296,752	267.850\$00	4	10.711,000
Sueca	2	1.992,000	42	—	—	710,650	86.400\$00	2	1.992,000
Somas.....	77	157.582,540	3.397	360	701	6.543,383	15.741.749\$76	72	157.024,540
ENTRADA									
Portuguesa:									
carga para portos									
nacionais	43	80.824,690	1.946	289	472	9.691,091	10.776.515\$12	38	80.282,690
carga para portos									
estrangeiros.....	—	—	—	—	—	5.318,315	5.378.130\$00	—	—
Alemã	20	45.842,000	908	18	121	1.174,157	1.726.954\$00	20	45.842,000
Americana	5	14.105,000	149	2	11	89,390	51.767\$00	4	14.025,000
Francesa	2	2.647,400	71	2	—	814	5.856\$00	2	2.647,400
Holandesa	1	2.128,000	41	—	—	57,000	56.650\$00	1	2.128,000
Inglesa	4	10.711,000	251	—	21	1.226,696	1.214.426\$00	4	10.711,000
Sueca	2	1.992,000	42	—	—	1.286,224	1.157.602\$00	2	1.992,000
Somas.....	77	156.250,090	3.388	311	625	16.825,665	18.527.660\$12	71	155.626,090
SAÍDA									

(a) O mapa de idêntico movimento relativo ao ano de 1929 acha-se publicado no n.º 62-63

naldades, durante o 1.º trimestre de 1930 (a)

Vapores mercantes					Navios de vela						
Tripulação	Passageiros		Mercadorias desembarcadas e embarcadas		Número	Tonelagem	Tripulação	Passageiros		Mercadorias desembarcadas e embarcadas	
	Desembarcados e embarcados	Em trânsito						Desembarcados e embarcados	Em trânsito		
			Tonelagem	Valores						Tonelagem	Valores
1.895	521	484	1.029,953	5.277.157\$76	4	476,000	45	9	3	767,651	88.328\$00
—	—	—	1.526,328	6.304.152\$00	—	—	—	—	—	7,760	18.506\$00
908	26	121	1.154,526	2.487.150\$00	—	—	—	—	—	—	—\$—
140	2	72	550,147	847.584\$00	1	82,000	9	1	—	127,925	7.951\$00
17	—	—	—	—\$—	—	—	—	—	—	—	—\$—
71	1	—	565,691	142.596\$00	—	—	—	—	—	—	—\$—
41	—	—	28,000	214.355\$00	—	—	—	—	—	—	—\$—
251	—	21	296,752	267.850\$00	—	—	—	—	—	—	—\$—
42	—	—	710,650	86.400\$00	—	—	—	—	—	—	—\$—
5.545	550	698	5.642,047	15.626.984\$76	5	558,000	54	10	3	903,336	114.765\$00

DAS

1.892	284	469	9.298,912	10.745.868\$12	5	542,000	54	5	3	392,179	30.447\$00
—	—	—	5.518,515	5.378.150\$00	—	—	—	—	—	—	—
908	18	121	1.174,157	1.726.954\$00	—	—	—	—	—	—	—
140	—	11	30,590	29.415\$00	1	82,000	9	2	—	58,800	2.352\$00
71	2	—	814	5.856\$00	—	—	—	—	—	—	—
41	—	—	37,000	36.650\$00	—	—	—	—	—	—	—
251	—	21	1.226,696	1.214.426\$00	—	—	—	—	—	—	—
42	—	—	1.286,224	1.157.602\$00	—	—	—	—	—	—	—
5.525	304	622	16.572,686	18.294.861\$12	6	624,000	63	7	3	450,979	32.799\$00

deste Boletim — N. do B.

Angola

Mapa da produção de açúcar referente ao ano de 1928

Distritos e Circunscrições	Cultura indígena	Cultura europeia	Soma
Distrito do Cuanza-Norte:			
Circunscrição Civil de Icolo e Bengo	—	955.980	955.980
Distrito de Benguela:			
Circunscrição Civil do Lobito	—	5.084.000	5.084.000
Distrito de Luanda:			
Circunscrição Civil de Luanda	—	7.000.000	7.000.000
Total	—	13.039.980	13.039.980

Algodão desgranado nas diferentes fábricas da colónia, durante o ano de 1928

Proprietários das fábricas ou oficinas	Algodão entrado nas fábricas (em caroço)		Fibra obtida		Total	
	Comprado a indígenas	De particulares	Indígenas	Particulares	Em caroço	Em fibra
Sociedade Angola e Congo, L. ^a	69.639,9	126.739	22.284	41.823	196.378,9	64.107
Matos, Vaz & C. ^a , L. ^a	47.992	37.732	14.879	11.731	85.724	26.610
Pedronho & Irmão	7.488	9.860	2.167	2.952	17.348	5.119
Carlos Pereira Jorge	12.650	35.500	3.900	10.700	48.150	14.600
C. G. dos Algodões de Angola	59.354	9.814	20.263	3.482	69.168	23.745
Marques Seixas & C. ^a	—	—	—	3.129	—	3.129
José Abrantes & C. ^a	—	—	—	10.000	—	10.000
Soc. Algodoeira do Egito, L. ^a	—	—	—	3.700	13.600	3.700
Companhia do Açúcar de Angola ...	—	—	—	33.296	100.000	33.296
João de Almeida ...	—	—	—	1.767	5.892	1.767
João Martins, L. ^a ..	—	—	—	43.543	140.470	43.543
Empresa Cultura de Algodão Colonial	—	—	—	48.000	157.000	48.000
Quissama Agrícola	—	—	—	—	—	—
Officinas Agrícolas.	—	—	—	34.944	99.129	34.944
Total	—	—	63.493	249.067	932.859,9	312.560

**Mapa da produção de amendoim, referente
ao de 1928**

Distritos e Intendências de Fronteira	Cultura indi- gena	Cultura eu- ropeia	Total
Bié.....	68.500	5.305	73.805
Congo.....	165.600	950	166.550
Huíla.....	4.400	—	4.400
Malanje.....	964.560	22.000	986.560
Moxico.....	17.100	11.000	28.100
Zaire.....	418.660	—	418.660
Cuanza-Sul.....	114.500	9.500	124.000
Cuanza-Norte.....	188.309	—	188.309
Intendência de Fronteira do Cubango	100	—	100
Lunda.....	804.400	—	804.400
Benguela.....	—	350.140	350.140
Soma.....	2.746.129	398.895	3.145.024

**Mapa da produção de arroz, referente ao ano
de 1928**

Distritos	Cultura indi- gena	Cultura eu- ropeia	Total
Bié.....	952.100	67.100	1.019.200
Congo.....	33.500	—	33.500
Malanje.....	80.000	120.000	200.000
Moxico.....	19.225	7.050	26.275
Cuanza-Sul.....	10.250	2.500	12.750
Cuanza-Norte.....	2.000	840	2.840
Benguela.....	10.374	3.150	13.524
Lunda.....	116.150	55.500	171.650
Soma.....	1.223.599	256.140	1.479.739

**Mapa da produção de batata doce, referente
ao ano de 1928**

Distritos e intendências de Fronteira	Cultura indi- gena	Cultura eu- ropeia	Total
Congo.....	177.000	50.000	227.000
Huíla.....	21.290	—	21.290
Malanje.....	3.000.000	—	3.000.000
Mossâmedes.....	168.000	150.000	318.000
Moxico.....	94.800	—	94.800
Zaire.....	63.390	—	63.390
Cuanza-Sul.....	2.524.000	30.000	2.554.000
Cuanza-Norte.....	—	2.400	2.400
Intendência de Fronteira do Cubango	79.800	—	79.800
Lunda.....	404.500	—	404.500
Benguela.....	11.550.000	—	11.550.000
Soma.....	18.082.780	232.400	18.315.180

**Mapa da produção de batata da Metrópole,
referente ao ano de 1928**

Distritos	Cultura indi- gena	Cultura eu- ropeia	Total
Bié.....	100.000	85.065	185.065
Congo.....	82.500	—	82.500
Huíla.....	24.135	150.075	174.210
Malanje.....	43.000	3.196.000	3.239.000
Mossâmedes.....	—	205.400	205.400
Moxico.....	200	—	200
Cuanza-Sul.....	5.860	—	5.860
Cuanza-Norte.....	300.000	250	300.250
Lunda.....	80.800	—	80.800
Benguela.....	3.935.225	100.450	4.035.675
Soma.....	4.571.720	3.737.240	8.308.960

**Relação dos portugueses (europeus e assimila-
dos) falecidos nos Distritos abaixo indicados, du-
rante o ano de 1927, com descriminação dos nomes,
idades, estado, filiação, naturalidade, profissão,
causa da morte e data do óbito**

Distrito de Luanda

1 — Abílio de Sousa Veiga, 45, solteiro, Abílio Veiga, Lisboa, empregado no comércio, moléstia do sono, 25 de Setembro; 2 — Adelino Augusto Fernandes, 47; Joaquim Augusto Fernandes, Carrazeda de Anciães, empregado agrícola, 2 de Setembro; 3 — Alberto Correia Marinho, 2, José Correia Marinho, Ambriz, 29 de Agosto; 4 — Alves, 6, António Alves, Ambriz, 12 de Maio; 5 — António Ferreira Rosa, 63, solteiro, António Ferreira Rosa, Bombarral, 2 de Abril; 6 — Augusto Ferreira, 65, viuvo, António Madeira, Lames, lavrador, 26 de Setembro;

7 — Carlos Augusto, 19, solteiro, António Fernandes, Vila Pouca de Aguiar, empregado no comércio, biliosa, 25 de Setembro;

8 — Elisa de Jesus, 24, casada, Alfredo Evangelista, Luanda, doméstica, hemorragia interna, 18 de Setembro; 9 — Elixina, 75 dias, Júlia da Silva Almeida, Luanda, perniciosa, 29 de Setembro;

10 — Fernando, 27 dias, José Rodrigues Leite, Luanda, debilidade congénita, 31 de Agosto; 11 — Francisco, 15 dias, Luís Coelho Moreira Bastos, Luanda, atrepsia, 23 de Setembro;

12 — Joana António França, 58, solteira, António França, Luanda, disenteria, 21 de Setembro; 13 — João, 6 meses, José Vieira, Luanda, enterite, 16 de Setembro; 14 — João Alves, 27, solteiro, Sertã, tuberculose-pulmonar, Outubro; 15 — João Francisco dos S. Domingos, 67, casado, João Manuel Domingos, Lisboa, 1.º sargento, 25 de Setembro; 16 — José, 2, José Raul, Luanda, 14 de Setembro;

17 — Manuel Inácio dos S. Tórres Júnior, 6 meses, Manuel Inácio dos S. Tórres, Luanda, perniciosa, 8 de Setembro; 18 — Maria, 14 dias,

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Anibal de Sousa e Castro, Luanda, debilidade congénita, 1 de Setembro; 19 — Maria Beatriz, 15 meses, Leão António de Almeida, Luanda, enterite infecciosa, 27 de Setembro; 20 — Maria Teresa Fortes Rocha, 13 meses, Henrique Joaquim da Rocha, Lobito, diarreia verde, 4 de Maio;

21 — Nazaré do Nascimento, 1, Ferminio do Nascimento, Luanda, enterite, 28 de Setembro;

22 — Palmira da Silva, 35, Francisco Domingos da Silva, Lisboa, biliosa, 3 de Junho;

23 — Raul Marques, 25, solteiro, João Marques, Vendas Novas-Évora, militar, afecção do figado, 9 de Setembro;

24 — Silvana da Costa Monteiro, 13, João da Costa Monteiro, Póvoa de Varzim, doméstica, 12 de Setembro.

Distrito do Zaire

1 — Albano dos Santos, 20, solteiro, Custódio dos Santos, Eruzio, empregado no comércio, hemoglobulinúria, 23 de Junho; 2 — António Francisco da Silva Júnior, 15, António Francisco da Silva, Luanda, cirrose, 3 de Setembro; 3 — Aristides Olado, 3 meses, S. António do Zaire, debilidade congénita, Dezembro;

4 — Ernesto Cunha, 2 meses, Adelina Cunha, 17 de Janeiro;

5 — Fernando de Andrade, 8 meses, Francisco Portela Guimarães, Zongo, 30 de Janeiro; 6 — Francisco Xavier da Silva, 62, solteiro, José da Silva, Vila Verde, biliosa, 18 de Setembro;

7 — Guilhermina Portela, 11, Francisco Portela Guimarães, Cabinda, biliosa, Maio;

8 — Joaquim dos Santos, 49, solteiro, Macinhata do Vouga, tuberculose pulmonar, Maio; 9 — José Teixeira de Melo, 27, solteiro, Arnaldo Augusto Teixeira, 30 de Setembro;

10 — Manuel de Oliveira Neto, 32, casado, António Oliveira Neto, sífilis terciária, 18 de Janeiro; 11 — Maria José, 7 meses, Justino Eugénio Chagas, Nôqui, 11 de Julho; 12 — Mário Eugénio de Macedo, 13, empregado no comércio, Maio.

Distrito de Malanje

1 — Acácio Afonso Duarte, Monte Alegre, acesso pernicioso, Julho; 2 — António Gomes Lavrador, Malanje, biliosa, Maio; 3 — António Gomes Ribeiro, Beira Baixa — Passarela, enterite, Fevereiro; 4 — Armando Vaz Rebordão, 40 dias, Nova Gaia, enterite, Maio; 5 — Aurélio Barros da Silva, Lisboa, tuberculose, Setembro;

6 — Carlos Alberto Marques da Cruz, 6 meses, Joaquim Marques da Cruz, Nova Gaia, enterite, Dezembro;

7 — Enes Almeida Moreira F. Correia, Julho; 8 — Etelvina de Jesus Pires, Montalegre, biliosa, Junho; 9 — Etelvina Viegas, Malanje, Setembro;

10 — Francisco Pereira, Ferreira do Alentejo, Abril;

11 — Manuel Ferreira, Parede, diarreia, Setembro; 12 — Manuel Gaspar, Felicia de Jesus, comerciante, pneumonia, 30 de Julho; 13 — Manuel Paulo, Guarda, biliosa, Junho; 14 — Manuel Tórres Amboim

(Idanha), Quintans — Vila Fria, sezonismo, Julho; 15 — Maria da C. Machado, casada, Bragança, biliosa, Janeiro; 16 — Maria H. do Carmo Sequeira de Melo, Luanda, Fevereiro; 17 — Maria Helena Mendes de Carvalho, Quintans — Vila Fria, sezonismo, Julho; 18 — Maria da Luz, 2, Belarmina da Costa, Camabatela, pernicioso, 4 de Maio.

Distrito do Moxico

1 — Carmen G. Lemos da Rocha Moutinho, 29, casada, António Vítor Lemos da Rocha, Sertã, septicémia puerperal, 8 de Abril;

2 — Domingos Pacheco Carrana, 43, viúvo, João Pedro Carrana, Sant'Iago de Távora, 1.º sargento, cirrose no fígado, 15 de Setembro;

3 — Manuel António, 29, casado, Almeida, biliosa, Abril; 4 — Manuel António Dias, 35, solteiro, Montalegre, biliosa, Julho; 5 — Manuel Cândido, 31, Cândido José, Santarem, 1.º sargento, biliosa, 18 de Julho; 6 — Maria José da Graça Costa, 2, Muié, encefalite aguda, Outubro.

Distrito da Lunda

1 — Alfredo Ernesto dos Santos Fragoso, 2 meses, Vila Henrique de Carvalho, enterite, Outubro; 2 — Álvaro Ataíde Roque, 22, solteiro, António Ataíde Roque, Marinha das Ondas, biliosa, 12 de Julho;

3 — Deolinda Palmira de Sousa, 3 meses, António J. P. de Almeida e Sousa, enterite, 13 de Junho;

4 — Evangelina Gertrudes da Maia, 23, casada, José Inácio, S. João das Lampas, doméstica, biliosa, 10 de Junho;

5 — Justino Alves da Cunha, 42, solteiro, Viana do Castelo, 14 de Agosto.

Distrito da Huila

1 — Abel, 2 meses, Bernardino da Silva, Lubango, 8 de Fevereiro; 2 — Adelino, 19 meses, Alfredo Rodrigues Júnior, Lubango, 20 de Abril; 3 — Agostinho de Barros, 65, viúvo, Francisco de Barros, Braga, anemia palustre, 28 de Agosto; 4 — Agostinho dos Santos, 38, solteiro, Sá da Bandeira, agricultor, tuberculose pulmonar, 18 de Junho; 5 — Albertina do Pôrto Parreira, 45, casada, António Nunes do Pôrto, Huila, hemorragia, 1 de Abril; 6 — Alice, 17 dias, José da Silva Gomes, Huila, paralisia, 17 de Abril; 7 — Alice Juventina Rodrigues P. Ramos, 21, casada, Jacinto Rodrigues Figueira, Lubango, anemia palustre, 13 de Janeiro; 8 — Álvaro Gomes, 5, Silvestre Gomes, Huila, broncopneumonia, 22 de Julho; 9 — Amélia Maria do Pôrto, 2, Luís Maria do Pôrto, Lubango, cólera, 20 de Abril; 10 — António Alves, Manuel Alvs, Funchal, anemia palustre, 23 de Novembro; 11 — António da Costa, 4 meses, José da Costa, Lubango, 13 de Abril; 12 — António Ferreira da Silva, 5 de Abril; 13 — António Manuel de Meneses, 80, casado, Francisco de Moraes, Ilha da Madeira, agricultor, prostatite, 28 de Abril; 14 — Artur dos Santos Teixeira, 33, solteiro, Huila, suicídio, Outubro; 15 — Aurora Alice Gomes Neves, 24, casada, José Maria Gomes, Sá da Bandeira, septicémia puerperal, 3 de Fevereiro;

18 — Carlos Augusto Moreira, 40, Francisco Moreira, Huila, comerciante, congestão cerebral, 3 de Outubro; 17 — Carlos Leite, 8,

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Manuel Leite, Quipugo, paralisia, 12 de Julho; 18 — Cristiam Opermane, 10, Felipe Opermane, Humpata, fulguração, 27 de Janeiro; 19 — Cristiano Rodrigues Ribeiro, 21, solteiro, João Rodrigues Ribeiro, Chibia, pneumonia, 5 de Junho;

20 — Elias de Oliveira, 15 meses, Adolfo de Oliveira, Lubango, difteria, 25 de Março;

21 — Fernando de Almeida, 3, Carlos de Almeida, Chibia, perniciososa, 15 de Março; 22 — Francisco Fernandes, 55, solteiro, Francisco Fernandes, Ilha da Madeira, úlcera no estômago, 1 de Setembro; 23 — Francisco José de Almeida, 34, casado, António José de Almeida, Chibia, abcesso urinoso, 28 de Fevereiro; 24 — Francisco Nóbrega, 63, viuvo, Francisco Nóbrega, Ilha da Madeira, agricultor, cal das vias urinárias, 10 de Junho;

25 — Gabriel Fernandes dos Santos, 3 meses, José Joaquim dos Santos, Sá da Bandeira, sífilis hereditária, 19 de Novembro; 26 — Guilherme Nunes, 40, casado, João Nunes, Sá da Bandeira, comerciante, pneumonia, 15 de Maio;

27 — Henrique José Freire Madeira, 9 meses, António Freire C. Madeira, Pôrto Alexandre, sífilis hereditária, 2 de Abril;

28 — Isaura, 9 meses, José, Sá da Bandeira, 27 de Abril;

29 — João Afonso, 79, António Afonso, Ilha da Madeira, agricultor, prostatite, 29 de Outubro; 30 — João Caldeira, 66, casado, João Caldeira, Ilha da Madeira, lesão cardíaca, 6 de Setembro; 31 — João Pedro Gomes, 51, casado, António Clementino Gomes, Trás-os-Montes, sífilis terciária, 29 de Maio; 32 — Joaquim Dias Milho, 50, solteiro, Francisco Dias Milho, Amarante, trabalhador, pneumonia, 27 de Junho; 33 — Joaquim Ferreira, 41, viuvo, Joaquim Ferreira, Montemor-o-Velho, anemia palustre, 24 de Agosto; 34 — Joaquim Vieira Martins, 2 meses, Firminio Vieira Martins, Chibia, pneumonia, 15 de Março; 35 — Jordão Gois Pinto, 24, solteiro, Manuel Gois Pinto, Lubango, perniciososa, 29 de Maio; 36 — José Joanes Costuizem, 15 dias, Peter Costuizem, Humpata, 16 de Janeiro; 37 — José Maria, 10, António Ganga, Lubango, anemia palustre, 6 de Agosto; 38 — José Maria Dias Campos, 26, casado, João dos Reis Campos, maquinista, fractura do crânio, 9 de Dezembro; 39 — José Nobre de Melo Pinheiro, 4 dias, Francisco Severino C. Pinheiro, Humpata, 8 de Outubro;

40 — Lidia, 2 meses, Ladislau dos Santos, Lubango, anemia, 25 de Maio; 41 — Luís Gomes, 7 meses, João Gomes Júnior, Sá da Bandeira, bronco-pneumonia, 7 de Setembro; 42 — Luisa Luso Denis, 33, casada, Manuel Luso, Mossamedes, 2 de Maio; 43 — Luisa Suzana, 3, Henrique Venter, Humpata, fulguração, 10 de Janeiro;

44 — Manuel Firmino Júnior, 7, Manuel Firmino, Sá da Bandeira, anemia palustre, 8 de Setembro; 45 — Manuel Floriano, 35, solteiro, Pôrto, tuberculose, 6 de Maio; 46 — Manuel de Freitas, 56, António de Freitas, Funchal, 20 de Outubro; 47 — Manuel de Gois Pinto, 56, casado, João Gois Pinto, Funchal, lesão cardíaca, 23 de Agosto; 48 — Manuel Gouveia, 32, viuvo, António Gouveia, Lubango, 1 de Maio; 49 — Manuel Roque, 7, Luís Roque, Sá da Bandeira, perniciososa, 7 de

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Junho; 50 — Maria, 12, Henrique Martins, Lubango, 11 de Abril; 51 — Maria Arlete Sousa, 4 meses, Joaquim Afonso Lage, Sá da Bandeira, bronco-pneumonia, 9 de Outubro; 52 — Maria Caires de Sousa, 21, casada, António Caires, Humpata, hemorragia puerperal, 16 de Outubro; 53 — Maria da Conceição Cunha e Cruz, 29, casada, Francisco António da Cruz, Tavira, professora oficial, tuberculose pulmonar, 27 de Julho; 54 — Maria Emilia de Moura, 6 meses, Humbe, bronco-pneumonia, Maio; 55 — Maria Fernandes de Sá T. Carneiro, 4 meses, Carlos Baptista Carneiro, Sá da Bandeira, enterite, 1 de Janeiro; 56 — Maria Felipe Nery Duarte, 73, casada, Manuel Nunes, Câmara dos Lobos, cirrose no figado, 12 de Abril; 57 — Maria Helena, 7 meses, Deométrio Soares Lousal, Sá da Bandeira, enterite, 27 de Setembro; 58 — Maria Irene, 56, Fernando Augusto G. Moreira, Humbe, 8 de Março; 59 — Maria de Jesus Martins, 45, casada, António Rodrigues, Funchal, pneumonia, 19 de Abril; 60 — Maria de Jesus Rodrigues, 14, António Rodrigues Firmino, Lubango, perniciososa, 15 de Janeiro; 61 — Maria José Rosa Caldeira, casada, Francisco Caldeira, Chibia, doméstica, 21 de Junho; 62 — Maria de Paiva, 17, solteira, Domingos de Paiva, Sá da Bandeira, 17 de Junho;

63 — Orlando de Araujo, 14 meses, Manuel de Araujo, Chibia, perniciososa, 18 de Abril;

64 — Pedro, 14, Cabo Verde, Chibia, 25 de Outubro; 65 — Pedro Borges, 66, Ilha da Madeira, 12 de Agosto;

66 — Ruldes Caldeira, 10, Manuel Caldeira, Sá da Bandeira, enterite, 29 de Agosto;

67 — Sára Aleta, 8 meses, Jacobus Smit, Humpata, enterite, 10 de Janeiro;

68 — Urbano Ferreira, 3, Humbe, Maio.

Mapa sinóptico do movimento obituário nos distritos abaixo mencionados, durante o ano de 1927

Causa da morte	Sexo masculino			Sexo feminino			Total geral
	Maiores	Menores	Total	Maiores	Menores	Total	
Distrito de Luanda							
Atrepsia	—	1	1	—	—	—	1
Biliosa	—	1	1	1	—	1	2
Debilidade congénita	—	1	1	—	1	1	2
Disenteria	—	—	—	1	1	2	2
Doença do fígado	1	—	1	—	—	—	1
Enterite	—	1	1	—	2	2	3
Hemorragia	—	—	—	1	—	1	1
Moléstia do sono	1	—	1	—	—	—	1
Perniciosa	—	1	1	—	1	1	2
Tuberculose	1	—	1	—	—	—	1
Doenças diferentes	4	3	7	—	1	1	8
Total	7	8	15	3	6	9	24

Causa da morte	Sexo masculino			Sexo feminino			Total geral
	Maiores	Menores	Total	Maiores	Menores	Total	
Distrito do Zaire							
Biliosa.....	1	—	1	—	1	1	2
Cirrose.....	—	1	1	—	—	—	1
Debilidade congénita.....	—	1	1	—	—	—	1
Hemoglobulinúria.....	—	1	1	—	—	—	1
Sífilis.....	1	—	1	—	—	—	1
Tuberculose.....	1	—	1	—	—	—	1
Doenças diferentes.....	1	3	4	—	1	1	5
Total.....	4	6	10	—	2	2	12
Distrito de Malanje							
Biliosa.....	2	—	2	2	—	2	4
Diarreia.....	1	—	1	—	—	—	1
Enterite.....	1	2	3	—	—	—	3
Febre palustre.....	1	—	1	1	—	1	2
Perniciosa.....	1	—	1	—	1	1	2
Pneumonia.....	1	—	1	—	—	—	1
Tuberculose.....	1	—	1	—	—	—	1
Doenças diferentes.....	2	—	2	2	—	2	4
Total.....	10	2	12	5	1	6	18
Distrito do Moxico							
Biliosa.....	3	—	3	—	—	—	3
Cirrose.....	1	—	1	—	—	—	1
Encefalite.....	—	—	—	—	1	1	1
Septicémia puerpural.....	—	—	—	1	—	1	1
Total.....	4	—	4	1	1	2	6
Distrito da Lunda							
Biliosa.....	1	—	1	1	—	1	2
Enterite.....	—	1	1	—	1	1	2
Doenças diferentes.....	1	—	1	—	—	—	1
Total.....	2	1	3	1	1	2	5
Distrito da Huíla							
Abcesso.....	1	—	1	—	—	—	1
Anemia.....	3	2	5	1	1	2	7
Bronco-pneumonia.....	—	2	2	—	2	2	4
Cirrose no figado.....	—	—	—	1	—	1	1
Cólera.....	—	—	—	—	1	1	1
Congestão cerebral.....	1	—	1	—	—	—	1
Desastre ou suicídio.....	2	1	3	—	1	1	4
Difteria.....	—	1	1	—	—	—	1
Doenças das vias urinárias.....	1	—	1	—	—	—	1
Enterite.....	—	1	1	—	3	3	4
Hemorragia.....	—	—	—	1	—	1	1
Hemorragia puerperal.....	—	—	—	1	—	1	1
A transportar.....	8	7	15	4	8	12	27

Causa da morte	Sexo masculino			Sexo feminino			Total geral
	Maiores	Menores	Total	Maiores	Menores	Total	
Transporte.....	8	7	15	4	8	12	27
Lesão cardíaca	2	—	2	—	—	—	2
Paralisia	—	1	1	—	1	1	2
Perniciosa.....	1	3	4	—	1	1	5
Pneumonia.....	3	1	4	1	—	1	5
Prostatite	2	—	2	—	—	—	2
Septicémia puerpural.....	—	—	—	1	—	1	1
Sífilis	1	2	3	—	—	—	3
Tuberculose.....	2	—	2	1	—	1	3
Úlcera no estômago.....	1	—	1	—	—	—	1
Doenças diferentes.....	4	7	11	3	3	6	17
Total.....	24	21	45	10	13	23	68

Moçambique

(Território sob a directa administração do Estado)

Principais mercadorias importadas no 1.º semestre de 1930

Designação	Valores Escudos-ouro
Aço e ferro em barras, chapas, varões e vigas em obra..	80.145\$62
Aparelhos e máquinas agrícolas	216.329\$45
Arroz em grão.....	217.784\$18
Automóveis para transporte de pessoas.....	48.822\$00
Calçado de qualquer qualidade.....	39.485\$78
Camiónes e camionetas.....	100.551\$63
Carvão mineral.....	138.202\$26
Farinha de trigo	71.957\$72
Gasolina	149.341\$70
Máquinas e pertences para indústrias e minas	203.782\$88
Tecidos de algodão	1.812.449\$89
Tecidos de lã.....	19.978\$55
Tecidos de seda	29.124\$60
Vinhos comuns.....	378.812\$52

Principais mercadorias exportadas no 1.º semestre de 1930

Designação	Valores Escudos-ouro
Açúcar	289.431\$21
Algodão em rama	114.945\$37
Amendoim	100.538\$65
Bagaço de amendoim	4.402\$80
Bananas	156.486\$10
Casca de mangal	38.061\$06
Castanha de cajú	48.377\$64
Copra	817.806\$54
Feijão cafreal	11.575\$83
Gergelim	17.192\$66
Mafurra	110.288\$45
Mapira	44.815\$07
Milho	97.638\$56
Óleo de amendoim	58.322\$87
Óleo de copra	8.963\$44
Sisal	503.031\$68

Balança comercial no 1.º semestre de 1930

Importação	8.437.435\$13
Exportação	4.297.513\$00

Companhia de Moçambique

Cana sacarina

Áreas sob culturas e respectivas produções no ano de 1929

Entidades exploradoras Designação	Área cultivada de cana Hectares
Total	9.125
Sena Sugar Estates	4.979
Companhia Colonial do Búzi	3.863
Companhia do Govuro	283

Produção de açúcar — Toneladas

Total	36 280
Sena Sugar Estates	28.953
Companhia Colonial do Búzi	7.327

Companhia de Moçambique**Médias da produção de açúcar, por hectares de cana**
Toneladas

Entidades exploradoras Designação	Área cultivada de cana Hectares
Sena Sugar Estates	5,81
Companhia Colonial do Búzi	1,89
Média	4,10

Oleaginosas**Produção no ano agrícola de 1928-1929**

Ano	Amendoim Sacos de 37 quilos	Gergelim Sacos de 90 quilos	Ricino Sacos de 90 quilos	Girassol Sacos de 50 quilos	Cocos Número de cocos (*)
1928-1929.....	13.748	629	—	510	386.258

(a) Aproximado.

Milho**Produção e áreas em cultura, por hectares, no ano agrícola de 1928-1929**

Ano	Produção Sacos de 90 quilos	Áreas em cul- turas Hectares	Média da pro- dução por he- ctares Sacos de 90 quilos
1928-1929.....	169.580	25.827	6,56

Média produtiva, por hectare, nas principais circunscrições agrícolas, no ano de 1928-1929

Ano	Principais circunscrições agrícolas			
	Búzi	Chimoio	Manica	Neves Ferreira
1928-1929.....	11,14	6,24	6,67	5,69

Fibras**Produção e áreas sob cultura, no ano agrícola de 1928-1929**

Ano	Algodão					Sisal	
	Produção			Áreas em cultu- ras		Produ- ção Tonela- das	Áreas Hecta- res
	Total Quilos	Por euro- peus Quilos	Por indí- gena Quilos	Hectares			
				De eu- ropeus	De in- dígenas		
1928-1929....	1.483.236	89.306	1.391.939	428	9.340	600	2.000

Entrepasto Colonial de Lisboa
Existência de produtos coloniais em 31 de Janeiro de 1931

Designações	Espécies	Quantidades	Quilos
Açúcar	Sacos	9.967	972.700
Algodão	Fardos	229	49.028
Almeidina	Sacos	200	12.000
Borracha	»	26	1.560
Cacau	»	43.185	3.018 540
Café	»	23.607	1.416.420
Cêra	Gamelas	264	26.400
Coconote	Sacos	10.731	643.860
Cola	»	323	21.020
Copra	»	385	19.250
Couros	Cranel	21.752	155.500
Diversos	Volumes	1.257	9.000
Feijão	Sacos	134	12.060
Gergelim	»	508	35.420
Goma	»	132	9.240
Madeira	Pranchas	26	5.200
Mancarra	Sacos	505	25.250
Milho	»	40.776	3.866.035
Oleo de palma e outros	Pipas, barris, etc.	987	188.700
Peixe em salmoura	Barris	676	67.600
Purgueira	Sacos	3	120
Quina	»	537	37.590
Rícino	»	1.782	106.920
Sementes	»	8	480
Sisal	Fardos	316	63.200
Trigo	Sacos	4.209	399.810
Somas		162.525	11.162.903

Movimento de recortes de jornais portugueses e estrangeiros durante o mês de Fevereiro de 1931:

Entidades a quem são enviados recortes	Jornais portugueses		Jornais estrangeiros			
	Colónias portuguesas		Colónias portuguesas		Administração colonial doutros países	
	Fólias	Recortes	Fólias	Recortes	Fólias	Recortes
Sua Ex. ^a o Ministro das Colónias..	—	—	19	64	—	—
Agência Geral das Colónias	201	540	21	58	3	9
Governo da Província de Cabo Verde	18	48	1	1	—	—
Governo da Província da Guiné ...	51	118	—	—	—	—
Governo da Província de São Tomé e Príncipe	21	71	—	—	—	—
Governo Geral da Província de Angola	86	252	10	26	—	—
Governo Geral da Província de Moçambique	49	110	6	18	—	—
Governo Geral do Estado da Índia	26	44	—	—	—	—
Governo de Macau	20	54	1	1	—	—
Governo do Distrito Autónomo de Timor	28	75	—	—	—	—
Presidente da Delegação Portuguesa à Sociedade das Nações...	55	116	—	—	—	—
Embaixador de Portugal em Londres	50	104	—	—	—	—
Delegação Portuguesa à Sociedade das Nações	54	115	—	—	—	—
Direcção do Porto e dos Caminhos de Ferro de L. Marques	171	432	—	—	—	—
Total.....	830	2.079	58	168	3	9

Distribuição gratuita do Boletim da A. G. C. (Fevereiro)

	Continente e Ilhas	Colónias	Estrangeiro	Total
Altos Comissariados e Governos do Ultramar	—	300	—	300
Estabelecimentos de ensino superior e secundário.....	102	—	—	102
Jornais e Revistas Portuguesas	30	18	—	48
Jornais e Revistas Estrangeiras	—	—	87	87
Legações e Consulados Portugueses	—	—	105	105
Legações e Consulados Estrangeiros.....	46	—	—	46
Outros estabelecimentos e entidades.....	149	3	108	260
Soma.....	327	321	300	948

Cotações dos produtos coloniais na praça de Lisboa
Médias referidas às semanas que findaram nos dias
abaixo indicados

GÊNEROS	Unidades	FEVEREIRO DE 1931			
		7	14	21	28

Angola					
Algodão	1 kg.	4\$50	4\$50	4\$50	4\$75
Amendoim	15 kgs.	17\$75	18\$25	17\$75	18\$25
Almeidina	1 kg.	—	—	—	—
Borracha Ambriz 1. ^a	»	—	—	—	—
» 2. ^a	»	—	—	1\$50	1\$50
» Luanda e Benguela 1. ^a	»	—	—	—	—
» Luanda e Benguela 2. ^a	»	—	—	—	—
Café Ambriz	15 kgs.	35\$50	37\$00	38\$00	37\$50
» Cazengo	»	31\$50	32\$00	35\$00	35\$00
» Encoge	»	33\$00	34\$00	36\$00	36\$00
» Novo Redondo	»	45\$00	47\$50	47\$50	47\$50
Cêra	1 kg.	8\$30	8\$30	8\$55	8\$55
Coconote	15 kgs.	16\$25	16\$25	16\$25	16\$25
Couros de Benguela	1 kg.	4\$00	3\$75	4\$00	4\$00
» limpos	»	5\$00	4\$75	5\$00	5\$00
Feijão mistura	15 kgs.	8\$00	8\$50	8\$00	8\$50
» escolha	»	10\$50	11\$00	10\$50	11\$00
Gergelim	»	17\$00	16\$50	16\$50	16\$50
Goma capolo	1 kg.	3\$55	3\$55	3\$55	3\$55
» branca de 1. ^a	»	2\$70	2\$70	2\$70	2\$70
» mixta	»	1\$00	1\$00	1\$00	1\$00
» preta	»	\$50	\$50	\$50	\$50
Mandioca { Amido	»	\$60	\$60	\$60	\$60
Farinha	»	—	—	—	—
Melaço	»	\$25	\$25	\$25	\$25
Milho	»	\$52,5	\$53	\$54	\$54
Óleo de palma mole	15 kgs.	27\$00	26\$75	26\$75	26\$75
» » rijo	»	25\$50	25\$50	26\$00	26\$00
Ramas { escura	1 kg.	\$90	\$90	\$90	\$95
» branca	»	1\$00	1\$00	1\$00	1\$15
Rícino	»	16\$00	16\$00	16\$00	16\$00
S. Tomé					
Cacau fino	15 kgs.	38\$00	37\$00	36\$00	35\$00
» paiol	»	28\$00	27\$00	26\$00	25\$00
» escolha	»	19\$00	18\$50	18\$00	17\$25
Café S. Tomé	»	135\$00	135\$00	135\$00	135\$00
» Libéria	»	39\$50	39\$50	39\$50	39\$50
Copra	»	—	23\$00	23\$00	23\$00
Quina	1 kg.	—	—	—	3\$00
Rícino	15 kgs.	—	16\$00	16\$00	16\$00
Guiné					
Coconote	15 kgs.	16\$25	16\$50	16\$25	16\$25
Cabo Verde					
Café	15 kgs.	—	—	120\$00	120\$00

Médias mensais refe

Designação	Unidades	Janeiro	Fevereiro	Março
Açúcar (ramas) escuro	1 quilo	1\$00	1\$00	1\$00
» » branco	»	1\$20	1\$20	1\$20
Algodão	»	9\$00	8\$80	8\$50
Almeidina	»	—	—	—
Amendoim	15 quilos	26\$00	26\$75	27\$00
Borracha Ambris, 1. ^a	1 quilo	3\$90	4\$05	3\$75
» » 2. ^a	»	3\$25	3\$30	3\$05
» Luanda e Benguela 1. ^a	»	4\$15	4\$25	4\$00
» » » 2. ^a	»	3\$50	3\$40	3\$30
Cacau escolha	15 quilos	32\$00	32\$00	30\$50
» fino	»	64\$00	64\$00	61\$25
» paiol	»	54\$00	54\$00	51\$25
Café Ambris	»	66\$00	63\$75	57\$00
» Casengo	»	64\$75	62\$75	56\$00
» Encoge	»	65\$25	63\$25	56\$50
» Novo Redondo	»	75\$00	71\$75	69\$50
» S. Tomé	»	178\$75	177\$50	175\$00
» Libéria	»	68\$25	66\$00	57\$25
Cêra	1 quilo	12\$25	11\$95	11\$80
Coconote	15 quilos	26\$75	26\$00	22\$00
» da Guiné	»	26\$75	26\$00	22\$00
Couros de Benguela	1 quilo	7\$30	6\$40	6\$45
» limpos	»	8\$50	7\$95	7\$70
Farinha de amido	»	\$60	\$60	\$60
» » mandioca	»	\$60	\$60	—
Feijão misiura	15 quilos	11\$50	11\$75	11\$50
» escolha	»	14\$50	14\$50	14\$40
Gergelim	»	24\$75	23\$75	22\$50
Goma capolo	1 quilo	3\$65	3\$65	3\$70
» branca	»	2\$80	2\$75	2\$80
» mixta	»	1\$05	1\$10	1\$00
» preta	»	\$60	\$60	\$60
Melaço	»	\$20	\$20	\$20
Milho	»	\$80	\$77	\$75
Óleo de palma rijo	15 quilos	45\$25	44\$75	38\$50
» » » mole	»	47\$25	46\$75	40\$75
Ricinos	»	20\$50	18\$00	19\$25

Cotações

ridas ao ano de 1930

Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
\$95	\$95	\$90	\$90	\$90	\$90	\$90	\$90	\$95
1\$20	1\$15	1\$00	1\$00	1\$00	1\$00	1\$00	1\$00	1\$05
8\$20	7\$75	7\$35	6\$75	6\$70	6\$25	5\$80	5\$45	4\$50
—	—	—	—	—	—	—	—	—
23\$25	22\$25	20\$25	19\$25	17\$00	18\$75	19\$00	18\$75	18\$75
3\$15	3\$00	3\$00	3\$00	3\$00	3\$00	2\$90	2\$75	2\$75
2\$50	2\$25	2\$20	2\$20	2\$25	2\$25	2\$05	2\$00	1\$85
3\$35	3\$05	3\$05	3\$05	3\$05	3\$05	2\$95	2\$80	2\$80
2\$75	2\$30	2\$40	2\$35	2\$40	2\$40	2\$10	2\$10	2\$15
29\$25	28\$00	27\$50	27\$50	26\$50	23\$50	21\$50	21\$75	20\$50
58\$25	56\$25	54\$75	55\$00	53\$50	46\$00	42\$50	43\$75	41\$25
48\$25	46\$25	44\$75	45\$00	43\$50	35\$75	32\$50	33\$75	31\$25
56\$00	55\$50	50\$75	46\$50	46\$25	43\$50	42\$25	37\$75	34\$00
54\$50	54\$00	48\$75	45\$00	44\$75	41\$50	40\$00	36\$00	30\$75
55\$25	54\$50	49\$25	45\$50	45\$25	42\$00	40\$50	36\$50	31\$25
68\$75	68\$75	65\$25	63\$00	58\$75	55\$25	54\$50	51\$25	47\$25
170\$00	165\$00	165\$00	165\$00	163\$00	155\$75	147\$50	150\$00	145\$00
56\$50	57\$00	55\$50	55\$00	53\$50	51\$50	49\$50	47\$75	43\$75
11\$85	11\$75	11\$20	10\$10	8\$65	8\$00	8\$30	9\$00	9\$00
21\$50	23\$25	22\$00	19\$75	19\$75	20\$00	19\$00	19\$00	18\$75
21\$25	23\$25	21\$75	19\$50	19\$75	20\$00	19\$00	19\$00	18\$75
6\$75	6\$40	6\$00	5\$55	4\$90	4\$25	4\$15	4\$50	4\$50
8\$00	7\$35	7\$00	6\$55	5\$90	5\$25	5\$25	5\$70	5\$75
\$60	\$60	\$60	\$60	\$60	\$60	\$60	\$60	\$60
—	—	—	—	—	—	—	—	—
11\$75	11\$50	11\$50	11\$25	11\$00	10\$50	10\$75	10\$50	9\$75
14\$50	14\$25	14\$25	14\$50	14\$25	14\$00	14\$25	13\$25	12\$25
22\$00	22\$00	20\$25	16\$50	16\$50	16\$75	17\$00	17\$25	17\$25
3\$60	3\$55	3\$75	3\$60	3\$55	3\$55	3\$50	3\$50	3\$50
2\$75	2\$75	2\$90	2\$80	2\$75	2\$75	2\$70	2\$70	2\$70
1\$00	1\$00	1\$00	1\$05	1\$05	1\$05	1\$00	1\$00	1\$00
\$55	\$55	\$55	\$55	\$55	\$55	\$50	\$50	\$50
\$20	\$20	\$20	\$20	\$20	\$20	\$20	\$20	\$20
\$77	\$65	\$57	\$54	\$55,5	\$59,5	\$55,5	\$57	\$56
37\$00	37\$25	32\$75	27\$50	26\$75	26\$75	26\$75	26\$50	26\$75
38\$50	40\$00	34\$75	28\$25	28\$75	28\$50	28\$50	28\$50	28\$50
19\$50	20\$75	20\$50	19\$25	19\$75	19\$75	19\$50	19\$50	19\$00

LEGISLAÇÃO COLONIAL

Reorganização administrativa da Colónia de Angola

Decreto n.º 19.381

Considerando que em todo o vasto império colonial português, com excepção de Angola, o equilíbrio dos orçamentos é princípio fundamental de administração aceite pelos povos e praticado pelos Governos, facto que constitui uma das mais altas afirmações do génio colonizador e da nossa grande capacidade organizadora e administrativa;

Considerando que só em Angola se não atingiu ainda este resultado e que, depois de longamente haver ponderado os aspectos do problema financeiro dessa colónia, julgou o Governo da República necessário e possível equilibrar o seu orçamento ordinário;

Considerando que para tanto não bastam pequenas economias, impondo-se uma quasi total remodelação de serviços e de quadros, em que o Governo da República e o governo da colónia devem colaborar, subordinando-se este às grandes directrizes que aquele traçar;

Considerando que esta organização é reclamada não só pelas razões financeiras, mas também pelas necessidades da produção e pela conveniência de valorizar o próprio organismo administrativo da colónia;

Considerando que a legislação sobre o funcionalismo chegou a um estado de confusão que permite abusos que oneram gravemente a Fazenda da colónia, concorrendo pelas formas mais diferentes para grandes despesas;

Considerando que na execução do orçamento não se têm observado em Angola, com a rigidez indispensável, os princípios do direito orçamentário, praticando-se actos que nem sob o ponto de vista das normas de uma boa técnica financeira nem sob o aspecto das exigências de uma regrada administração dos dinheiros de todos é fácil defender;

Considerando que a contabilidade de Angola não oferece as necessárias garantias de rigor, regularidade e actualidade — o que gravemente prejudica a boa gestão do património colectivo;

Considerando que os serviços da tesouraria chegaram a um grande estado de desordem;

Considerando que uma das grandes causas de todos os males apontados tem sido a fraqueza da fiscalização exercida sobre a administração da Fazenda da colónia;

Considerando que a experiência mostra que as fórmulas de fiscalização da AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

lização até hoje adoptadas têm sido ineficazes, o que leva à convicção de que só pelo estabelecimento de uma nítida separação entre as funções de administração e as de fiscalização será possível chegar a resultados sérios — para o que necessário é criar e regular o funcionamento de órgãos que em nada dependam do governo de Angola e que permanentemente exerçam uma acção de defesa das normas do direito financeiro, estando presentes a todos os actos de execução do orçamento;

Considerando que, inegavelmente, convém à colónia que as funções de fiscalização, com o correspondente poder de impor sanções, sejam confiadas ao Poder Central, ficando as de administração, com a autonomia e responsabilidades legais, a organismos dependentes do governo da colónia;

Considerando que os interesses e a segurança do império colonial português comandam, como principio fundamental de vida, a manutenção do equilíbrio orçamental da metrópole e a definição exacta das suas responsabilidades por virtude das despesas que respeitem a Angola, acentuando-se que de facto não quer o Governo Central sair dos limites que essas responsabilidades traçarem;

Considerando que, embora esta larga reforma administrativa exija um trabalho de muitos meses, é necessário que o orçamento para 1931-1932 obedeça aos seus principios fundamentais;

Considerando que é urgente adoptar medidas severas que tendam a diminuir tanto quanto possível a extensão do *deficit* que para o corrente ano económico se prevê em Angola;

Considerando que é necessário resolver os problemas que se prendem com o pagamento dos encargos da dívida da colónia, cujo atraso afecta gravemente o seu crédito;

Considerando que o Governo Central, durante um pequeno periodo de transição, está disposto ainda a realizar sacrificios, que facilitem a solução da crise financeira de Angola;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O Ministtro das Colónias, com a cooperação do governo geral de Angola, procederá imediatamente à reorganização administrativa desta colónia com os objectivos seguintes:

- a) Concentração e redução eficiente dos serviços e quadros;
- b) Revisão geral da legislação respeitante ao funcionalismo;
- c) Estabelecimento de garantias eficazes para a rigorosa execução do orçamento;
- d) Reorganização da contabilidade central e local da colónia em termos que assegurem a elaboração das contas desta dentro de periodos certos;

e) Remodelação dos serviços de tesouraria;

f) Separação entre as funções de administração geral e as da fiscalização da Fazenda de Angola, competindo as primeiras, com a auto-

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

nomia legal, ao governo da colónia, e as segundas ao Governo Central;

g) Distinção entre as responsabilidades financeiras da metrópole e as da colónia, limitando-se aquelas tam sòmente às despesas da sua soberania, definidas em diploma especial, aos subsídios a que o Poder Central se haja obrigado expressamente e aos compromissos tomados em contratos avalizados por êle.

§ único. Na reorganização a que se refere o presente artigo ao governo geral de Angola competirá a regulamentação dos diplomas que o Ministro das Colónias fizer publicar. Os regulamentos elaborados para cumprimento dêste artigo terão carácter provisório enquanto não forem aprovados pelo Ministro das Colónias.

Artigo 2.º Enquanto se não fizer a reforma da contabilidade de Angola, ao Ministro das Colónias é vedado:

1.º Criar despesas que fiquem a cargo de Angola ou praticar actos que importem a sua realização;

2.º Autorizar despesas por conta da colónia sem prévia informação da sua Direcção dos Serviços de Fazenda sôbre a existência de verba e cabimento.

Artigo 3.º A elaboração do orçamento para 1931-1932 obedecerá aos preceitos da reorganização administrativa, realizando o equilibrio das receitas e despesas classificadas de ordinárias pelas normas da contabilidade pública, devendo estar aprovado antes de 15 de Maio de 1931.

§ 1.º Serão adoptadas desde já as providências necessárias para a maior diminuição possível das despesas do exercício corrente, pela supressão de cargos ou serviços dispensáveis, pela revisão da legislação sôbre vencimentos e subsídios ao funcionalismo e pelo adiamento de trabalhos que não sejam urgentes ou de encargos que seja possível diferir. A revisão do orçamento em vigor será feita em harmonia com essas providências.

§ 2.º Desde a publicação dêste decreto ficam suspensas em todos os serviços públicos da colónia as nomeações, promoções, admissões por contratos e as concessões de tôdas as diuturnidades ou licenças para gozar na metrópole, salvo no caso de perigo de vida para o funcionário.

§ 3.º Todos os funcionários cujos lugares forem extintos pela aplicação dêste decreto serão colocados na situação de adidos.

Art. 4.º É autorizado o governo de Angola:

1.º A contratar com o Ministério das Finanças a liquidação das contas de juro de dividas da colónia à metrópole até o fim do ano económico de 1930-1931, pela forma indicada nos artigos 8.º, 9.º e 10.º do decreto n.º 18:460, de 14 de Junho de 1930.

2.º A contratar com a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência a unificação das dividas da colónia à mesma Caixa, comprehendidas as de juros que sejam devidos até 30 de Junho de 1931, e modificando-se as condições de juro e amortização da dívida assim unificada.

3.º A contratar com o Banco de Angola:

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

a) Um suprimimento, dentro do limite de circulação indicado no artigo 37.º do decreto n.º 16:430, de 28 de Janeiro de 1929, exclusivamente destinado a pagamento de débitos da colónia não respeitantes a funcionários, em conta do exercício corrente ou de outros anteriores;

b) A unificação de todas as dívidas da colónia ao Banco de Angola, em conta de capital ou de juros, que se apurem até 30 de Junho de 1931, compreendendo a que resultar da aplicação da alínea antecedente e excluindo a mencionada no n.º 2.º do artigo 45.º do citado decreto.

4.º A estabelecer, com aprovação do Ministro das Colónias, a forma de serem pagos os vencimentos atrasados aos funcionários públicos e quaisquer outras dívidas que não possam ser satisfeitas pelos meios referidos no n.º 3.º

§ 1.º Na execução do disposto neste artigo fica dispensada a aplicação do artigo 2.º do decreto n.º 16:430, de 28 de Janeiro de 1929, até onde fôr indispensável.

§ 2.º O governador geral de Angola poderá fazer celebrar e assinar, por procurador bastante, em nome da colónia, qualquer dos contratos previstos neste artigo. A direcção das negociações necessárias para conclusão dos contratos referidos pertence ao Ministro das Colónias.

Art. 5.º São autorizados o Governo, a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência e o Banco de Angola a celebrar os contratos previstos no presente diploma e necessários para a sua execução.

§ 1.º É de cinco dias o prazo a decorrer entre a convocação e a reunião da assembleia geral do Banco de Angola para as deliberações que a matéria deste decreto der lugar, e, para os mesmos efeitos, é reduzido a dois dias o prazo a que se refere o § 4.º do artigo 2.º do decreto n.º 16:274.

§ 2.º Não podendo a reunião realizar-se em primeira convocação por falta de número de accionistas ou de capital suficiente, far-se-á dois dias depois, seja qual fôr a representação dos accionistas ou do capital.

Art. 6.º As operações de câmbio, a compra e venda de moeda e de valores que a representem somente poderão ser efectuadas em Angola pelo Banco emissor da colónia.

Art. 7.º É autorizado o Governo a publicar os diplomas que, para a completa execução deste, forem necessários.

Art. 8.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Angola.

Do «Diário do Governo»

Fevereiro de 1931

- Dia 9 — N.º 33, 1.ª Série — Decretos n.ºs 19.326, 19.327 e 19.328, autorizando a Companhia Colonial Portuguesa, a Companhia da Roça Saúde e a Companhia da Roça Angra Toldo, com sede em Lisboa, a conservarem no seu domínio e posse, por mais de dez anos, os imobiliários que possuem na colónia de S. Tomé e Príncipe.
- Dia 10 — N.º 34, 1.ª Série — Decreto n.º 19.335, determinando que as funções que, pelos Estatutos do Banco Nacional Ultramarino, pertencem ao seu conselho de administração sejam exercidas para todos os efeitos legais, até à reunião da próxima assembleia geral, por um conselho administrativo nomeado pelo Governo.
- Dia 11 — N.º 35, 1.ª Série — Portaria n.º 7.026, constituindo o Conselho Administrativo do Banco Nacional Ultramarino, a que se referem os artigos 1.º e 2.º do decreto n.º 19.335.
- Dia 14 — N.º 38, 1.ª Série — Decreto n.º 19.355, autorizando o governador geral de Angola a publicar e a pôr imediatamente em execução, adaptando-o às circunstâncias da colónia, o decreto n.º 19.143, sobre atentados contra a segurança pública.
- Dia 20 — N.º 42, 1.ª Série — Decreto n.º 19.369, prorrogando por um ano os contratos dos serviçais que o desejem e que se encontrem trabalhando na colónia de S. Tomé e Príncipe.
- Dia 27 — N.º 48, 1.ª Série — Portaria n.º 7.037, declarando nulo o diploma legislativo n.º 147 da colónia de Timor, de 11 de Agosto de 1930, que aprova um novo regulamento para o lançamento e cobrança da contribuição predial.

Dos Boletins oficiais

Cabo Verde

Boletim n.º 3, de 17 de Janeiro de 1931

Portaria n.º 590, de 14 de Janeiro, suspendendo a execução da portaria n.º 581, de 17 de Dezembro último.

Boletim n.º 6, de 7 de Fevereiro de 1931

Diploma Legislativo n.º 278, de 7 de Fevereiro, prorrogando por mais seis meses o diploma legislativo n.º 249, que isentou de direitos e mais imposições aduaneiras a exportação do café, fibras de agave, sementes de purgueira e rícino, tornando-o extensivo ao milho e feijão.

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Angola*Boletim n.º 2, de 10 de Janeiro de 1931*

Portaria n.º 707, de 30 de Dezembro findo, fixando, para vigorar até 31 de Março de 1931, os valores atribuídos aos géneros coloniais exportados pelas casas fiscais da colónia e que não tenham cotação oficial conhecida.

Boletim n.º 3, de 17 de Janeiro de 1931

Diploma Legislativo n.º 171, de 9 de Janeiro, dispensando de reconhecimento notarial os documentos autênticos oficiais passados pelas Repartições do Estado, ou dos corpos ou corporações administrativas, quando sobre a assinatura de quem os firmar esteja aposto o selo branco da respectiva repartição.

Boletim n.º 4, de 24 de Janeiro de 1931

Diploma Legislativo n.º 176, de 19 de Janeiro, alterando os artigos 51.º e 64.º do Regulamento para a exploração do Cais do Porto do Lobito, aprovado por Diploma Legislativo n.º 747, de 24 de Março de 1928.

Mozambique*Boletim n.º 3, de 17 de Janeiro de 1931*

Portaria n.º 1.243, de 17 de Janeiro, estabelecendo o quantitativo de açúcar branco que cada uma das fábricas açucareiras, existentes nos territórios desta colónia sob a directa administração do Estado, deverá fornecer para consumo da colónia durante o corrente ano cultural.

INFORMAÇÕES E NOTÍCIAS

A política financeira de Angola

Sua Ex.^a o Ministro das Colónias apresentou em Conselho de Ministros, para apreciação, um importante documento sobre a política financeira de Angola, que a seguir transcrevemos na íntegra e a que se segue o decreto n.º 19.381, que vai também na íntegra na secção de Legislação:

«O princípio do equilibrio dos orçamentos é hoje a sólida base em que assenta a administração portuguesa. No nosso vasto Império, excepção feita de Angola, todos o aceitaram como um grande dever de honra para com a Nação. Não podíamos dar ao mundo maior prova de que não se perderam ainda, na raça, as eminentes qualidades e possibilidades de colonização, que fizeram a força, a grandeza e o orgulho do passado, e hão-de fazer a força, a grandeza e o orgulho do futuro.

As populações e aos imensos territórios que a nossa soberania sujeita, garantimos, dentro da segurança que lhes dá o equilibrio atingido, o desenvolvimento contínuo, pacífico e harmónico das suas faculdades e riquezas.

É uma obra magnífica, que em todos os pontos da terra prosseguimos sem descanso, lenta e firmemente — porque queremos que resista séculos. Tem deficiências, porque é de homens, mas nela se espelham as grandes virtudes com que nos honramos; comparando-a com a dos mais povos, ninguém a poderá atingir com críticas que os outros não mereçam também.

Vai a crise presente afundando, por toda a parte, vastos interesses e empreendimentos, levantando dificuldades que algumas vezes parecem insuperáveis; mas a verdade é que, ainda nesta hora, não se vêem, no mundo português, problemas que excedam as nossas possibilidades: nenhum será superior à vontade da Nação se lha quisermos opôr.

Tudo isto nos dá tal autoridade e força em face do caso excepcional de Angola, que não hesita o Governo em falar dele aberta e claramente ao País, na certeza de que as dificuldades que, na administração dessa colónia, se levantam, nem por serem muito delicadas e complexas, estão para além dos seus meios de acção.

★ ★ ★

O problema de Angola, tem, na questão financeira, o seu aspecto fundamental. É esta definida pelos termos gerais seguintes, que são de

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

uma gravidade evidente: dívidas exigíveis que atingem já algumas dezenas de milhar de contos; um «deficit» previsto de 100.000 contos e a possibilidade do seu agravamento por aumentarem ainda as despesas e diminuírem as receitas; a tradição da sua cobertura por meio de suprimentos da Metrópole, a fraqueza de sucessivos governos da colónia para equilibrarem a vida financeira desta, apesar da larga autonomia de que têm gozado.

Em face de uma situação assim, que atitude deve o Governo da República tomar para defender e zelar os altos interesses da Nação Portuguesa que lhe estão confiados?

A esta pergunta respondem duas correntes de opinião — tam divergentes nos princípios em que assentam e nos efeitos que podem acarretar, que é dever expô-las à consideração pública. Não crê o Governo que haja, no momento presente, debate em que deva pôr-se isenção mais pura e mais patriótica vontade de acertar: encará-lo com espírito diferente, seria cometer um verdadeiro acto de traição para com o Império Português, que é a mais nobre resultante de uma história de que todos participamos.

1) Pretendem alguns que o Governo, assente no princípio de que, sendo impossível extinguir o «deficit» orçamental de Angola, é obrigação da Metrópole fornecer-lhe os subsídios precisos, cobrindo com escudos a parte em que os gastos ordinários excederem as receitas;

2) Outros, considerando possível o equilíbrio das contas de Angola — que dispõe do total das suas receitas e tem a responsabilidade das despesas — entendem que à Metrópole não cabe pagar os seus «deficits» ordinários; as quantias com que o Governo Central a possa ajudar devem ser reservadas para despesas reprodutivas, dentro de um plano demoradamente estudado.

Estes são, nas suas linhas dominantes, os dois rumos que à política financeira de Angola podem ser dados.

Serenamente temos de os examinar nos seus mais salientes aspectos, para que a decisão que sair de uma análise de boa fé, tomada com calma, para ser seguida com firmeza, ganhe, na opinião geral, a força precisa para vencer as adversidades que o tempo e os pequenos interesses dos homens lhe oponham.

I — A política de desequilíbrio

Imaginemos que, adoptando a primeira das orientações afirmadas, resolvía o Governo fornecer todos os anos a Angola as somas precisas para pagar o seu «deficit». Teríamos de aumentar, de uma maneira permanente, as despesas do Ministério das Colónias em cerca de 100.000 contos, isto é, teríamos de procurar, para cada orçamento, mais as receitas equivalentes. Onde encontrá-las? Nas condições actuais o problema põe-se em «termos que nos forcem a concluir que é impossível resolvê-lo persistindo-se nesta política velha». Disso se convencerão todos os que, por uns minutos, se detiverem diante dos recursos que se oferecem.

1.º Recurso: O aumento dos impostos. Na situação económica actual está o contribuinte português — a braços com uma crise que, se não assume ainda aqui os aspectos de desespero que noutros países a caracterizam, contudo se faz sentir desagradavelmente em muitas actividades — em condições de suportar, por ano, o peso de mais de 100.000 contos de impostos. Todos devem saber que, para cobrarmos essa importância, teríamos de aumentar sensivelmente em 12 % todos os impostos indirectos ou em 17 % os directos gerais; seria como se acrescentássemos mais 50 % às colectas da contribuição industrial ou as da contribuição predial.

Todos vêem que não poderia ser. A violência do sacrifício excederia as forças do contribuinte português. É impossível lançar mão do imposto para pagar o «deficit» normal de Angola.

2.º Recurso: O empréstimo. Figuremos que Portugal, redourado pelo milagre da sua ressurreição financeira, ia directamente pedir emprestado o preciso para subsidiar Angola. Como o «deficit» da colónia parece ter carácter permanente, a Nação teria de pedir ao crédito, todos os anos, 100.000 contos, aumentando assim os seus encargos de juro em 7.000 e nalgumas centenas de milhar de escudos as despesas de amortização.

Ao fim de 10 anos, se não tentar um esforço salvador, a Nação terá dado, para os gastos ordinários de Angola, não se agravando as coisas, um milhão de contos, e os seus encargos permanentes estarão dilatados na quantia precisa para ocorrer ao juro e amortização dessa enorme dívida, que afinal recairá sobre o contribuinte metropolitano.

Mas tem mais sérios inconvenientes o sistema. Recorrendo ao empréstimo para pagar despesas ordinárias, em vez de resolvermos o problema de Angola, tê-lo-íamos complicado e com ele o da Metrópole — porque a força das circunstâncias havia de obrigar os governos a encarar a questão de frente e talvez numa altura em que a solução, se não fôsse impossível, seria, com certeza, ainda mais difícil do que hoje.

Acresce que o recurso ao empréstimo para a cobertura de um «deficit» ordinário permanente, já agora não é facilmente acessível. Nos dias que vão correndo, não se empresta com o sem-cuidado de há anos. Quem empresta, quer previamente saber para que vai dar o seu dinheiro, como vai ser aplicado, que sólida garantia de administração é oferecida. Para cobrir «deficits» ordinários seria difícil encontrar quem estivesse disposto a arriscar o seu ouro. Nesta hora de expiação dos erros, o passado é atentamente invocado. E se ainda, para esse fim, nos primeiros tempos, o crédito nos franqueasse hospitalmente as suas fontes, a repetição dos pedidos acabaria por secar todas as boas vontades.

Seria um áspero caminho, porque, à medida que por ele avançássemos, a dureza das exigências iria com justiça crescendo; e quem poderia prever a situação em que saíria, do inevitável ajuste de contas, o objecto que tantos sacrifícios tinha custado?

Este recurso é, de resto, condenado pela boa técnica financeira,
BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

pois não se entende que um país eternamente cubra os seus gastos ordinários com o que pede emprestado.

3.º *recurso: A circulação fiduciária.* Para subsidiar Angola poderemos recorrer à faculdade emissora da Metrópole? Ainda há, por este País fora, defensores do sistema, gente que, apesar da dureza da lição sofrida, advoga, com a ânsia do desespero, esta terrível solução. Lastimemos a cegueira e a secura das almas que, para alcançarem, na marcha do mal da sua fazenda, a ilusão de um alívio passageiro, desejariam arrastar de novo o País para os perigosos passos de que saiu, julgando que, com uma nova quebra do dinheiro, poderiam cobrir os prejuízos e afastar as misérias que a desvalorização e valorização anteriores deixaram. Seria a complicação dos mil problemas que a estabilização do escudo vai resolvendo devagar, e que, aguçados dentro desta crise, a breve trecho acarretariam uma situação bem mais dolorosa do que a presente.

Têm sido descritos tanta vez, e de modo tão flagrante, as consequências do sistema, que não vale a pena insistir nelas. A instabilidade do valor da moeda, a sua baixa progressiva, com as certezas da anarquia dos valores e duma miséria longa, devem afastar-nos desta solução.

Os que de boa-fé julgam que novas emissões de notas podem salvar os seus interesses, laboram num erro grave: o desequilíbrio do orçamento, a queda do valor da nota, a desordem de negócios e da contabilidade, a que o aumento da circulação fiduciária deu lugar, a política da rápida valorização adoptada depois, causaram prejuízos que têm de julgar-se definitivos, e a que, parece, não há forças humanas que possam dar remédio.

Todos têm de se convencer de que, em épocas como a que atravessamos, a harmonia da vida só pode ser defendida pela economia nos gastos, pela rigorosa disciplina social, pelo sacrifício dos interesses individuais diante da grandeza do interesse colectivo, pelo sentimento das responsabilidades de cada uma para com todos — pela prática das velhas virtudes de frugalidade, pertinácia, honradez, cuja labareda a guerra apagou em muitos corações e que serão sempre a grande força dos indivíduos e dos povos.

Devemos, pois, considerar cortadas, praticamente, todas as grandes formas por que poderia assegurar-se a continuação da política do desequilíbrio. Por isso, logo de princípio, se disse que ela deparava com uma impossibilidade.

Mas a questão tem outros aspectos — e não apenas os que rapidamente ficaram vistos: são os que se referem à legitimidade e vantagem dessa velha orientação.

Poderá, alguém, supor justa uma solução que atira, de facto, para cima de um contribuinte que não tem responsabilidade na desordem administrativa de Angola, o peso dos efeitos desta?

Na Metrópole, compreendendo o grande esforço de salvação comum empreendido, acompanhando-o fiel e orgulhosamente, trabalha um povo, a quem grandes sacrificios foram pedidos, e que, com nobre coragem,

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

os tem realizado; em Angola, poucos sacrifícios foi possível exigir e fazer, apesar de termos ali colonos de uma força de ânimo, de uma pertinácia e de um patriotismo incomparáveis. Não é justo que, nestas condições, se venha juntar, em momento tão difícil, mais um peso novo ao peso, já tão grande, dos sacrifícios feitos.

Embora não seja justo o pagamento do «deficit» ordinário de Angola pelo contribuinte português, pergunta-se: se o fôsse, seria conveniente? Exigi-lo-iam os interesses do Império, a grandeza da nossa obra colonizadora?

Talvez houvesse quem, pela afirmativa, se pronunciasse, no receio de que, se não pagarmos o excesso dos gastos de Angola, a diminuição dos quadros afrouxe a ocupação da colônia.

A razão não tem consistência. O que se pretende é uma ordem administrativa que estabeleça uma mais perfeita proporção entre os serviços e as necessidades, realizando uma ocupação menos cara mas não menos eficaz do que a actual, o que só pode dar-nos prestígio e força.

Outros dirão, talvez, que não é num momento de crise que pode atacar-se o problema, porque as consequências de uma política de restrições poderiam ser graves para a economia de Angola.

Mas a verdade é que a província tem vivido quasi sempre em crise económica e financeira. Corram-se os annos da colônia: com uma regularidade desconcertante, repetem-se as lástimas e reclamações dos commerciantes e dos agricultores; quasi com a mesma regularidade apparecem-nos queixas gerais contra os erros duma administração que nem sempre soube ser regrada. Aquella crise agravou-se, e estes desregramentos aumentaram. Não acabaremos com estes por causa daquella? O simples bom-senso de todos que responda: não é precisamente quando se atravessa um período de dificuldades económicas que, mais ainda do que nos momentos de lucros fáceis, as restrições e as economias se impõem?

Mudemos agora o pensamento para outra ordem de idéas; perguntemo-nos friamente: a que consequências pode conduzir esta politica de submissão ao «deficit» de Angola?

Esse processo de vida só pode levar ao desprestígio.

É a afirmação constante das nossas possibilidades organizadoras e criadoras que pode assegurar-nos a força e a autoridade internacionais de que todos os grandes semeadores de civilização precisam. Se alguma ambição se erguesse, no mundo, contra o nosso velho Império, o que poderia dar-lhe o apoio duma razão seria precisamente a persistência em atitudes de fraqueza, diante da desordem das finanças e dos serviços.

Esta politica de desequilibrio é, para os que governam, cómoda, é fácil; não levanta descontentamentos, não fere interesses, não irrita. Permite satisfazer durante algum tempo ambições, deixa que se pactue com abusos inveterados; sorri a muitas vaidades. Talvez por isso lhe tenha durado tanto a vida. Mas, na rápida illusão de uma abundância,

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

implacavelmente, vai aproximando os países das misérias que degradam e das ruínas que levam às grandes convulsões.

Assim, se vê que esta política não pode, hoje, ser defendida por um Governo com a consciência das suas responsabilidades.

II — Política de equilíbrio

Uma outra orientação pode, porém, conceber-se — de mais difícil execução, mas de resultados mais seguros e duradouros. Por ela, reconhecendo-se que é possível atingir o equilíbrio dos orçamentos ordinários de Angola, destinar-se-iam os auxílios da Metrópole, exclusivamente, a obras de fomento. O estudo das economias que podem resultar da refundição da máquina administrativa da colónia, concentrando serviços, trazendo outros a modestas proporções, reduzindo quadros, dá-nos a certeza de podermos atingir esse objectivo. As pequenas economias apenas poderiam conduzir a uma desordem maior ainda do que a actual.

Desde que Angola não tem recursos para sustentar os seus quadros e serviços de agora; desde que a Metrópole não deve dar os grandes subsídios anuais que seriam necessários para cobrir o «deficit» da colónia, só uma solução se apresenta para o problema: trazer os gastos normais de Angola até ao nível dos seus recursos ordinários.

A defesa da política de equilíbrio estaria feita com esta alegação: mas a verdade é que, mesmo que outra fôsse possível, esta era a única que, em boa razão, devia adoptar-se; é a sensata e honesta, a que prestígia e enriquece.

Temos até hoje seguido a primeira e os seus infelizes resultados estão à vista; na colónia, crise financeira constante, crise económica sempre latente; na Metrópole, a falta de segurança no equilíbrio orçamental, por nunca se saber por quanto vão ficar ao Tesouro, no fim de cada ano, os serviços públicos de Angola. A solução do problema, pela forma que agora se indica, não é indiferente à Metrópole, porque lhe dá a certeza de um equilíbrio orçamental, que, de outro modo, nunca poderá ter.

Mas as vantagens dominantes são, evidentemente, para Angola.

Com esta política, não se sacrifica o futuro a um presente que não cria riqueza e que desmoraliza — porque a permanência nas repartições, de uma multidão de funcionários, sem interesse activo pela produção, descontenta o contribuinte, que vê desaparecer, inutilmente, uma grande parcela do seu esforço e desvia das iniciativas agrícolas e comerciais braços e valores que o soldo do Estado, certo e cómodo, largamente solicita. As colónias são países em construção: só podem fazer-se, vagarosa e pertinazmente, com economia, sacrifício das comodidades pessoais, saber técnico, trabalho e disciplina; o amor dos papéis e das fórmulas complicadas embaraça o seu crescimento.

Bastaria que se reduzissem os serviços burocráticos ao que se mostrasse rigorosamente indispensável, para que, à agricultura e ao comércio, se tivesse prestado um serviço de inestimável valor. Se a isso

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

se conseguir juntar a modificação dos processos de trabalho dos organismos administrativos, empurrando-os para o contacto directo com a actividade produtora, convencendo-os de que só com a efectiva prestação de serviços podem justificar a sua existência, ter-se-iam talvez modificado os aspectos da vida económica de Angola, abrindo-lhe largos horizontes de prosperidade.

Se encararmos a questão pelo lado financeiro, ver-se-á que, com a orientação até agora seguida, o crédito da colónia se vai reduzindo a uma sombra. Esta vida de prodigalidade não pode conduzir à abastança, mas à desconfiança e à ruína. Lamentavelmente, tem-se sacrificado, assim, o porvir dêsse grande bocado de Portugal, onerando-o para pagar os luxuosos serviços com que o dotaram sucessivamente.

Só com o regresso a uma administração económica, regrada, sã, isso se poderá evitar — cimentando, com sacrificios de interesses e disciplina de todos, a base de confiança que o progresso da colónia reclama.

Tem Angola a seu lado uma província estrangeira, que, neste mesmo ano, lhe oferece um grande exemplo da política que se preconiza. O orçamento do Congo Belga, que, tanto tempo, fechou com saldos positivos, apresenta agora um «deficit». No projecto inicial subiam as despesas a 760 milhões de francos e as receitas a 620 — o que vinha a traduzir-se num desequilíbrio de 140 milhões. Levantou-se um côro de protestos contra as previsões feitas, clamando vários sectores da opinião contra o que se chama o pêso esmagador de um funcionalismo exagerado e de injustificados gastos militares. O Govêrno da Metrópole tomou nas suas mãos o orçamento que de África lhe transmitiam. Comprimiu; reduziu. Do «deficit» de 140 milhões, fez um «deficit» de 84, que na verdade, dado o auxilio que o fundo de reserva, constituído pelos saldos das gerências precedentes, vai prestar, se pode considerar limitado a 44. Assim, o Poder Central, com louvável decisão, realizou uma formidável economia. Para isso houve que empregar uma cirurgia enérgica, suprimindo muitas vagas de funcionários, iniciando uma severa reorganização dos quadros, das divisões territoriais e da força pública.

É esta a atitude que as circunstâncias aconselham. O Congo Belga soube assumi-la ousadamente, logo à primeira investida do «deficit». Angola tem-no conservado com as suas velhas raízes, deixando que o correr do tempo vá emmaranhando o problema.

Mas hoje as coisas tornaram-se evidentes: para conservarmos as despesas ordinárias no seu estado presente, teríamos de adiar muito o desenvolvimento da província, de desistir, por agora, de espalhar nela, com grandes obras de fomento, as mil fontes de prosperidade de que precisa. Não pode ser. Temos de abrir a Angola as vias da abundância e do progresso. Só uma política de severa economia nos pode levar até êsse objectivo: temos de a adoptar — para que o Império não gaste, apagada e inutilmente, na vida de todos os dias, as reservas e as forças que lhe são precisas para continuar a obra gigan-

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

tesca de civilização que os séculos passados começaram — para que os vivos saibam ser fiéis aos mortos.

Todos vêm que se entra assim, de começo, num áspero caminho. Temos de sacrificar interesses velhos, de fechar o coração a sentimentalismos enraizados, cegos diante de tudo o que não seja o interesse público. Chegamos a uma hora em que a própria conservação da sociedade exige dos indivíduos o esquecimento de muito do que lhes respeita para procurarem, na sua consciência de portugueses, a velha disciplina, os ancestrais recursos de energia que a nossa raça maravilhosamente conserva para dominar os acontecimentos.

O dilema, que se põe diante da Nação, é este: ou, aceitando a impassível marcha das coisas, resignar-se ao que o futuro tiver de pior, ou, a golpes de sacrifícios, virilmente merecer e talhar um nobre destino. Este é o caminho: e vistos do alto desta tarefa magnífica de reorganizar Angola, os interesses, as ambições, os ideais que dividem, aparecem ridículos, mesquinhos, pequenos — como se do cima de uma montanha olhássemos ao longe homens que fôssem passando.

Se a vontade da Nação apoiar decidida e tenazmente esta orientação — que não é uma aventura, mas um método — a colónia tem certo um largo futuro — que só do nosso esforço depende. Teremos de lutar, de padecer, de teimar? Evidentemente. Mas a vida não é uma preguiça nem uma renúncia. E todos os portugueses, os de Angola como os da Metrópole, hão-de compreender que para levar até ao fim esta obra gloriosa, não podem isolar-se no plano egoísta em que estão os interesses, as liberdades, os direitos; têm de ascender por algum tempo ao plano superior em que somente se encontram os deveres.

O sr. Tamagnini Barbosa e a sua visita como governador de Macau à colónia de Hongkong

Antes de embarcar, de regresso a Lisboa, por motivo de haver terminado a sua comissão, mas ainda na qualidade de governador de Macau, o sr. dr. Artur Tamagnini de Sousa Barbosa visitou a vizinha colónia britânica de Hongkong.

Essa visita, como a que já fizera a Xangai e ainda outras, puseram em relêvo as qualidades políticas e diplomáticas daquele alto funcionário colonial, que soube, ao longo da sua administração, prestigiar com excepcional brilho o nosso país em terras do Extremo Oriente.

Uma tocante cerimónia no Consulado de França de Hongkong

Noticiando a visita do antigo e ilustre governador de Macau àquela colónia britânica, refere, em 13 de Fevereiro, o *Jornal de Macau*, que as manifestações de que o sr. dr. Tamagnini Barbosa e sua esposa foram alvo tiveram um alto significado.

«Chegaram — escreve aquele jornal — Suas Ex.^{as} a Hongkong em
BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

2 do mês corrente, vindos de Xangai, a bordo do *Banchi*, e logo ali se apresentou o capitão Coltman, ajudante de campo de Sua Ex.^a o Governador de Hongkong, Sir William Peel, a transmitir os cumprimentos de Sua Ex.^a e de Lady Peel, realizando-se, nesse mesmo dia, no Palácio do Governo, um jantar em honra dos ilustres hóspedes. Suas Ex.^{as} foram ainda homenageados com vários convites, entre os quais um chá na residência particular de Sir William Peel, (Mountain Lodge); um jantar, seguido de *soirée*, no Consulado do Japão; um almoço no China Merchants Restaurant, oferecido pelos representantes da Comunidade Chinesa de Macau, Ex.^{mos} Srs. Dr. Liu Yoc Lin, Joel José Choi, Hee-Cheong, e outras individualidades.

Na tarde do dia 8 realizou-se, no Consulado de França, a entrega solene das insignias da Grã-Cruz da Real Ordem do Cambodje a Sua Ex.^a o Sr. Tamagnini Barbosa e da Cruz de Oficial da Ordem do Anam ao Comandante da Aviação Naval Sr. José Cabral, alta e honrosa distinção com que o Governo Francês da Indo-China entendeu dever galardoar os socorros prestados em Macau aos aviadores franceses que, como em tempo noticiámos, o ano passado, em viagem de Hanoi para Cantão, forçadamente aterraram nas proximidades da Colónia. Ao acto da entrega assistiram, além do sr. Consul de Portugal, individualidades em destaque na colónia francesa e oficiais da marinha de guerra francesa.

Mr. Dufanie de la Prade, Consul de França, discursou, pondo em relevo a hospitalidade com que os franceses eram sempre recebidos em Macau e referiu-se ao reconhecimento do Governo da Indo-China por Sua Ex.^a o Sr. Tamagnini Barbosa, quando Governador de Macau, autoridades portuguesas e Aviação Naval.

Sua Ex.^a, num belo improviso, que lamentamos não se ter podido recolher, agradeceu a distinção conferida pelo Governo da Indo-China e disse ter desejado uma cerimónia simples por não poder esquecer que a gloriosa França está de luto pela morte do seu dilecto filho, o marechal Joffre, morte que também cobriu de luto os corações dos portugueses, que pela liberdade dos povos, em França, ao lado dos seus aliados se bateram.

Entre as entidades de Hongkong que visitaram Sua Ex.^a, no *Hongkong Hotel*, podemos citar: os Consules Gerais de França, Japão, Holanda, Itália e Alemanha; general Sandilands, comandante em chefe das forças do exército na China; Hon-Halifax, secretário colonial; director das Obras Públicas; Sir Robert Ho Tung; Kotwell, Sou-Shon e Braga, membros do Conselho do Governo, e várias outras pessoas. Numerosos foram também os membros da colónia portuguesa em Hongkong que visitaram Sua Ex.^a na véspera da partida, tendo a mesma Comunidade promovido uma sessão de homenagem a Sua Ex.^a no Club Lusitano, largamente concorrida, seguindo-se um chá e sendo-lhe oferecido como lembrança um lindo serviço de chá, em prata, com a seguinte inscrição: — «A Sua Ex.^a o Governador Sr. Sousa Barbosa, do Club Lusitano em Hongkong, como preito de muita consideração e gratidão.»

BOLETIM DA AGENCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Foram em número de oitenta as pessoas, contando-se, entre estas, as de mais alta representação, que de Macau se dirigiram a Hongkong a fim de apresentar ao governador cessante cumprimentos de despedida.

As visitas a Xangai, ao Japão, à Corêã, a Pequim e a Hongkong

O *Hongkong Telegraph*, de 7 de Janeiro, publicou uma interessante entrevista com o sr. Tamagnini Barbosa, de que damos a seguir os pontos essenciais:

«A visita a Xangai — explicou o antigo governador de Macau — representou uma missão especial respeitante a certa propriedade naquele porto e à possível compra de um edifício para a instalação do Consulado Português. A sua ida a Pequim fôra determinada para retribuir a visita de Sir Miles Lampson a Macau, em 1928. Como, porém, Sir Miles só estaria ali depois de 8 de Dezembro, resolveu o sr. governador de Macau aproveitar a oportunidade para visitar o Japão, pois não tivera ainda o prazer de ver aquele país, e para onde seguiu, em visita particular, acompanhado de Madame Tamagnini Barbosa.

No Japão foi procurado por um representante do governo japonês, que pôs à sua disposição uma carruagem especial em caminho de ferro. E tanto no Japão como na Corêã — disse — as mais cativantes provas de cortezia e affecto lhe foram dispensadas. Continuou explicando que, em Tóquio, o Barão Shidehara, presidente do ministério, o honrara com um convite para uma recepção em sua honra, mas que, tendo previamente aceitado o convite do ministro português, lhe fôra impossível anuir ao do presidente do ministério japonês, e bem assim a outros que lhe haviam sido feitos por vários amigos nos círculos diplomáticos de Tóquio. A sua partida de Tóquio, teve o prazer de receber um lindo *bouquet* das mais belas rosas pretas, pelo Barão Shidehara enviado a Madame Barbosa, por intermédio do seu secretário particular.

Na Corêã não foram menos hospitaleiras para com o governador as autoridades japonesas. Admirou bastante o magnifico palácio do governador geral, obra monumental em belo mármore. Por toda a parte até Mukden, foram para elle muitos obsequiosos os japoneses, que nunca o deixaram desacompanhado durante o seu percurso. Em toda a parte se viam sinais de progresso.

Em Pequim passou dois belos dias, durante os quais o sr. Tamagnini Barbosa e sua esposa foram hóspedes de Sir Miles Lampson, cujas encantadoras maneiras os cativaram. Sobre possuir um profundo conhecimento das coisas da China, Sir Miles é um colleccionador entusiástico de curiosidades chinesas, de que tem muitos, excelentes e preciosos exemplares. Por todos, em Pequim, foi o sr. governador Tamagnini Barbosa bem acolhido. Além do jantar official na Legação Inglesa, foram

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

os visitantes obsequiados pelo *Chargé d'Affaires* português, sr. Fernandes, e pelo sr. dr. Kanfmann, ministro da Dinamarca, que o antigo governador de Macau e Madame Barbosa já conheciam. Os visitantes tiveram pressa em regressar a Xangai, onde havia ainda assunto a tratar, e não puderam aceitar, como aliás desejavam, outros convites em Pequim.

Em Xangai teve a imensa satisfação de encontrar de novo a comunidade portuguesa, onde conta muitos antigos conhecidos e amigos, e que o recebeu no Club Lusitano, com inextinguível carinho. Naquelas demonstrações de amizade via bem um intenso desejo da parte dos portugueses ali residentes de estreitar os seus antigos laços com Macau e com Portugal.

Falando de Hongkong, o ilustre alto funcionário disse que pensaria sempre naquela terra com grande afeição e que dela se lembraria sempre com muita saudade, pois aprendera a amá-la e a conhecer a encantadora hospitalidade do seu povo. A forma por que Sir William Peel o recebeu, na ocasião da visita oficial que lhe fizera há dois meses, viverá na sua memória, e quanto aos portugueses residentes em Hongkong, sentia que deixava neles antigos e bem caros amigos, que muito concorreram para suavizar o desempenho dos árduos deveres de governador da pequena colónia de Macau.

A partida para a Europa

No dia 10, pelas 9 horas, realizou-se o embarque, no *Queen's Peir*, a bordo da lancha *Britania*, que o sr. governador de Hongkong tinha posto às ordens do antigo governador de Macau, e família, havendo comparecido ao bota-fora, além do capitão Coltman, ajudante de campo, que em nome de Sir W. Peel ia apresentar os cumprimentos de despedida, numerosos membros da colónia inglesa, chinesa, e portugueses de Hongkong e Macau. A Madame Tamagnini Barbosa foram oferecidos muitos artísticos ramos de lindas flores naturais.

A obra do antigo governador de Macau

O *Jornal de Macau*, de 10 de Janeiro, prestando homenagem, na sua primeira página, ao ilustre alto funcionário da Administração Colonial, cujo retrato publica, dá uma resenha, aliás incompleta, das medidas mais importantes da gerência do sr. Tamagnini Barbosa naquela colónia, — resenha que se transcreve a seguir:

Serviços militares e policiais — Ordem e defesa da colónia

a) Obtenção de material pesado de artilharia e munições. — Desenvolvimento das fortificações (obras da Guia). — Acordos com o Governo de Moçambique sobre as companhias indígenas. — Conclusão das obras no Quartel da Flora e reparações diversas em outros quartéis e estabelecimentos militares;

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

b) Aquisição de material de guerra e outros para a Polícia (motos, bicicletas, armamento e munições). — Nova instalação do Commissariado. — Aumento de pessoal. — Construção da Esquadra 9. — Estabelecimento de postos telefónicos de vigilância;

c) Projectos de organização dos serviços militares e dos serviços do Commissariado, com economia para a Fazenda e maior eficiência de segurança;

d) Estabelecimento do Centro de Aviação Naval;

e) *Ententes* com a Polícia de Hongkong e a de Cantão na repressão da campanha comunista;

f) Restabelecimento e manutenção completa da ordem pública, ainda periclitante na Colónia ao assumir Sua Ex.^a as rédeas do Governo, e o conseqüente aumento da população e do movimento do comércio local.

Serviços da Fazenda

a) Equilíbrio real do orçamento, que Sua Ex.^a viera encontrar com um grande *deficit*;

b) Aumento de receitas, especialmente o que, com surpresa geral, conseguiu na última arrematação do *fantan*, a despeito dos esforços por certo cambão empregados em sentido oposto;

c) Estabelecimento da *régie* do ópio, nos precisos termos dos acordos internacionais assinados por Portugal, e com honra e proveito para a Colónia.

Serviços de Assistência e Salvação Pública

a) Aquisição do material para o Corpo de Salvação Pública e criação dos postos de bombeiros nas ilhas;

b) Novas instalações para os leprosos e leprosas nas ilhas de Coloane e D. João;

c) Construção do Bairro da Ilha Verde para 500 famílias pobres, para o que, além da verba oficialmente obtida, houve também o concurso público, especialmente chinês, orientado pelo esforço filantrópico da Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria Ana Acciaoli Tamagnini Barbosa.

Serviços de Marinha

a) Largo desenvolvimento das Oficinas Navais. Expropriações para aumento das suas instalações. Construção de barcos e batelões;

b) Melhoramentos no serviço de fiscalização e polícia marítima;

c) Início de ligação de Macau com Timor, com carreiras regulares de navegação.

Obras dos Portos

a) Realização de importantes obras, especialmente no porto interior, e construção do molhe e armazém no porto exterior e do depósito de carvão;

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

b) Liquidação de contas com a Companhia Holandesa, construtora das obras do porto exterior.

Correios, Telégrafos e Telefones

- a) Construção do novo edificio dos Correios;
- b) Instalação dos telefones automáticos, com rede subterrânea;
- c) Ligações rádio-telegráficas com todos os pontos, e estabelecimento do serviço permanente e directo com a Metrópole e Moçambique;
- d) Reorganização e fusão dos quadros dos Correios, Telégrafos e Telefones, com grandes vantagens para a Colónia;
- e) Ligação telefónica com as ilhas;
- f) Criação da escola de correio e telégrafo, e conseqüentemente de uma nova situação futura para numerosos macaenses;
- g) E ao Governo de Macau se deve ainda o estabelecimento da T. S. F. em Timor.

Relações exteriores

- a) *Entente* com o Governo da colónia de Hongkong;
- b) *Entente* com o Governo Provincial de Cantão;
- c) Estreitamento de relações com os representantes de potências estrangeiras, no Oriente, do que Sua Ex.^a possui preciosos documentos, que vimos, a atestarem as simpatias e o prestígio que entre essas entidades soube conquistar para si, e, conseqüentemente, para o nosso País. E esse prestígio e essas simpatias não só se provam por documentos, como até se evidenciaram por factos, tais como as visitas que a Sua Ex.^a vieram fazer a Macau as seguintes altas personagens estrangeiras: Sir Miles Lampson, Ministro da Inglaterra em Pequim; o Ministro da Dinamarca em Pequim; o comandante em chefe da esquadra francesa do Extremo Oriente; os governadores de Hongkong; os consules da Inglaterra, Alemanha, Japão, França e Itália em Cantão e Hongkong; e bem assim as visitas de numerosos navios de guerra ingleses, japoneses, franceses e italianos, algumas das quais com o fim especial de apresentação de saudações ao prestigioso representante do Governo da Metrópole em Macau;
- d) Estabelecimento de francas e leais relações de amizade entre Portugal e a China, adoptando Sua Ex.^a para com os chineses uma política tão sensata e correcta, que fez cessar de vez as ameaças de agitados nas Portas do Cêrco, e acabou por conseguir que se efectivasse a construção da estrada internacional «Macau-Seacki», facilitando-se assim ao comércio de Macau a vinda dos produtos do *hinterland*.

A ligação aérea Lisboa-Angola

A Aviação portuguesa acaba de conquistar novos louros.
A ligação de Lisboa-Índia, levada a efeito pelo *Marão*, seguiu-se outra empresa, a que os srs. Carlos Eduardo Bleck e tenente Humberto

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Cruz realizaram com a sua famosa viagem de Lisboa-Luanda-Benguela (ida e volta). Como no Conselho Nacional do Ar, por ocasião da visita dos dois aviadores, disse o sr. general Ivens Ferraz, resta agora ligar Timor à Metrópole, para que fique feita a prova de que as comunicações por via aérea, entre Portugal continental e os longínquos territórios que constituem a sua continuidade política, podem, com todo o êxito, ser estabelecidas, normalizadas definitivamente, apertando-se dêste modo ainda mais os laços de afecto e de interesse existentes entre o continente e as terras lusitanas de além-mar. O génio de Portugal continua, pois, a afirmar-se no ritmo duma actividade altamente civilizadora.

No remate da obra dum escritor hispano-americano, Carlos Pereyra, que conhecemos duma edição francesa da Sociedade «Les Belles Lettres», publicada em 1924, *La Conquête des Routes Océaniques*, lêem-se estas tão impressionantes linhas que vem a propósito lembrar na circunstância :

«Os séculos passam e os problemas renovam-se. O homem fica o mesmo. Vasco da Gama, Pinzon, Magalhães, Juan de las Casas, Alvares Cabral, Colombo, Elcano, Urdaneta... tôdas estas figuras me passam esta noite ante os olhos, ao ouvir da boca de Sacadura Cabral a leitura, que me produz um *frisson* de sublime — do diário de bordo do *Lusitânia*, o hidro-avião que em linha recta, sem o desvio duma milha, atravessou o Atlântico do porto da Praia e Sant'Iago de Cabo Verde, até aos rochedos solitários de S. Pedro. Depois, é o almirante Gago Coutinho, que explica o funcionamento do seu sextante e do respectivo corrector, que permite aos novos argonautas guiarem-se entre o espaço luminoso do céu e o azul deserto do mar. Em silêncio prestolhes a homenagem duma evocação e comparo-os aos heróis imortais da sua pátria e da nação que com ela enche tôda uma época da história.»

Novas rotas gloriosas depois dêsse feito ilustre têm sido rasgadas no espaço.

Assim, nos ares puderam também Bleck e Cruz traçar mais uma dessas fulgentes estradas.

Resta agora utilizá-las, correspondendo pela iniciativa prática ao saber, ao desinteresse e à intrepidez dos Portugueses que as têm aberto.

Supomos desnecessário acentuar, na emergência, o que os *raids* levados até hoje a efeito entre a metrópole e as colónias, podem representar para as relações económicas entre uma e outras.

Pelo espaço fora, com rumo a Angola

O mau tempo ameaçava prolongar-se. Quem se não lembra do que foram êsses últimos dias de um inclemente Dezembro?... Por isso a ocasião da largada da Amadora tivera de sofrer sucessivos, ainda que poucos, adiamentos, até que havendo amainado algum tanto o tempo, o *Jorge Castilho* afoitamente descolou em 30. Despedida quasi

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

intima: alguns elementos oficiais, camaradas, pessoas de família unicamente; íntima e comovida. Em breve, aos olhos de toda a gente, o frágil aparelho se perdia no horizonte, tomava a direcção do Tejo, passava sobre Setúbal, e cortava depois o Sado, deixando à direita Alcácer do Sal, para alcançar a charneca alentejana, o Algarve e se despedir da velha terra portuguesa, passando ao de cima de Vila Real de Santo António, a surpreendente raiana do Sul. Corre agora sob as suas asas, entre margens de vergéis, o Guadiana. Depois, demandando a costa da nação vizinha, o *Jorge Castilho* passa à vista de Huelva, de S. Lucar de Barrameda e da foz do Guadalquivir, voando entre 1 e 6 quilómetros ao largo. A leste do cabo de Trafalgar procura de novo a terra, correndo sobre o farol de Barbate. Muito antes, porém, de atingir Gibraltar, a pequenina aeronave é sobre o mar, ao longo de 40 km., que dilata as asas. Em seguida é a África, — a Mauritânia, velho teatro de façanhas da nossa cavalaria, de que na carta, num piedoso e patriótico cuidado, antecipadamente, haviam marcado ruínas e vestígios, homenagem de jovens Lusíadas a velhos Lusíadas que a esses adustos areais levaram o nome e o esforço português... O voo de Cruz e Bleck deixa em baixo Tanger e a distância Rabat, até que, vencida a primeira etapa, a aterragem se faz a 69 km. de Casablanca. No dia seguinte o aparelho desprende de novo voo, atravessando o Mogador. Ao sul do monte El Gharabe identificam as ruínas solitárias dum velho castelo português. Sobre o palácio imperial, os seus jardins e serralhos, passam levados em asas, marcadas com o signo cristão, os dois aviadores que simbolizam a sonhadora mocidade da sua raça. O *Jorge Castilho* corta sobre Agadir. Contam os aviadores, num dos seus sugestivos telegramas-*pochades*, que, vista do ar, Agadir oferece um curioso aspecto com as suas muralhas quadradas e fortalezas em volta. Às 12 e 50 do mesmo dia largavam para Cabo Juby. Cruz e Bleck haviam seguido sempre a linha da costa, tendo passado sobre a bacia do rio Ikibika, que os barcos das Canárias freqüentam, e o litoral saariano que se estende até ao Senegal, — vasta planície cuja superfície é nivelada com as areias do deserto, terminando em penhascos ou em declive gradual. Às oito horas da manhã de 1 de Janeiro largava o avião de Cabo Juby para Vila Cisneros, onde chegou às 12,30 horas. Pequenas baías recortam a costa que, salvo um ou outro monte, apresenta em geral o aspecto dum extenso e plano areal. Durante algum tempo o *Jorge Castilho* voo sobre o deserto, uma sucessão de dunas que se prolonga até a foz do rio El Haurba, onde forma um delta, e os aviadores reconheceram as ruínas de outro estabelecimento português. Tribus de nómadas tornam perigoso o trânsito por estas paragens. Duma delas mesmo chegaram a partir tiros... O aparelho, porém, voa alto. De resto, o ataque havia sido previsto. Depois alcança o cabo Bojador e, por fim, faz a aterragem em Vila Cisneros. Na manhã de 2, novamente, se ergue o *Jorge Castilho*, que toma a direcção ao longo da costa até Ponta Fisherman, para nas alturas de Port Etienne se internar. Havia sido feitos 14 km. de deserto e 25 de litoral. Na baía de Point é atingida mais uma vez a costa, voando

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

durante algum tempo a 69 km. ao largo. Avista-se agora, paralelo à orla marítima na direcção sul, o rio Senegal. O aparelho voa sobre a cidade de S. Luís, que a sombria visão de Loti representava «dormindo ao sol ardente, como qualquer dessas cidades portuguesas, que floresceram noutros tempos, na costa do Congo, Luanda e Benguela.» As 15 horas o avião aterrava.

Novas perspectivas portuguesas vão surgir. Toma-se a direcção de Bolama, capital da nossa Guiné. Percorrido um espaço de poucos quilómetros, os aviadores encontram o Caminho de Ferro de S. Luís-Dakar, atravessam o rio Solum, voltam por algum tempo ao litoral, atravessam em seguida a cidade de Bathurst, na foz do Gâmbia, a ponta da ilha do Cão, quasi ao rez de água, vestida de espessos bosques. Transposto por último o rio e o forte Cacheu, é a Guiné portuguesa que se lhes desdobra à vista. Terras de nome familiar finalmente. Ao imaginarmos a emoção dos dois jovens cavaleiros do Ar, ocorre à mente o velho romance:

*Já vejo
Areias de Portugal!*

o anúncio feito pelo gageiro no alto do tópo, a mão sobre os olhos penetrando cheios de ansiedade o horizonte.

Às 10 horas e 45 minutos o *Jorge Castilho* faz em Bolama a sua aterragem. Em 5 horas de voo havia percorrido 546 km., distância que separa S. Luís de Bolama. No dia imediato desloca para Kayes, sob um sufocante calor, deixando a nossa Guiné na povoação fronteira de Caento. Transpôto o rio Gambia, o percurso de onde a onde é marcado por povoações e densas florestas. Uma fita negra... É o *rail* que liga o Senegal ao Niger. Até que feitos 584 km. em quatro horas de voo, Cruz e Bleck aterram em Kayes.

Contavam os dois aviadores realizar por dia duas etapas sempre que fôsse possível. Que não o era, verificaram-no nesta altura. Com o calor que escalda, destas paragens, e que mal consente o mais leve esforço, necessário se tornava desde logo renunciar a tal propósito, aproveitando para o voo unicamente as horas da manhã. Tendo largado no dia 5 Kayes, fazem, às 11,30, em Bamako, a aterragem, com 430 km. de percurso. Em 6 tomam o rumo, não para Tumbuctu, conforme projectavam, mas para Kinidongon, próximo das fronteiras da Libéria e Serra Leoa, suportando então o *harmatton*, perigoso vento do deserto que a uma considerável altura move enormes quantidades de areia, que dão a impressão de nevoeiro. Em 7 volta o *Jorge Castilho* a erguer-se, com os seus tripulantes, num voo que eles reputam excelente, sobre regiões muito inóspitas. Atravessa em quasi toda a sua extensão a fronteira norte da Libéria com a Guiné francesa, voando à vista duma grande cordilheira, cujos picos mais elevados são o Kou e Drouplé, o território da Costa do Marfim, sobre alguns rios de grande curso que vão desaguar no golfo, aterrando a aeronave, feitas 6 horas de voo, em Grand Bassam. No dia imediato o itinerário concebido e

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

que marcava a Costa do Ouro como termo da nova etapa, houve que ser alterado por efeito de se haverem partido, já no ar, os planos da cauda do avião, tendo Cruz e Bleck de voltar para trás, a fim de aterrar em Abidjean, onde procederam à reparação da avaria, dirigindo-se depois, não sem dificuldades, para Kotonu. Em 13 voavam para Lagos e, seguindo ao longo da costa, ao cabo de duas horas, avistavam a cidade do mesmo nome. Vão tranqüilo, depois de haverem estado impossibilitados de prosseguir viagem, por motivo duma furiosa tempestade. E numa rápida pincelada, os dois aviadores evocam, no respectivo comunicado, Lagos, «situada no meio dum pitoresco labirinto de rios e canais». Ao longo da costa o *Jorge Castilho* demanda agora Duala. Visibilidade magnífica, de modo que os seus tripulantes percebiam distintamente as regiões sobre que voavam.

Por causa do nevoeiro, só às 12 horas de 16 a aeronave pôde deixar Duala, debaixo dum calor horrivelmente opressivo. A algumas dezenas de metros de altura, porém, a atmosfera era mais suportável. Em direcção de Port Gentil, ao longo da costa, o aparelho atravessou ainda algumas cidades e povoações importantes, e a toda a largura, a Guiné espanhola, fazendo às 17 horas a aterragem. De Port Gentil, na manhã seguinte, os aviadores tomavam a direcção de Point Noir, equidistante da cidade de Loango e da fronteira do nosso enclave de Cabinda. Desta vez o vôo não segue perfeitamente a linha da costa. A fim de encurtar o número de quilómetros, que conseguem de facto reduzir a 600, tomam uma linha recta no sentido de Point Noir, onde voltam a atingir o litoral, aterrando às 14 horas no aeródromo daquela cidade do Congo francês, de aspectos modernos, e que possui os mais variados recursos.

Vão vitorioso! No horizonte voltam a surgir céus portugueses... Angola...

As 13,30 atingem com efeito Luanda.

Os objectivos dos jovens nautas do espaço haviam sido completamente atingidos.

Em 23 deslocavam para Benguela, em três horas e meia de vôo.

O rádio de Cruz e Bleck, relativo a esta última parte da viagem, refere: «A viagem que realizámos hoje foi esplêndida. Estava um tempo ótimo, com muita visibilidade e sem excessivo calor. Voámos sempre ao longo da linha da costa, que do ar oferece aspectos interessantíssimos, vendo-se a pardacenta e luxuriante vegetação do litoral em contraste com o azul claro. Dobrámos o Cabo Ledo e mais ao Sul o Cabo de S. Brás, tendo passado a pouca altura sobre Porto Amboim, Novo Redondo e Lobito, onde fomos saudados à passagem com muito entusiasmo pelas populações, que víamos distintamente acenar com lenços e chapéus. De Lobito até Benguela seguimos sempre a linha férrea, que corre por uma região lindíssima.»

O entusiasmo em Angola prolonga-se até ao regresso

A chegada a Luanda, em 18 de Janeiro, deu lugar às mais entusiásticas manifestações oficiais e populares, podendo dizer-se que todo o tempo que permaneceram naquela cidade e em Benguela foi de festa, de comunicativa alegria para as respectivas populações. Diversas cerimónias e outros actos comemorativos, como recepções das câmaras municipais, banquetes, espectáculos de gala, se realizaram, nos quais os dois aviadores foram ovacionadíssimos. A passagem do avião por Santo António do Zaire, Ambriz, Arbrizete, Lobito, etc., foi assinada por uma forma que deixava ver quanto os corações portugueses exultavam.

Em honra dos srs. tenente H. Cruz e Carlos Bleck realizou-se no Palácio do Governo Geral um banquete oferecido pelo governador geral, sr. almirante Sousa e Faro.

O glorioso almirante Gago Coutinho telegrafou aos dois aviadores, para Luanda, nos seguintes termos:

Bravo! Felicitações. Abraços. — (a) GAGO COUTINHO.

O sr. major Jorge Castilho, discípulo do sr. almirante Gago Coutinho, e cujo nome foi dado ao avião de Cruz e Bleck, também telegrafou, deste modo:

Parabens. Obrigado. Um grande abraço. — (a) CASTILHO.

Na manhã de 27 de Janeiro, pelas 6,40, o *Jorge Castilho* levantava vôo, de regresso a Lisboa.

Noticiando o facto, *A Província de Angola* escreve:

«Apesar de muito cedo, muitas foram as pessoas que afluíram ao campo de Aviação, vendo-se entre elas algumas senhoras, o comandante Teixeira Rebelo, representando Sua Ex.^a o almirante governador geral, tenente-coronel Lemos, presidente da Câmara Municipal, os vereadores do Município srs. Henrique Leite, Ricardo Pires, Adelino Amaral e Ferreira Sopas, etc.

Os valorosos aviadores afirmaram-nos que partiam absolutamente sensibilizados pela forma como foram acolhidos em Luanda, Lobito e Benguela, cujas populações nunca poderão esquecer.

— A manifestação que nos fizeram na noite do domingo, em Luanda — acrescentaram — foi a maior consagração que nos podiam ter dispensado.

Carlos Bleck e Humberto Cruz, à hora do embarque, encontravam-se muito bem dispostos, e com um grande fé no êxito da sua viagem de regresso a Portugal. Fazem-se os últimos preparativos: os aviadores examinam cuidadosamente o *Jorge de Castilho*. Há pedidos de transporte de correspondência para a Metrópole. Carlos Bleck, sorrindo, recolhe algumas cartas e diz: «Minhas senhoras e meus senhores»

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

res: O correio vai fechar a mala, daqui a dois minutos já se não pode receber mais correspondência».

Chega o momento das despedidas — momento de intensa comoção. Uma senhora não consegue esconder uma lágrima teimosa.

Abraços, apertos de mão e os ilustres aeronautas sobem para a *carlinga*, pondo o motor a funcionar. Mais uns minutos, poucos, e o *Jorge de Castilho*, entre palmas e brados de boa viagem, levanta vôo com rumo ao norte.»

O Boletim da Agência Geral das Colónias e o «raid» Lisboa-Angola

No dia imediato ao da chegada a Luanda, acompanhados do sr. presidente da Câmara Municipal, os srs. Carlos Eduardo Bleck e tenente Humberto Cruz, voltaram ao Palácio do Governo Geral, a fim de entregarem ao sr. almirante Sousa e Faro o número de Dezembro do nosso *Boletim*, que gentilmente haviam levado na sua aeronave, e no qual o sr. dr. Armando Cortesão, Agente Geral das Colónias, havia escrito a dedicatória seguinte:

A Sua Excelencia o almirante sr. José Dionísio de Sousa e Faro, ilustre governador geral de Angola, o primeiro Boletim transportado em avião da linha de Luanda, por grande gentileza dos ilustres aviadores Carlos Bleck e tenente Humberto Cruz. — Lisboa, 24 de Dezembro de 1930. — O Agente Geral das Colónias — (a) Armando Cortesão.

O sr. almirante Sousa e Faro, pela mesma amável via, agradeceu na seguinte carta, entregue pelos aviadores, no aeródromo da Amadora, ao sr. dr. Armando Cortesão, pouco depois da aterragem de regresso:

Luanda, 25 de Janeiro de 1931. — Meu Ex.^{mo} Amigo Dr. Armando Cortesão: — Acuso recebido, pela mão dos heróicos aviadores srs. tenente Humberto Cruz e Carlos Bleck, o primeiro Boletim da Agência Geral das Colónias transportado em avião de Lisboa a Luanda, e muito reconhecido agradeço, não só a gentileza dos ilustres aviadores como também a sua graciosa lembrança. Daqui envio ao meu Ex.^{mo} Amigo, pelos mesmos intrépidos emissários, na sua viagem de regresso à Pátria, a expressão do meu melhor voto para o progresso da Agência Geral das Colónias, que V. Ex.^a superiormente dirige, e pelas suas prosperidades pessoais. — O governador geral de Angola — (a) José de Sousa e Faro.

A chegada do «Jorge Castilho» à Amadora

A chegada à Amadora, às 15,12 de 21 do mês findo, foi uma soberba consagração do valor do «raid» realizado pelos srs. tenente Cruz e Carlos Bleck, que, mal no solo pousou o aparelho, foram, no meio do maior delírio, arrancados da *carlinga*.

BOLETIM DA AGENCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Esse movimento de consagração ainda não cessou, e já alguns dias vão decorridos, no momento em que escrevemos, desde que o *Jorge de Castilho*, agora em exposição no átrio da Câmara Municipal de Lisboa, pousou no aeródromo da Amadora. A tôdas essas manifestações, umas de carácter official, como a recepção naquela Câmara, e de carácter particular, banquetes, espectáculos, associaram-se o sr. Presidente da República, que recebeu os aviadores, e o Govêrno, cujo chefe, sr. general Domingos de Oliveira, colocou no peito de um e de outro as comendas da Ordem de Cristo, com que foram condecorados.

Outras cidades, como Coimbra, Figueira da Foz e Pôrto, preparam-se neste momento para lhes prestar também homenagem, recebendo-os com as honras que o seu insigne feito merece.

*

Os dois aviadores foram em todos os aeródromos estrangeiros afetosamente acolhidos e felicitados, havendo-o sido também pela officialidade da esquadilha aérea e navios-base italianos do *raid* atlântico comandado pelo general Balbo, ministro da Aviação italiana.

Esbôço geográfico da Colónia de Moçambique

A Direcção dos Serviços de Agrimensura de Moçambique acaba de publicar as folhas n.ºs 7, 5 e 3 do esbôço geográfico daquela Colónia, na escala de 1/1.000.000, que dentro de pouco deverão ser seguidas por outras, já em via de conclusão.

Trata-se apenas dum esbôço que compila diversos elementos em arquivo, ainda deficiente, naturalmente, em relação a um território tão extenso. A sua publicação é feita, pois, unicamente no intuito de, tanto quanto possível, dar uma ideia dos elementos geográficos, administrativos e de viação, de utilidade mais immediata, pondo também em destaque as mais importantes deficiências. Assim, aos trabalhos de reconhecimento geográfico, geodésico e topográfico que se torna necessário intensificar, poder-se-á dar de futuro uma orientação capaz de permitir a definitiva construção de uma Carta Geral de Moçambique em condições de ser uma eficaz e completa Carta Geral de harmonia com as exigências da técnica.

Produtos coloniais portugueses nos mercados espanhóis

A Câmara Official do Comércio e Indústria Portuguesa em Barcelona distribuiu uma circular pelas casas exportadoras coloniais, sugerindo a conveniência de, com o auxilio da mesma Câmara, se procurar nos mercados espanhóis colocação para os produtos das nossas colónias, objectivo que a referida circular considera relativamente facil de atingir.

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Neste sentido a Câmara C. I. P. de Barcelona traçou um interessante programa de iniciativas, constante dos números seguintes :

1.º Fundar um «Mostruário Permanente das Colónias Portuguesas», nas salas da Câmara; 2.º Concorrer às Exposições e Feiras de Amstras que se celebrem em Espanha, que em conjunto são umas cinco anuais, sempre que os *comités* organizadores das mesmas cedam terrenos grátis. Os mostruários para a exibição seriam expostos nas suas respectivas vitrinas; 3.º Enviar circulares freqüentes aos consumidores de produtos africanos com uma relação das indústrias em que podem ser aplicados; 4.º Convidar os comerciantes, industriais, autoridades, personalidades estrangeiras de passagem por Barcelona, a visitarem o «Mostruário Permanente das Colónias Portuguesas»; 5.º Promover conferências e artigos jornalísticos sobre as colónias portuguesas e seus produtos; 6.º Depois de intensificada a propaganda dos produtos das nossas colónias, conseguir que as entidades económicas de Barcelona representem ao governo espanhol, demonstrando as vantagens que teria a indústria espanhola em adquirir directamente determinados produtos e propondo para ser decretada a entrada dos mesmos pela tarifa mínima de direitos aduaneiros.

Os interessados podem entender-se, desde já, com aquela Câmara.

Portugal na Exposição de Antuérpia

Da revista *Broteria* :

Portugal, nação retintamente marítima, cujas tradições históricas se ligam estreitamente à constituição do mundo colonial, não podia deixar de comparecer em Anvers, se não com a magnificência, que de direito lhe compete como pioneiro da civilização de além-mar, ao menos com o prestígio, que ninguém lhe ousa denegir.

O Pavilhão Português, embora não ostente o luxo e a grandeza que em Sevilha dispendemos, não se pode afirmar que seja um pavilhão pobre, que envergonhe o bom nome nacional. Não. Por força das circunstâncias, que não vem ao caso discutir, limitámo-nos a alugar parte do Edifício de Floricultura e a expor nesse amplo «stand» uma síntese da nossa vida colonial, dos elementos de que dispomos, para valorizar a riqueza nativa das nossas possessões ultramarinas, dos frutos que até ao presente delas temos recolhido, tanto sob o ponto de vista cultural como, sobretudo, debaixo do aspecto económico. Síntese reduzida, fácil de abarcar, síntese gloriosa que, longe de nos humilhar, como o pessimismo de alguém fantasiou, nos conquista a benevolência e a simpatia dos estrangeiros. A mais de um, dentro e fora da Exposição, ouvimos encarecer o nosso «stand», porque nele, mais do que noutra qualquer, encontravam elementos de estudo e informação. Exactamente, o sentir daquele belga de que fala o «Primeiro de Janeiro» de 29 de Junho, para o qual a Exposição colonial deveria moldar-se pela disposição, que demos ao nosso mostruário.

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

É que, em Anvers, compensámos a parada de luxo com a da utilidade. Enquanto outros, dispondo de pingues recursos, visaram de preferência a patentear, entre requintes de fausto, os indícios da própria grandeza, nós optámos, não tanto por deslumbrar a vista com meras aparências, quanto por convencer a inteligência com argumentos incontestáveis, embora de restrito âmbito, e para êsse fim propusémo-nos traçar, em miniatura, sob uma forma sensível, um quadro fiel do que as nossas colónias são e representam.

Transposta a entrada, o nosso olhar depressa percorre a sala, e para logo se apossa de nós a impressão da abundância e da variedade, a despeito das apertadas dimensões do recinto. O artifício da disposição vem suprir a escassez do local. Finos tapetes de Beiriz alcatifam o pavimento. Gráficos, quadros, fotografias, a esmo, adornam as paredes. E em tôdas as direcções, dentro de vitrinas ou em escaparates, as amostras de produtos coloniais, reproduções de scenas da vida indigena, de instrumentos ou meios de transporte, de ídolos e amuletos, colecções de documentos literários e scientificos, relativos às Colónias, numa palavra, todos os factores de desenvolvimento económico e civilizador, que na hora actual possuímos.

Logo à entrada, chama a atenção a vitrina de mogno e cristal, assente sôbre um vasto e garrido tapete de Beiriz, em que se nos deparam vários documentos autógrafos de D. Manuel I, Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, Pedro Alvares Cabral e outros dos nossos heróis do século XVI, fornecidos pela Torre do Tombo, bem como as bandeiras que Serpa Pinto e Capelo e Ivens levaram nas suas viagens de exploração através da África, cedidas pela Sociedade de Geografia de Lisboa. No centro da vitrina, vê-se o cofre português do século XVIII, de prata dourada, em forma de coração, obra de delicado labor artístico, da firma Leitão & Irmão, de Lisboa. Será oferecido a S. M. a Rainha dos Belgas. Avançando pela ala central, várias secções em que se expõem as organizações do Ministério das Colónias, da Agência Geral das Colónias, da Sociedade de Geografia, da Imprensa Colonial, da Escola Superior Colonial, etc. Os gráficos e fotografias dão-nos uma ideia do funcionamento dessas várias instituições. Entre os restantes desejariamos salientar os «stands» do Ministério das Colónias, da Agência Geral das Colónias, da Imprensa Colonial e os das três Universidades. No primeiro salientam-se as colecções de publicações e livros manuscritos dos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX, juntamente com as ordenações, alvarás, registos e mais documentos relativos à vida colonial da Nação. O «stand» da Agência Geral das Colónias expõe ao centro um gráfico, que nos descreve a sua organização e funcionamento; por baixo dêste e à esquerda, três gráficos referentes ao «Boletim», e à direita outro gráfico referente aos Concursos de Literatura Colonial. Em baixo, ao correr duma mesa em todo o comprimento do «stand», ao lado da Colecção do «Boletim», e de várias outras publicações da Agência, a série das obras admitidas aos diferentes Concursos de Literatura Colonial.

Do «stand» da Imprensa Colonial importa salientar os três artis-
BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

ticos gráficos, que respectivamente nos revelam o seu incremento a partir de 1890, o movimento comercial entrê a Metrópole e as Colónias, e a Constituição do sistema governamental nas nossas possessões ultramarinas. Não menor interêsse despertam igualmente os exemplares expostos, das várias publicações periódicas coloniais, editados quer no Continente quer no Ultramar.

Enfim, não devem passar despercebidos os «stands» das três Universidades de Lisboa, Pôrto e Coimbra. Com agradável surpresa registamos a cópia de informações, que ali obtivemos acêrca dos trabalhos realizados por aqueles Institutos, em benefício das nossas Colónias. Não só os gráficos demonstrativos dos resultados alcançados e dos vários ramos de estudo, mas também as valiosas colecções mineralógicas e as publicações da lavra de vários professores universitários demonstram, evidentemente, os esforços envidados pelo escol intelectual da nação, para dar a conhecer a riqueza das nossas possessões.

Longe nos levaria a descrição pormenorizada do «stand» de cada colónia. Na impossibilidade de o fazer, não deixaremos em silêncio a interessante secção dos Caminhos de Ferro de Benguela, em frente da entrada, no segundo plano, nem também ao fundo da sala a secção de Marinha com o seu elegante pórtico manuelino, feito de produtos da Cordoaria Nacional. Em tórno vêem-se modelos de «destroyers» construídos no Arsenal da Marinha, de Lisboa, e duma nau do século XVII.

Inúmeras fotografias de embarcações e paisagens marítimas, uma planta panorâmica do pórto de Lisboa, mapas demonstrativos dos descobrimentos marítimos e da travessia aérea de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, o sextante e táboas de navegação inventados por Gago Coutinho e pela primeira vez empregados nessa travessia, vários instrumentos náuticos de precisão, construídos no país, gráficos da farolagem das nossas costas, eis alguns dos elementos que contribuem para tornar esta secção uma das mais atraentes do nosso Pavilhão.

Tomando à esquerda, topamos o «stand» dos vinhos do Pôrto e da Madeira, que, segundo nos informaram, têm tido extraordinário êxito.

Deixamos com saúde este pequenino rincão da terra portuguesa, fecundo de evocações, que o nosso espirito não consegue transmitir ao papel.

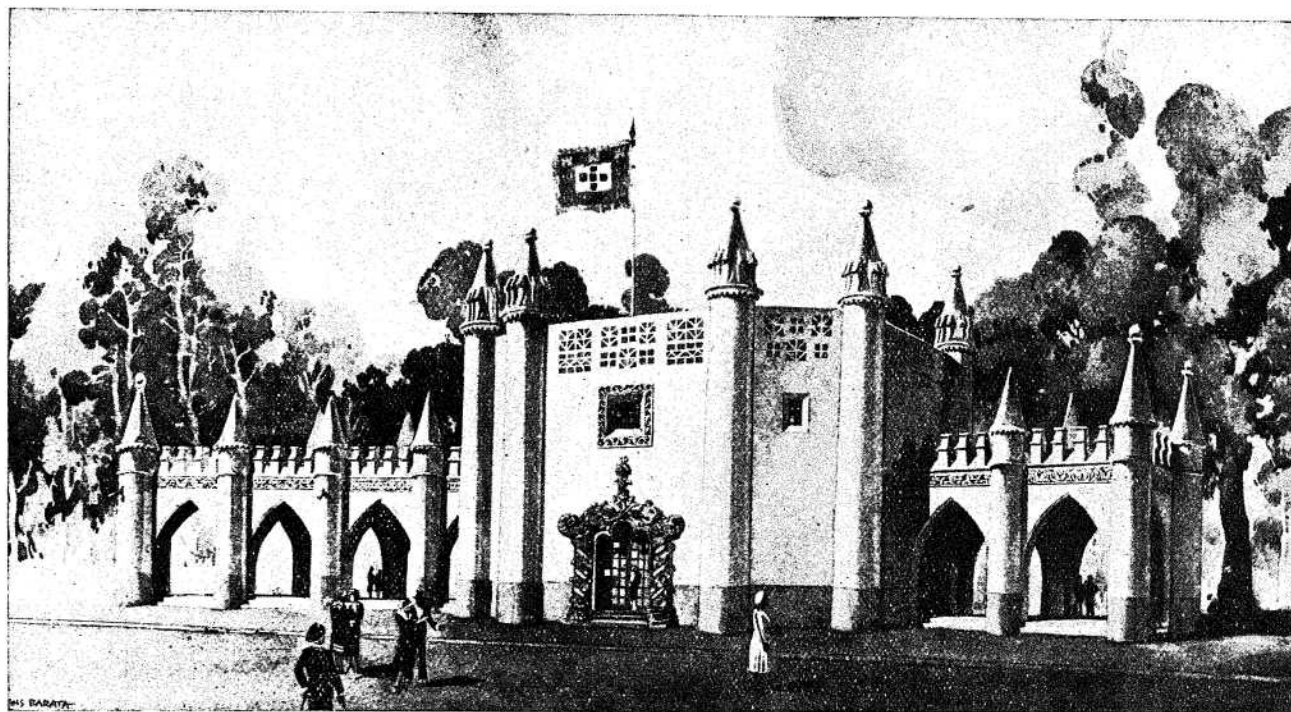
Exposição Internacional Colonial de Paris

A representação portuguesa

Desenvolvendo as informações que neste *Boletim* têm sido arquivadas, acêrca da comparticipação portuguesa na Exposição Internacional Colonial de Paris, damos hoje algumas notas mais.

A construção dos pavilhões no Parque de Vincennes continua em bom andamento, estando alguns muito adiantados. Vai iniciar-se a decoração interior e exterior, em cujo trabalho colaboram os nossos melhores

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS



Um dos pavilhões da Exposição Colonial Portuguesa em Paris

artistas, que estão executando baixos-relêvos, estátuas, telas, azulejos e dioramas, um deles reproduzindo a viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e outro a de Vasco da Gama à Índia, destinados à secção histórica.

A representação das colónias está absolutamente assegurada. Alguns dos mostruários estão já em Lisboa e outros são esperados por estes dias. Colónias, como Moçambique e Angola, vão apresentar-se com copiosa documentação, reunindo elementos como até hoje não foram exibidos em nenhuma outra Exposição.

Estão sendo ultimadas as *maquettes*, em relêvo, dos nossos principais portos coloniais: S. Vicente de Cabo Verde, Luanda, Lobito, Lourenço Marques, Beira e Murmugão. São numerosos também os gráficos, reproduzindo estatísticas, volume de exportação de alguns principais produtos coloniais, elementos que serão acompanhados por colecções de amostras dos mesmos, classificados segundo os tipos comerciais e numerosos fotografias, ampliadas, que reproduzem aspectos, tipos nativos, belezas naturais e obras de fomento.

As missões religiosas terão um grupo especial de representação, assim como os serviços das diversas colónias que se relacionam com a «Instrução», «Saúde e Higiene» e «Fomento», por meio de gráficos e dioramas de artistica confecção.

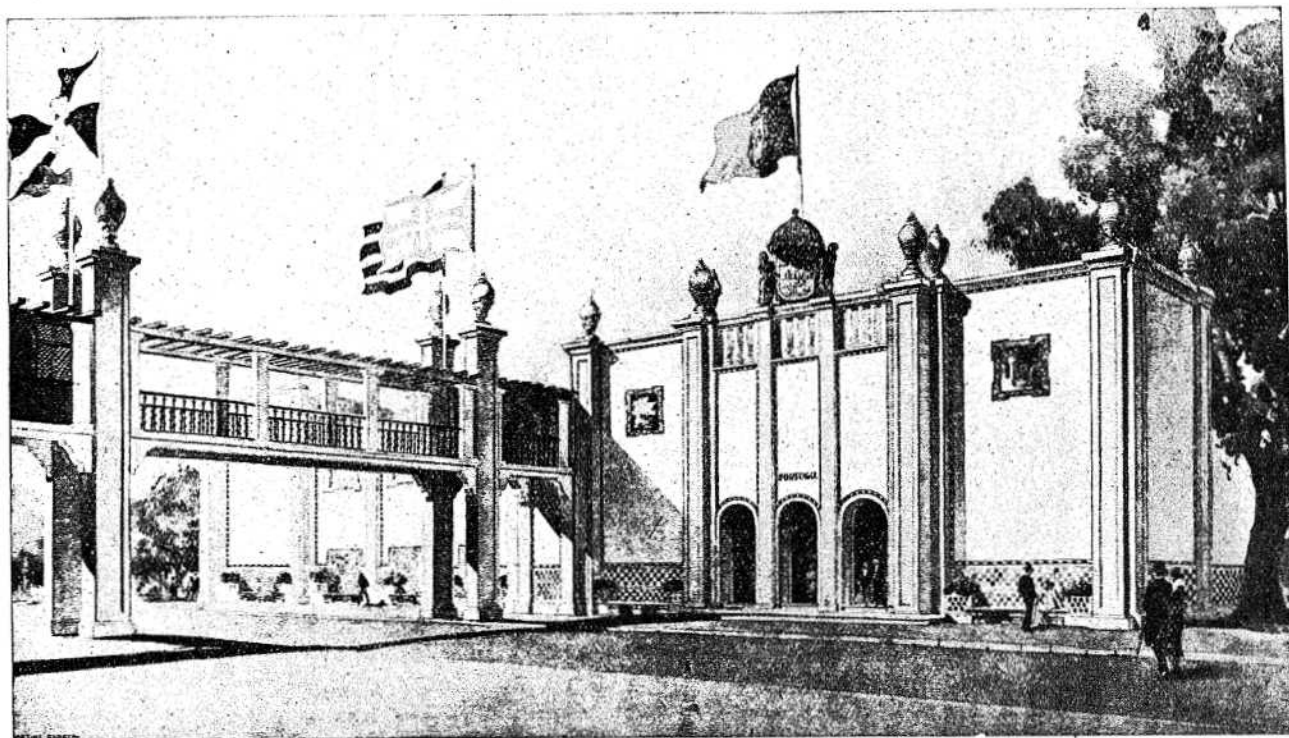
O Commissariado conta também com a colaboração de quasi todos os organismos que na Metrópole têm a seu cargo assuntos do Ultramar e que em secção própria fará representar. Entre eles, merece especial menção a da Sociedade de Geografia de Lisboa, que apresenta um grande planisfério (mandado executar a expensas do Commissariado) representando o nosso antigo império colonial da Índia e de outras partes do globo, com indicação de todas as viagens marítimas realizadas pelos portugueses; e outro planisfério demonstrando os países de imigração portuguesa e os pontos onde se fala a nossa língua.

Também tem assegurada a colaboração dos Bancos portugueses cuja acção se estende às colónias; companhias de navegação, de transportes, etc. A Companhia do Caminho de Ferro de Benguela apresenta um «stand» novo, que não é inferior ao que foi exibido nas Exposições de Sevilha e Antuérpia. O Caminho de Ferro de Lourenço Marques tem também uma copiosa representação, de que beneficia o porto que serve. A Rádio Marconi, o Cabo Submarino (*Eastern*) e a «Italcable» darão a nota das ligações telegráficas com o Ultramar.

Os principais organismos comerciais e industriais das colónias deram a sua adesão, tais como a Companhia de Moçambique, Diamantes de Angola, Quijia, Companhia do Buzi, Açucar de Angola, Societé du Madail, Sul de Angola, Trans-Zambeziana, Algodões de Angola, Lugela Ltd.^a, Companhia de Mossamedes, etc.

Na secção das indústrias da Metrópole vão figurar os nossos mais importantes organismos da especialidade, com mostruários de produtos de aplicação e consumo nas colónias ou industrialização de produtos originários. Entre outros, contam-se as Fábricas de tecidos e fiação de José Augusto Dias & C.^a, do Porto; Companhia de Fiação de Tecidos,

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS



Pavilhão destinado às colónias de Angola e Moçambique

de Guimarães; Fábrica de Estamparia, de Lisboa; Fábrica de Fiação do Rio Vizela, Pôrto; Guilherme Graham, Júnior, Ltd.^a, de Lisboa; Cordoaria: a Cordoaria Nacional e Casa de Esmoriz, de M. J. Marques de Sá; Borracha e artigos de *cautchou*: Fábrica de Borracha Luso-Belga, de Lisboa; Couros e peles: Joaquim Riobom dos Santos & Filhos, do Pôrto, e Casas & Tomas, também do Pôrto; Chapéus: Almeida, Martins & C.^a, de Braga; Enxadas cafreais: Venâncio da Silva Cambras Genro, do Pôrto; Ferramentas e alfaías: Manuel Francisco da Costa, Limitada, do Pôrto; Produtos de embalagem e artigos da sua indústria: Companhia Industrial de Portugal e Colónias; Chocolates e cacau: Fábricas «Favorita» e «Regina», de Lisboa; Vinhos do Pôrto e Madeira, assim como conservas alimentícias, algumas das mais importantes firmas nacionais.

Para a propaganda destes produtos, como os vinhos, cafés, chá e cacau, será construído um pequeno pavilhão exclusivamente destinado a «degustation».

Em matéria de propaganda tem o Commissariado em preparação: uma *plaque* para cada colónia; folhas soltas sobre cada um dos principais produtos, para distribuição gratuita; separatas dos principais diplomas coloniais: — *Acto Colonial*, *Bases orgânicas de Administração Civil*; *Cartas orgânicas*, *Código de Processo Indígena*, etc. — edições todas em idioma francês.

Na *Cité des Informations* será montada uma secção portuguesa, habilitada com a documentação necessária a poder atender consultas sobre as actividades, possibilidades e outras modalidades da vida colonial. Nessa secção serão instalados também *bureaus* dos Bancos, Companhias de Navegação, Caminhos de Ferro (C. P.) e uma grande secção de Turismo.

Será também promovida a exibição, no Salão de festas e cinema da Exposição, de vários filmes das nossas colónias, reproduzindo o folclore e apetrechamento económico, cujas projecções serão acompanhadas de explicações verbais, transmitidas por um *parleur*, e possivelmente, algumas, sincronizadas.

Ainda, sob a direcção do ilustre presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, está sendo executado o «Livro de Ouro» da Exposição, onde foram convidados a colaborar quasi todos os nossos colonialistas, que deve revestir-se dum especial significado.

Finalmente, estuda-se a maneira de fazer representar Portugal nas diversas manifestações complementares que é de uso realizarem-se por ocasião das exposições, tais como festas, concertos, congressos técnicos, etc., por forma a manter as posições obtidas nas últimas exhibições internacionais em que tomámos parte.

Movimento «Pró-Colónias»

Um Congresso e uma Exposição Colonial no Pôrto

Por iniciativa do Centro Comercial do Pôrto, foi tentado um movimento nacional «Pró-Colónias», que pretende despertar a atenção do

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

País pelos nossos domínios de além-mar, promovendo a realização dum Congresso e duma Exposição Colonial.

Constituiu-se uma Comissão Executiva no Pôrto, composta pelas mais prestigiantes figuras desta cidade, sob a presidência do director da Associação Comercial do Pôrto, sr. Ricardo Spratley. Para cooperar com esta comissão, o presidente do Centro Comercial do Pôrto, sr. António Domingues de Freitas, veio a Lisboa convidar alguns colonialistas, entre eles o sr. dr. Armando Cortesão, Agente Geral das Colónias, para fazerem parte duma comissão executiva, que actuasse com a outra.

A essa comissão, que ficou composta pelos srs. dr. Armando Cortesão, Agente Geral das Colónias, presidente; dr. Francisco Cortês Pinto, vice-presidente; José Carvalho da Fonseca Júnior, secretário geral; capitão Vergílio Pereira da Costa, secretário técnico; dr. Celestino Soares, dr. José Penha Garcia, Otávio Cesar Craveiro, Carlos Queiroz (representante da Associação Comercial de Lisboa), José de Oliveira Soares (delegado do Centro Comercial do Pôrto), Julião Quintinha e Mimoso Moreira (pela Imprensa colonial), Júlio Cayola (pelo Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa), vogais — foi dada posse no dia 10 do corrente pelo presidente da Comissão do Pôrto, sr. Ricardo Spratley, que a Lisboa veio propositadamente para esse fim.

A comissão de Lisboa instalou-se, com autorização do sr. Ministro das Colónias, na Agência Geral das Colónias. Num próximo número deste *Boletim* nos referiremos mais circunstanciadamente a esta patriótica iniciativa, que pode ter uma grande influência no estreitamento das relações económicas da metrópole com as colónias e uma útil propaganda do valor destas, num momento em que tão necessário se torna agitar os interesses recíprocos dos vários territórios que compõem a Nação Portuguesa.

A propaganda de Timor na Sociedade de Geografia de Lisboa

Na Sala Portugal, da Sociedade de Geografia, realizou-se uma exposição etnográfica, agrícola e industrial de Timor e uma série de três interessantes conferências sobre aquela rica colónia do Oriente, pelos srs. tenente Teófilo Duarte, Silveira Fernandes e tenente-coronel Garcês de Lencastre.

Uma interessante exposição

Na exposição, interessante sob todos os pontos de vista, viam-se muitos artigos, representados por múltiplas variedades: trigo, milho, jalapa, arroz, feijão, limões, laranjas, urzela de árvore, chá, café, cacau, cajú, castanha, azeite, óleo de palmeira, vinagre, azeite de cobromadeira, óleo de sândalo, amendoim, algodão, lã de palmeira, filamento de palmeira e gamuti, cordas de gamuti, borracha, tabaco, aparelhos para descaroçar algodão, teares, cintos, panos, fitas, lenços, toalhas,

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

coxins, esteiras, mel, sal, cofres, bocetas, açafates, cestos, cigarreiras, chapéus de palha, espadas, tambores, cítaras, violas, guitarras, cornetas, sândalo, petróleo, cobre nativo, barcos, canoas, modelos de habitações indígenas e diferentes objectos de adorno e domésticos.

Destacavam-se nesta parte da exposição os bordados feitos à mão e trabalhos em renda que são, na realidade, de uma grande leveza e perfeição.

Uma outra parte da exposição, e não menos interessante, é a bibliográfica, que prova eloquentemente que a nossa colónia de Timor não tem sido desprezada, como se poderia julgar, porquanto, alguns dos nossos melhores colonialistas lhe têm dedicado a sua atenção, escrevendo sobre a sua história, situação, clima, agricultura, fauna, população, indústria, comércio, etc., vários trabalhos de valor.

Entre esses nomes destacam-se os do padre Barreto, 1856; Barros e Cunha, 1898; E. A. de Bettencourt, 1881-1882; Duarte Leão Cabreira, 1863; Frederico Leão Cabreira, 1843; Cardoso de Carvalho, 1878-1880; João Cardoso Júnior, 1902; Afonso de Castro, 1863-1867; dr. Damas Mora, 1914, 1915 e 1916; Teófilo Duarte, 1930; Frazão de Vasconcelos, 1929; tenente-coronel Julio Garcês de Lencastre, 1929; padre Gomes Ferreira, 1882; Gomes da Silva, 1892; Leite de Magalhães, 1918; Francisco da Silva Magalhães, 1891; Matoso dos Santos, 1840; Montalvão e Silva, 1910; Moraes e Castro, 1926; dr. Moreira Júnior, 1925; Baltasar Osório, 1888; Alberto Osório de Castro, 1910; António Pádua Correia, 1911; conde de Penha Garcia, 1901; capitão Ribeiro Artur, 1925 e 1926; José Emilio Castel Branco, 1915; Fr. João dos Santos, 1891; visconde de S. Januário, 1872; José Celestino da Silva, 1906; Sebastião Aparicio da Silva, 1885; João Joaquim de Sousa, 1890 a 1899; Francisco Teixeira Silva, 1888, 1889 e 1891; major José Valdez, 1920; José dos Santos Vaquinhas, 1874 a 1879; almirante Ernesto de Vasconcelos, 1921, 1929 e 1930; comandante Vieira da Rocha, 1914, etc.

Processos de administração colonial

A primeira conferência foi realizada pelo sr. Teófilo Duarte, versando o tema «Timor — Processos de administração colonial».

O conferente expôs a situação em que se encontra o governador de uma colónia como Timor, que tem de encarar a administração no seu conjunto, formulando directivas para cada serviço, as quais sejam expressões concretas dum plano geral e gizado no seu cérebro.

O plano de governo, quer abranja o aspecto financeiro, o económico, ou o social, tem de ser obra sua, produto da sua inteligência e do seu espírito de observação.

Descreveu largamente a missão do governador duma colónia, em toda a sua complexidade, afirmando que verdadeiros governadores coloniais, na França, resumem-se a Gallieni e Liautey, e em Portugal apenas tivemos Mousinho, uma esperança a quem mal deram tempo de florir.

Analizou depois o conferente, com grande soma de detalhes, a maneira como a Inglaterra, a Alemanha e a Holanda têm conseguido engrandecer e valorizar os seus domínios coloniais.

BOLETIM DA AGENCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Nos primeiros períodos, quando é necessário pensar-se em largas obras de fomento e ocupação, não é possível nem deve pensar-se em equilíbrio orçamental, que só mais tarde se conseguirá, quando o desenvolvimento progressivo das colónias as tornar compensadoras.

Estas observações e considerações do conferente levaram-no a analisar o caso especial de Timor, que desde 1907, ano em que terminou a ocupação, recebia da Metrópole ou de Macau vários subsídios.

Como terminaram os subsídios, a situação agravou-se com os empréstimos à Metrópole, às outras colónias e ao Banco Nacional Ultramarino, e, contudo, não existem em Timor caminhos de ferro, portos de abrigo e trabalhos hidráulicos, afirmando o conferente que o dinheiro se tem gasto com o luxo de pessoal de fazenda, da saúde, da alfândega e serviços militares.

Indicou a seguir o sr. tenente Teófilo Duarte as verbas destinadas a vários serviços, que considera irrisórias.

Como conclusão das afirmações feitas no capítulo da posição financeira de Timor, o sr. tenente Teófilo Duarte entende que o critério a preconizar é o de manter as despesas ordinárias dentro das receitas actuais e elaborar um plano concreto de fomento, principalmente nas suas modalidades de abertura de estradas e intensificação cultural e fazê-lo executar por pessoal extraordinário cujos serviços seriam dispensados desde que se esgotasse o empréstimo a fazer à colónia, num total de 5.000 contos.

Abordou a seguir o conferente um outro aspecto dum plano de governo, a política económica, que se pode sintetizar na seguinte fórmula: desenvolvimento à «outrance» das exportações e diminuição de um certo número de importações.

Examinou, depois, o problema do café, que, no valor global de 18.200 contos, contribui, por si só, com 16.400.

A sua qualidade é tão excepcional que no importante mercado de Java, que tem uma percentagem enorme na produção mundial, a cotação do café de Timor é superior à daquela colónia, e isto apesar das enormes deficiências de cultura, descasque à máquina, etc., o que prova que o solo de Timor é essencialmente apropriado para a cultura dos melhores espécimes daquela corcubitácea.

Quem tiver palmilhado Timor de lés a lés, disse depois o conferente, pode afirmar que a cultura do café se pode intensificar enormemente e em óptimas condições económicas.

Indicou, como exportação a intensificar, o café, a copra e o tabaco, a colocar nas Índias Neerlandesas, e o gado vacuum na Havana; madeiras, milho, gado lanígero e porcino, em Macau. Nas importações, podia dispensar-se o arroz da Indo-China, e o trigo da Austrália.

O conferente apresentou ainda algumas soluções que preconiza para a modificação da actual situação económica de Timor, e terminou o seu trabalho dirigindo a todos os portugueses um caloroso e patriótico apêlo, no sentido de que, num esforço comum, sejam obreiros do

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

grande monumento colonial que cabe a Portugal e tem de ser legado às gerações vindouras.

Valorização da colónia

A segunda conferência, sobre «Valorização da Colónia de Timor», foi realizada pelo funcionário superior do Ministério das Colónias sr. Silveira Fernandes, o qual, aludindo ao honroso convite que recebera para falar sobre Timor, disse que ia ali no cumprimento de um dever, pois considera um dever de todos os funcionários coloniais informar o país do que viram, e mostrar-lhe o que temos e o que valem as nossas colónias.

Entrando pròpriamente no assunto da sua conferência, o sr. Silveira Fernandes começou por fazer uma interessante digressão histórica sobre a acção dos portugueses no Oriente, mostrando a importância do nosso poderio na Malária, e referindo-se ao intenso comércio português no ultramar, que outrora se estendia à China e ao Japão, ocupando quási todos os postos da Pérsia e da Índia.

Fêz uma larga referência às nossas relações com a Etiópia e com os potentados árabes, lembrando os tributos e vassalagens que os reis de Portugal recebiam de Ceilão e das Ilhas de Sonda e Molucas.

Referindo-se à ilha de Timor e à sua ocupação pelos frades da Ordem de S. Domingos, que a governaram e administraram durante quási dois séculos, consumidos em guerras e escaramuças, contou alguns episódios curiosos, descrevendo a vida sempre agitada da colónia. E prosseguindo, disse: «Foi isto o que os outros viram; passarei agora a contar o que eu vi e o que de minhas vistas concluí acerca daquela terra fértil e boa, onde há mais de três séculos tremula a bandeira de Portugal!» Passou, então, o conferente a descrever a nossa colónia de Timor sob os aspectos agrícola, comercial, industrial e de colonização, o dos transportes e comunicações, em que, sublinha, reside a chave do chamado problema de Timor, e, depois de se referir em tôdas, as suas minúcias à variada e rica flora da ilha, enumerando uma enorme lista dos seus produtos, bem como da riqueza pecuária, entra na descrição da cafeicultura em Timor, a cultura de exploração mais vantajosa e de que, em grande parte, depende o futuro da colónia.

Com palavras de ardente fé no futuro progressivo da colónia, o conferente disse que para aqueles que só conheçam Timor como terra de degradados, de gentilidades bravias e onde só se morre, irá descrever um trabalho delicado e mimoso, apenas realizado entre os povos cultos e civilizados e que ali é feito pelas mulheres indígenas. São os trabalhos de finíssimas rendas, aos quais, à falta de outra designação, aquela gente chama «desfiar», trabalho semelhante ao antigo «crivo», mas feito por forma diferente, e que a assistência apreciou nos espécimes expostos.

Entrou-se, depois, na segunda parte da conferência, que consistia em mostrar, por meio de projecções luminosas, vários aspectos e tipos da colónia, que o sr. Silveira Fernandes ia descrevendo em tôdas as suas minúcias e particularidades.

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Descrevendo à assistência a carta de Timor, o conferente contou como foi estabelecida, por vários tratados entre Portugal e Holanda, a nossa jurisdição e fronteiras, hoje já definidas pela missão mixta de 1902, de que faziam parte o falecido almirante Ernesto de Vasconcelos e Hrmenegildo Capêlo, sendo os trabalhos preliminares feitos pelo então tenente sr. Gago Coutinho, o nosso glorioso almirante, ficando esta nossa colónia com a superfície de 18.989 quilómetros, incluída a região de Okussi e Ambeno, que têm uma superfície de 2.461 quilómetros. A colónia, que conta 451.604 habitantes, está ligada por uma extensa rede telefónica com 72 estações, havendo também uma estação «rádio», a qual está sendo transformada em estação de onda curta, que breve comunicará com as Índias Neerlandesas e Macau.

O conferente terminou por mostrar a imperiosa necessidade de se olhar a sério por Timor, cuidando dela com a devida atenção.

O povo timorense

O terceiro conferente foi o tenente-coronel sr. Julio Garcês de Lencastre, que versou o tema «O povo de Timor».

Depois de ter sido apresentado pelo sr. conde de Penha Garcia — como acontecera com os outros conferentes — o tenente-coronel sr. Lencastre começou por se referir à importância da Exposição de Timor, onde figuravam trabalhos feitos pelo povo de Timor. Era desse povo que iria falar, a fim de pôr em evidência a cooperação do povo na valorização e progresso de Timor. O conferente defendeu as qualidades morais dos timorenses, discordando dos que os acusam de dubiez de carácter, e lembrando que bons exemplos e a promulgação de leis adequadas são os factores a contar na colonização dos indígenas. A valorização duma colónia, disse, não se consegue, apenas, por meios materiais, mas, sobretudo, por factores morais, para o que se torna indispensável o conhecimento da mentalidade, dos usos, dos costumes e da organização social dos povos dessa colónia. A etnografia é, pois, uma das determinantes das normas da acção colonizadora, feita em bases científicas, como hoje é necessário que seja feita a colonização, pois já passou a época dos métodos de tentativas em questões coloniais. Seguidamente, o conferencista apresentou um estudo dos usos timorenses, hoje, já grandemente modificados pela nossa acção civilizadora, mas merecedores ainda de estudo, que nos dará uma ideia da transformação operada.

Citou a opinião das pessoas que julgam ser os indígenas de Timor indolentes e preguiçosos, preferindo afrontar misérias a suportar algum trabalho, e afirma ser esse conceito, hoje, absolutamente injusto para o indígena e para a nossa acção colonizadora. Justificando a sua afirmação, lembrou que foram os naturais da ilha que plantaram os milhares de pés de café e de coqueiro daquela colónia, que construíram as sedes dos comandos e postos de ocupação militar e as casas que constituem, nalguns lugares, povoações comerciais.

O tenente-coronel sr. Lencastre afirmou que as autoridades por-

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

tuquesas gozam de grande prestígio em Timor, terminando por apresentar, em projecções luminosas, vários aspectos da vida e costumes daquela longínqua colónia, de cujas paisagens fez uma pormenorizada descrição, dizendo que Timor é uma terra capaz de proporcionar feliz vida aos seus 450.000 habitantes.

Propaganda colonial do Liceu de Aveiro

Entre os estabelecimentos de instrução secundária do país, o Liceu Central de Aveiro, graças à inteligente iniciativa do seu corpo docente, tem na propaganda e preparação duma mentalidade colonial, sobretudo das gerações novas, marcado duma forma que merece os mais decididos aplausos.

O Liceu, em 6 do corrente, levou a efeito uma sessão de propaganda, para que foi convidado a presidir o Agente Geral das Colónias, sr. dr. Armando Cortesão, e na qual falaram os srs. reitor, dr. José Pereira Tavares, e prof. dr. José Barata, tendo realizado uma conferência sobre Macau o estudante do 7.º ano do curso de letras do mesmo liceu, sr. Ernesto de Andrade. O comandante, sr. Rocha Cunha, explicou as projecções realizadas, com aspectos daquela colónia.

O ambiente na sala foi sempre de vivíssimo interesse, o que assegura à iniciativa do Liceu de Aveiro as melhores condições para que prossiga nas suas acertadas iniciativas pró-colónias.

No próximo número fará o *Boletim* mais larga referência a tão brilhante facto.

Concurso de Literatura Colonial

Deve reunir ainda este mês o júri do V Concurso de Literatura Colonial, que é composto pelos srs. engenheiro Ernesto Júlio Navarro, Director Geral dos Serviços Centrais do Ministério das Colónias, presidente; dr. Francisco dos Reis Santos, delegado da Sociedade de Geografia de Lisboa; dr. Lopo Vaz de Sampaio e Melo, delegado da Escola Superior Colonial; dr. Leite Duarte, representando os organismos coloniais subscritores; dr. José de Penha Garcia, Albino Forjaz de Sampaio e o Agente Geral das Colónias, vogais.

As obras apresentadas, que vão ser apreciadas pelo mesmo júri, são as seguintes: *A Derrocada do Império Vátua*, por Francisco Toscano e Julião Quintinha; *A Conquista do Sertão*, por Guilherme Monteiro; *Nas Costas de África*, pelo coronel Pais Mamede; *N'gola*, pelo major Ribeiro da Costa; *Recordações de África*, de Carlos Roma Machado; *Falhados*, de Ruy Sant'Elmo; *Homens maus*, de Landerset Simões; *Fulgores do Oriente*, de José Ferreira Martins; *Vida Nova*, por Carlos Rates.

Este é o quinto concurso que se realiza, por iniciativa da Agência Geral das Colónias, sendo atribuídos como prémios: ao livro primeiro classificado, 10.450\$00; e ao segundo, 2.500\$00.

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Os aviadores italianos e o almirante Gago Coutinho

Na passagem pelo porto de Las Palmas do *Conte Rosso*, em que regressavam à Itália o ministro do Ar italiano, general Balbo, e os oficiais que haviam tripulado a esquadilha aérea que ultimamente atravessou o Atlântico Sul, entre aqueles aviadores e o almirante sr. Gago Coutinho, teve lugar um encontro que foi verdadeiramente tocante.

O general Balbo, ao avistar o ilustre aviador português, lançou-se-lhe nos braços, sem se preocupar com as autoridades que o esperavam, às quais só depois cumprimentou. A multidão, emocionada, saudou os dois heróis do Atlântico com uma calorosa salva de palmas.

Desde que saltou em terra até que regressou a bordo, o general Balbo não se separou, um momento, do almirante Gago Coutinho. No *ayuntamiento*, onde foi recebido, teve palavras de alto louvor para ele e para a aviação portuguesa, tendo acentuado no seu discurso, claramente, que seguiu parte da derrota estabelecida por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, e afirmado que aqueles aviadores portugueses foram os primeiros a sulcar o Atlântico, da Europa ao Brasil. Concluindo, afirmou ter vindo a Las Palmas, expressamente, para visitar o «Do-X» e saudar o glorioso almirante Gago Coutinho, a quem sinceramente admira. Respondeu-lhe o *alcalde*, agradecendo a visita e declarando que Las Palmas considera Gago Coutinho seu filho predilecto.

No regresso a bordo, o general Balbo, que conduziu sempre, no seu automovel, o almirante português, teve mais uma deferência para com ele, convidando-o para um *cocktail*, que decorreu na mais franca camaradagem.

A cultura do trigo no Planalto de Malanje

A experiência de três anos levou-nos à conclusão positiva de que a cultura do trigo é perfeitamente adaptável ao clima do planalto de Malanje, assim como susceptível de rendimento.

Começámos as experiências com 5 quilos no ano de 1928; em 1929 semeámos 80 e no corrente ano 400.

Os bons resultados obtidos com os primeiros 5 quilos, é que nos levaram a continuar com as experiências desta cultura.

Como preparamos as terras

Os bons ou maus resultados duma cultura dependem do tempo, mas também dependem dos processos de cultura que seguirmos, sobretudo a preparação das terras para a cultura do trigo é muito importante.

A cultura do trigo demanda uma preparação dos terrenos muito bem feita, necessitando ser preparada com três lavouras pelo menos. Lavar, deslavar e terçar.

O terreno que destinarmos a cultura do trigo deve levar a primeira

lavoura no mês de Dezembro, ficando o terreno em aberto para que a erva que tiver o terreno fique enterrada, indo beneficiar o terreno com o seu apodrecimento.

Em meados de Janeiro grada-se esse terreno para que alguma erva nascida seja derramada com a gradagem. Em princípios de Fevereiro dá-se-lhe a segunda lavra, ficando em aberto a lavoura até vinte do mesmo mês ou fins dele; grada-se de novo para destruir alguma erva que tenha nascido, dando-se-lhe o terceiro ferro, grada-se em seguida, procedendo à sementeira, cobrindo o grão à medida que se vai semeando. É muito importante para a economia desta cultura o processo que exponho da preparação das terras, porque duma má preparação das terras pode advir para o lavrador um completo insucesso desta cultura. De todos é conhecido que os terrenos do planalto de Malanje são muito abundantes em ervas e sabem que, se tiverem de proceder a mondas, parte das culturas se podem perder devido a não termos a mão de obra imediata e a tempo e horas como precisamos. Todo o lavrador do planalto de Malanje sabe as dificuldades com que hoje luta para obter trabalhadores para os serviços usuais, quanto mais para um serviço de momento como são as mondas. Por isso, a terra levando as lavouras que preconizo é pouco provável criar erva, e alguma que nasça é tão pouca que já não prejudica o trigo, porque este, assenhoreando-se da terra, não permite que aquela se desenvolva.

São experiências de três anos. Quem seguir este processo de preparar a terra pode ficar certo de que colherá trigo.

O melhor terreno para a cultura do trigo

Assente a preparação das terras, indicaremos a melhor terra para esta cultura. Produz bem em terrenos de aluvião, mas nenhuma lhe apraz tanto como uma terra franca, moderadamente calcárea.

Não é próprio para o trigo o terreno que, a vinte centímetros de profundidade, retenha água em demasia. O trigo pode semear-se no terreno que lenha levado no ano antecedente milho em terreno virgem, preparado com antecedência, tendo vantagem o primeiro em produzir maior quantidade de grão, e o segundo a vantagem de não deitar ervas de espécie alguma, mas a produção é menor.

Epoca da sementeira

Se a cultura fôr de sequeiro, deve ser feita entre vinte de Fevereiro a dez de Março, o máximo; se fôr de regadio, em princípios do mês de Maio.

Espécie ou variedade do trigo

As experiências que fizemos foi com trigo *Florence*, semente fornecida pela Direcção dos Serviços da Agricultura. Conquanto seja um trigo de regadio, produziu muito bem em terrenos de sequeiro.

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Outras variedades necessitamos de introduzir, fazendo experiências para vermos a qualidade que melhor se adaptará ao solo e clima do planalto de Malanje. Estas experiências pertence ao Estado mandá-las fazer, porque nós sabemos quanto nos têm custado as que temos feito, para chegarmos a uma conclusão acertada. O Estado não deve continuar a deitar ao abandono este assunto; o planalto de Malanje deve ser dotado com um Posto experimental. O Estado deve atentar para os milhares de libras que anualmente vão para o estrangeiro, para a compra de farinhas.

Funcionários com competência e experiência não lhe faltam, pois alguns com que temos trocado impressões estão animados em trabalhar pela causa do fomento da Colónia, mas esbarram de encontro à falta de dotações. Não nos dão meios, dizem eles! Sem dinheiro não se podem fazer experiências! E é verdade, pois nós, por experiência própria, sabemos quanto custam.

Produção

A produção do ano de 1929 foi de dezoito sementes, e a de 1930 foi de quinze sementes.

A produção de 1930 baixou, a-pesar da melhor preparação das terras, devido a este ano ter sido péssimo para todas as culturas, mas ainda assim a percentagem atingiu quinze sementes.

Estou por certo que, em anos regulares, esta cultura deve dar vinte sementes ou mesmo mais; o corrente ano deve servir-nos de indicador, sobretudo nesta região aonde o tempo vai decorrendo regular para as culturas. A qualidade *Florence* criou-se em três meses e meio; foi semeado de um a doze de Março, e começou a ceifar-se a vinte de Junho.

Resultados das observações

1.º Para o agricultor acertar mais facilmente com a espécie ou variedade mais apropriada aos seus terrenos, quando não encontra exemplo na vizinhança que o oriente a tal respeito, ou quando queira tentar a introdução de variedades novas, deverá proceder a experiência em pequeno ponto, ou então dirigir-se à Direcção dos Serviços Agrícolas da Colónia, que será atendido;

2.º Empregar só semente de boa qualidade, bem seleccionada, porque duma boa semente depende em parte a boa produção;

3.º A preparação da semente é muito importante. A caldeagem e a sulfatagem do trigo destinado para semente é indispensável, querendo prevenir a invasão de doenças. São conhecidos quatro processos diferentes, mas o mais usado é a caldeagem com sulfato de cobre (1 quilo-grama em 100 litros de água);

4.º O trigo, na falta de semeador mecânico, semeia-se a lança, regos ou linhas.

O primeiro processo é o mais comum e na generalidade dos casos o mais praticável.

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Não se deve empregar mais de 40 a 50 quilos de semente por hectare, devido a que o trigo afilha muito, chegando a produzir vinte e trinta espigas num só pé; portanto, é de toda a conveniência em ficar um pouco espaçoso, para afilhar bem:

5.º O terreno deve ser bem preparado, pelo menos deve levar três ferros.

Cobre-se o trigo, tendo o cuidado que não fique muito descoberto; três a quatro polegadas é o suficiente. O método de semear em regos é menos expedito e mais dispendioso, mas dá em absoluto maior abundância de produtos. Esta maior produção é sobretudo devida à igualdade com que a semente é espalhada no terreno, ao desfôgo com que as plantas se desenvolvem, e à maior perfeição e proveito dos amanhos;

6.º A sementeira deve efectuar-se de meados de Fevereiro a dez de Março o máximo, isto para as sementeiras de sequeiro, únicas a meu vêr de rendimento económico, porque toda a seara que tenha que ser regada, é muito onerada com estes serviços, demandando sempre este processo de cultura custosas obras para se poderem irrigar os terrenos; no entanto todos aqueles que tenham as propriedades apropriadas para se poderem irrigar, podem fazê-lo porque o trigo produz muito bem, mas tenham em conta que o terreno se esgote com facilidade, porque se fôr um terreno que conserve água mais que o suficiente para dar às plantas a humidade necessária, pode perder-se a seara. As plantas começarão a ficar amarelas, morrendo em seguida.

Quem quiser colher bom grão, semeie em terrenos bem arejados

No intuito de ser útil àqueles que à cultura do trigo se queiram dedicar no planalto de Malanje, e que ainda desconheçam os processos desta cultura, seguindo o processo que a experiência nos tem ensinado, podem ficar certos que obterão bons resultados, aconselhando-os a tentar a cultura deste cereal, porque, além de ser de rendimento, têm uma colocação sempre garantida, sendo uma sementeira quasi do fim das chuvas, época em que outras culturas se não fazem já, porque mesmo a do feijão pode fazer-se a seguir à do trigo.

Necessitamos de introduzir a cultura do trigo no planalto de Malanje, porque desenvolvendo-se esta cultura em grande escala, obstaríamos à importação de farinhas, pois não faz sentido que hoje em dia estejamos a dar a estranhos as libras de que tanto necessitamos.

Mas para levarmos este plano a bom fim, é necessário também o auxílio do Estado. Auxílio técnico e monetário. Técnico com competência não falta hoje em Malanje, com uma larga folha de serviços no sul de Angola, aonde o trigo se cultiva desde há muito. Está aquele técnico indicado para iniciar a campanha do trigo no planalto de Malanje.

Auxílio monetário deve o Estado dá-lo no Sindicato Agrícola do Planalto de Malanje, para este o distribuir com parcimónia pelos associados, sendo o Estado reembolsado no fim das colheitas, da quantia

que dispendir. Os resultados que obteríamos com a introdução da cultura do trigo seriam tão lisonjeiros que dentro de dois ou três anos a Colónia havia de exportar trigo, além do necessário para seu consumo.

E para terminar: *Para colher, é necessário bem semear.*

Cacolo, 25 de Novembro de 1930.

ARMANDO LEITE VELHO

(De A Província de Angola).

Significado do Império Colonial Português

A facilidade de comunicações, a aproximação das distâncias, fez dos cinco continentes um domínio de exploração mais ou menos civilizado, mas sempre útil, partilhado em lotes pelas potências. As colónias, nesta partilha, não são, para cada país, territórios suplementares, valores a mais, de que, em rigor, se poderia dispensar: porque são a própria nação prolongada para além dos mares. Afastemos do pensamento, e, tanto quanto possível, na prática, uma distinção, hoje inadmissível, entre metrópole e colónias, para juntar num bloco único elementos do domínio português, como outrora as nossas províncias, unindo-se, constituíram o Portugal continental; teremos assim um «Portugal das cinco partes do mundo», uma potência mundial da maior importância, visto sermos a terceira potência colonial.

Quando a raça branca dos Estados Unidos procura bastar-se a si própria e levanta cada vez mais a muralha das suas alfândegas, é conveniente assegurarmo-nos das matérias primas e dos mercados de que igualmente carecemos. As nossas fábricas reclamam algodão, lã, borracha, metais, madeiras, que Portugal não produz ou produz insuficientemente; os nossos campos querem fosfatos, potassa, azote; as nossas moagens um suplemento de trigos, de milho; as populações reclamam arroz, chá, cacau, que passaram a produtos de consumo corrente. Por outro lado, a situação da indústria é crítica; superabundam produtos manufacturados; regiões importadoras tornam-se fabricantes, fecham os seus mercados a estrangeiros. Pois façamos nossos fornecedores e nossos clientes os habitantes das nossas colónias.

A ameaça não completamente afastada dum conflito que será decerto universal, as colónias portuguesas, junto com a parte insular, constituem centros de resistência, pontos estratégicos excelentes para os nossos navios, reservas de soldados e de auxiliares, de alimento e de dinheiro com que temos todo o direito de contar. Sobretudo em alimentação, em algumas épocas de crise, grande auxílio nos tem prestado as colónias. Pois se um tal concurso se tem conseguido, sem preparação anterior — ou com pouca — que será no futuro quando nos aproveitarmos de todas as suas óptimas condições!

Portugal não somente é rico em moços ambiciosos de empresas longínquas, como em capitais sem aplicação. A uns e a outros oferecem

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

as nossas colónias um largo campo de actividade. Está aqui, mesmo, o ponto mais importante da questão colonial: desviar do estrangeiro, da América do Norte e do Brasil, sobretudo, os nossos emigrantes ambiciosos, os nossos elementos activos, dando-lhes facilidades e garantias que os levem antes para as nossas ubérrimas e florescentes colónias. A emigração, especialmente das províncias do continente de população mais densa, é indispensável que se faça; virá decerto a fazer-se, principalmente, para os nossos domínios ultramarinos. Porque não são os estrangeiros, como muitas vezes se tem visto, que devem ir instalar as suas indústrias, agricultural as suas terras, desenvolver as suas culturas altamente rendosas, estabelecer os diversos ramos do comércio, nas nossas produtivas e valiosas colónias. Compete aos Portugueses, dotados de grande poder de adaptação, com as mais altas qualidades de trabalho e de iniciativa, a colonização e valorização dos seus importantes domínios coloniais.

(Do *Almanaque Lello*, para 1931).

Uma campanha Anti-Slavery contra o tratamento dado aos indígenas em Angola

Fundando-se nas passagens de alguns relatórios do consul britânico em Luanda, a Anti-Slavery mais uma vez entendeu apreciar malevolamente a forma por que são tratados em Angola os indígenas. Em virtude disto, embora abstendo-se de fazer, por natural melindre, quaisquer reparos aos referidos relatórios, cujo texto desconhece, o *Notícias de Benguela* decidiu proceder a um inquérito ao tratamento de que aqueles indígenas são objecto, obtendo depoimentos interessantes, como se verá.

★

O lugar de honra no inquérito iniciado dá-o o *Notícias de Benguela* à seguinte carta do sr. H. de Laessoe, major do Exército britânico, residente no Bié:

«*Senhor* : — Refiro-me à nossa conversa e à campanha que se diz partir da imprensa inglesa sobre a crítica das condições de trabalho dos nativos em Angola e que se alegou ser base duma censura feita pelo Consul Britânico daqui: ainda não tive, contudo, oportunidade de vêr qualquer jornal abordando o assunto, mas desejo, por minha iniciativa, dar a minha opinião, em geral, visto residir na Província há onze anos, sete dos quais a trabalhar em lavoura e fazendo plantações em propriedade minha.

Deixe-me dizer-lhe já, tanto quanto a minha experiência consente — e é bastante ampla — ninguém fala de condições de trabalho em Angola, como de injustiça para com os nativos, que não tenha uma impressão completamente falsa. Não há trabalho forçado, e, caso se

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

pensasse assim ser, investigar-se-ia quais os homens que não tenham podido pagar o costumeado pequeno imposto, para o que basta dirigirem-se ao funcionário que requisitou os trabalhadores. As condições de trabalho são muito vigiadas pelas autoridades, tanto no que diz respeito ao alimento, como à assistência médica e ao pagamento devido dos salários. Tive a experiência, há uns anos, com um novo funcionário, que por lhe ter constado, erradamente, que os nativos da minha propriedade não eram bem tratados, fêz com que todo o meu trabalho paralisasse, até que fizesse um inquérito. E os casos raros de queixa de mau tratamento dos nativos, são — eu tenho presenciado — judicialmente tratados por autoridades competentes.

Posso acrescentar que falo com 18 anos de experiência de residência na Rodésia, onde estive — em certa ocasião — como Comissário e Magistrado dos Nativos, e, se eu ousasse emitir uma opinião sobre a administração dos nativos em Angola, seria a de que o Governo Português está seguindo uma conduta muito apertada com certos perdões de ultra-benevolência e *laissez faire* com respeito aos povos primitivos, cuja emancipação e progresso neste País, em virtude, talvez disso, tem retardado um tanto.

Não reconhecendo, em última observação, nenhum espírito de crítica à administração que V. E.^a tão hábilmente representa, eu sou, senhor, vosso dedicado, — (a) *H. de Laessoe*. D. S. O., M. C. (late The Rifle Brigade & Gen. Staff).»

★

O rev. padre Le Guennec, prior da Missão Católica do Bié, escreve :

«Insurjo-me contra as acusações, pois que posso afirmar que há já trinta anos que vou missionando neste interior, e nem uma vez vi semelhantes factos. Conheço o Cubango, o Galangue, Caconda, Bailundo, Amboim, Seles, Libolo, e, em todas estas terras, as autoridades tratavam muito melhor o preto que os americanos — questão Ross — que os lincham, muito melhor que os ingleses, dos quais os pretos gostam por causa das libras. É uma infâmia acusar a autoridade portuguesa de fazer a escravatura e pode V. Ex.^a fazer o uso que quiser destas minhas linhas desconchavadas.

Sempre ficarei ao lado de Portugal, pois que é justiça desfazer boatos falsos, e não deixarei espezinhar a minha segunda pátria.»

★

Mais três testemunhos, também de estrangeiros — alemães estes.

«Fazenda Carila, Angola, Bié, 10 de Dezembro de 1930. — Relativo às publicações sobre pretos em Angola. — Ex.^{mo} Sr. *Otelo Henriques da Fonseca*, Administrador do Bié : — Eu, abaixo assinado, estou agora três anos aqui, na Colónia Portuguesa de Angola, e não

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

conheci só um caso em que o Governo Português tratasse mal os indígenas desta Colónia. O tratamento dos indígenas de Angola, da parte do Governo Português, é absolutamente justo e humano. — (a) *Joaquim von Hoffman.*»

★

«Eu, abaixo assinado, subdito alemão, casado, de 33 anos de idade, residente em Angola há mais de sete anos, declaro sob palavra de honra que jamais me constou que nesta Colónia Portuguesa se faça escravidão, se infligam maus tratos aos indígenas, ou se exerçam sobre eles quaisquer extorsões; antes pelo contrário, tenho notado, da parte de todas as autoridades, uma desvelada protecção, não hesitando em reprimir quaisquer abusos dos colonos, quando tais abusos prejudiquem os indígenas. — Cuemba, 14 de Outubro de 1930. — (a) *Alfonso Helmlinger.*»

★

«Fazenda Rio Chipia — Caala (Vila Robert Williams), 18 de Dezembro de 1930. — *Amigo e Sr.:* — Recebi a sua prezada carta e li com muito interesse que há agora mais calúnias feitas contra a Administração Portuguesa na questão da mão de obra e do tratamento dos indígenas. Eu já conheço o escrito do americano Ross sobre este assunto. Lastimo muito estes assaltos contra a Administração Portuguesa e os funcionários, que agravam o trabalho e insultam gente de qualidade. Tenho a minha residência já há seis anos nesta colónia e todo este tempo estou trabalhando na minha fazenda na C. C. do Lepi, e neste tempo tive bastantes ocasiões para conhecer a maneira de tratamento dos indígenas. É uma obrigação da minha gratidão poder dar o meu depoimento sobre este assunto. Posso dizer o seguinte:

1) na minha região e também nas outras onde eu tinha estado, os indígenas sempre gozavam de toda a sua liberdade.

2) sempre os indígenas foram tratados pelas autoridades com justiça, foram tratados paternalmente.

3) em todos os anos eu tinha ao meu serviço só voluntários, contratados livremente. Eu só vi gente obrigada a trabalho que não pagasse o seu imposto e este é um modo absolutamente necessário para a educação dos indígenas. Mas eu conheço bastantes casos de gente que não podia pagar o imposto por razão de doença e tinha livramento do pagamento.

4) os indígenas gozam de toda a sua liberdade, cada particular deve tratar os seus servos benévola e suficientemente e pagar pelo menos o salário destinado pelas autoridades.

Se um particular maltratasse os servos, não teria em breve ninguém ao seu serviço.

5) é verdade que as autoridades dispensam aos indígenas toda a protecção e assistência em conformidade com as leis reguladoras do assunto.

6) as autoridades são também sempre cumpridoras do seu dever

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

na repressão de quaisquer abusos contra indígenas, que cheguem ao seu conhecimento e eu sempre vi, que os indígenas, se pensam estar no seu direito, não hesitam em levar a sua queixa à autoridade.

Nos vinte anos que eu estou em África posso dizer que o tratamento dos indígenas em Angola é um tratamento paternal e de justiça, pelo menos equivalente ao das outras nações.

Peço ao meu prezado amigo, se eu não me exprimo bem, de corrigir-me. Estimo muito que possa dar nesta carta conscienciosamente uma expressão da minha gratidão à hospitalidade portuguesa, de que fiz uma pátria nova. Com tóda a estima e consideração sou, de V. Ex.^a, Mt.^o Att.^o Amigo e obrigado, *Robert Freund.*»

★

Outra carta, dos srs. A. Kelly, *ménager* da Cassandola Estates, e Sya Kibble, da Angola Estates Ltd.^a:

«Nós, abaixo assinados, tendo lido a propaganda feita por determinada secção da Imprensa Inglesa, referente ao tratamento dos nativos na Colónia Portuguesa de Angola (África Ocidental), desejamos registar um protesto sincero contra tais escandalosas afirmações. Por experiência, na Colónia, nunca vimos nem ouvimos dizer que os nativos fôsem injustamente ou mal tratados por funcionários do Governo.

O que se segue é um exemplo do tratamento concedido pelas autoridades aos nativos.

Um guia nativo pertencente à secção de que um dos abaixo assinados era membro, foi acidentalmente morto por um tiro de espingarda destinado a caça, nos arredores da aldeia do nativo. O nativo que disparou a espingarda foi prêso e levado às autoridades do distrito.

O abaixo assinado, que foi testemunha do acidente, foi chamado ao tribunal em 9 de Outubro. O caso foi julgado perante o Juiz do Distrito do Lubango e além do Ministério Público apareceu para defesa, um advogado, intérprete e testemunhas. Chamaram o réu e as testemunhas de acusação e defesa. O tribunal estava aberto ao público, e julgamento com mais equidade não se podia fazer para qualquer homem, preto ou branco, em qualquer país do mundo.

A Companhia para a qual temos a honra de trabalhar, tem um número de propriedades para pastagens, espalhadas numa grande área de Angola, e nós temos oferecido oportunidade a uns poucos na Colónia para ver e julgar a Administração Colonial Portuguesa.

Em nossa opinião, os naturais de Angola, se alguma coisa há a dizer, é serem tratados com demasiada consideração.»

★

O *Notícias de Benguela* refere ainda que foi nomeado para proceder a uma inquirição, em virtude da campanha da Anti-Slavey, o juiz da Relação de Luanda, sr. dr. Júlio Armando da Silva Pereira.

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

O Estado e a Companhia do Niassa

Segundo os termos do contrato feito entre o Estado e a Companhia do Niassa, reconhece o primeiro ter feito uso do seu pleno direito, fazendo cessar a delegação das atribuições de Estado à mesma Companhia. Esta, por sua vez, desiste de todas as reclamações que, por qualquer motivo, haja feito após o regresso dos territórios à posse e administração do Estado, renunciando a todos os direitos que até essa data pudesse ter sobre esses territórios e a todas as vantagens que possam considerar-se derivadas dos direitos que sobre eles exerceu, desistindo também de todos os processos judiciais e administrativos pendentes, que intentou contra o Estado, para obter a anulação de decretos e despachos ministeriais.

Além disso, a Companhia transfere para o Estado o pleno domínio — propriedade e posse — de todos os bens mobiliários e imobiliários, pertencentes à Companhia e existentes nos territórios de concessão, incluindo móveis, utensílios e mais material de qualquer espécie, de que o governador geral de Moçambique já tomou posse. Transfere também para o Estado português o direito à acção que ela possa ter por factos anteriores à reintegração dos territórios na posse do Estado e os direitos a qualquer quantia que, como indemnização por prejuízos de guerra, ou por outra razão, lhe possa pertencer ou ser atribuída.

A indemnização a pagar pelo Estado, abrangendo as cessões e transferências acima referidas, é de 125:000 libras esterlinas, que será paga pelo Estado à Companhia, por meio de cheque sobre um Banco de Londres, em quatro prestações, sendo a primeira, de £ 35:000, no corrente mês, e as três restantes, de £ 30:000 cada uma, nos meses de Julho do ano corrente, e de Janeiro e Julho de 1932. Com o pagamento da ultima prestação ficam liquidadas as contas do Estado com a Companhia, sendo reconhecida àquele plena quitação. Os credores da Companhia do Niassa serão pagos exclusivamente por essa Companhia, não podendo eles reclamar qualquer quantia do Estado, seja qual for a origem e proveniência do seu crédito.

Quanto à indemnização estipulada, deve ser satisfeita pela colónia de Moçambique.

Território de Manica e Sofala Trabalhos Geológicos e Mineiros

Pesquisas de petróleo, em Inhaminha, circunscrição de Cheringoma, pela «Manica Trust Limited» (entidade particular), empresa com sede na Beira.

Exploração de jazigos de estanho, em Inchope, circunscrição de Chimoio, pela «Manica Tin Limited» (entidade particular), empresa com sede na Beira.

Pesquisas de ouro de filão, na Penhalonga, circunscrição de Manica, pela «Rezende Mines» (entidade particular), empresa com sede em Londres. Não tem representante em Portugal.

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Exploração de jazigos de ouro de filão, no Chua e Inhamucarara, circunscrição de Manica, por dois particulares.

Exploração de jazigos de asbesto, no Muza, circunscrição de Manica, por um particular.

Pesquisas de diamantes, nas circunscrições de Neves Ferreira, Sena e Chupanga, por particulares.

(Informação prestada pelo Governo da Companhia de Moçambique).

Companhias concessionárias de terrenos nos Territórios de Manica e Sofala sob a administração da Companhia de Moçambique

Denominação	Regiões das concessões	Sede das Companhias	Representação em Portugal Continental
Andrada Mines Limited	Manica	Londres	Não tem
A Pecuária Limitada	Manica e Chimoio	Beira	—
Beira Town Sites Limited	Beira	Londres	Não tem
Beira Junction Railway (Port Beira to Fontesville) Limited	Beira, Cheringoma e Neves Ferreira	Londres	Idem
Beira Railway Company Limited	Neves Ferreira, Chimoio e Manica	Londres	Idem
British Sout Africa Company	Manica	Londres	Idem
Companhia Colonial do Búzi	Beira, Buzi, Sofala e Chiloane	Lisboa	—
Companhia Industrial da Beira	Beira, Neves Ferreira e Chimoio	Beira	—
Companhia Agrícola da Beira	Beira, Neves Ferreira e Chimoio	Lisboa	—
Companhia do Govuro	Govuro	Lisboa	—
Compagnie du Sud Est Africain	Manica	Bruxelas	Não tem
Cape Explosive Works Limited	Manica	Cabo da Boa Esperança	—
Compagnie Colonnrière du Mozambique	Chemba e Sena	Bruxelas	Não tem
Companhia do Luabo	Manica, Chupanga e Marromeu	Lisboa	—
Chaima Limitada	Marromeu	Beira	—
Companhia Portuguesa do Ultramar	Neves Ferreira	Lisboa	—
Companhia Pastoril do Alto Save	Mossurize	Beira	—

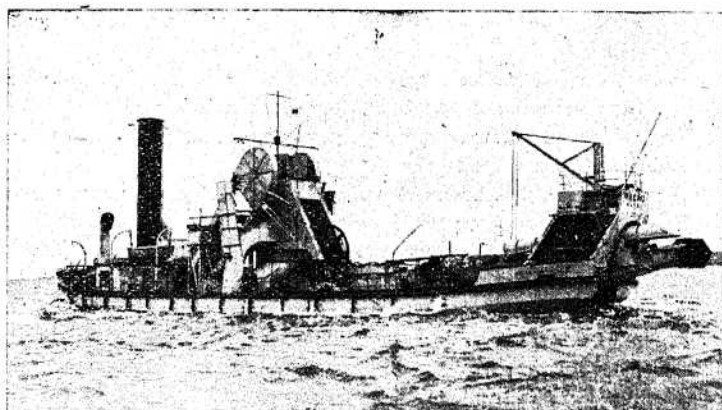
BOLETIM DA AGENCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Denominação	Regiões das concessões	Sede das Companhias	Representação em Portugal Continental
Cacero, Limitada	Chimoio	Beira	—
Empresa Agrícola da Machunga, Limitada	Chimoio, Govuro e Neves Ferreira	Beira	—
Edmundian Mine Limited	Manica	Beira	—
Fernandes & Irmãos, Limitada	Beira e Chimoio	Beira	—
F. L. Simões & Companhia	Beira, Chimoio e Govuro	Beira	—
Hudson Consolidated Co. Limited	Manica	Londres	Não tem
Imperial Tobacco & Co. (Great Britain & Ireland) Limited	Manica	Londres	Idem
Manica Trading Co., Ltd.	Beira	Londres	Idem
Mashonaland Railway Co., Limited	Chimoio	Londres	Idem
Mozambique Trading & Plantation Co.	Govuro e Manica	Mónaco	Conde de Bobone R. de S. Felipe Nery, 114, Lisboa
Musling Trading & Agricultural Co., Ltd.	Manica	Beira	Não tem
Mozambique Sugar Development Co., Ltd.	Neves Ferreira	Londres	Idem
Oceana Consolidated Co., Limited	Manica	Londres	Idem
Rhodesia Trading Co., Ltd.	Beira e Chimoio	Londres	Idem
South Africa Township Mining & Finance Corporation Ltd.	Beira	Joanesburgo	—
South Africa Timber Co.	Beira	Beira	—
Sociedade Agrícola de Chimoio Ld. ^a	Beira, Chimoio e Neves Ferreira	Beira	—
Sociedade Agrícola do Bupira	Buzi	Beira	—
Sindicato do Revué Ld. ^a	Chimoio	Beira	—
Sindicato Agrícola do Bembe Ld. ^a	Chimoio	Beira	—
Sociedade Agrícola do Mazingaze Ld. ^a	Chimoio	Beira	—
Sociedade Agrícola do Vanduzi, Ld. ^a	Chimoio	Beira	—
Sociedade do Rio Mássua, Limitada	Chimoio	Vila Pery	—
Sociedade Agrícola do Bandama, Limitada	Chimoio	Beira	—
Sindicato Eirense	Manica	Macequece	—

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLONIAS

Denominação	Regiões das concessões	Sede das Companhias	Representação em Portugal Continental
Sociedade do Zombe Sena Sugar Estates Ltd.	Manica Marromeu, Sena e Chupanga	Macequece Londres	— Hornung & C. ^a , Ave- nida da Índia, Lis- boa
Sociedade Agrícola e Pe- cuária de Magagade Li- mitada	Sena	Beira	—
Sociedade Industrial de Sofala, Ltd. ^a	Sofala	Beira	—
Sociedade Agrícola de Sena, Ltd. ^a	Sena	Beira	—
União Agrícola Limitada	Chimoio	Beira	—
Vacuum Oil Co. (of S. A.) Limited.	Beira	CabodaBoa Esperança	—

Nova draga para Macau



Esta draga foi adquirida por intermédio da Agência Geral das Colónias, por conta das reparações alemãs, tendo sido fornecida pela firma Orenstein & Koppel. Saiu de Lübecker em 14 de Janeiro, devendo encontrar-se, neste momento, próximo da Índia Inglesa.

Parasitas da copra

O engenheiro-agrônomo sr. dr. A. de Oliveira Júnior escreveu para o último número do *Boletim Agrícola e Pecuário, de Moçambique*, o seguinte estudo de entomologia:

BOLETIM DA AGENCIA GERAL DAS COLÓNIAS

«Está ainda por fazer, na Colónia, o estudo completo da entomologia económica que a este produto diz respeito, mas talvez seja vantajoso, antes de lá chegarmos, dar algumas notícias sobre alguns dos insectos já identificados e para os quais convém chamar a atenção.

A dois coleópteros me limitarei hoje: o *Necrobía rufipes*, de Geer, e o *Silvanus surinamensis*, L., ambos muito abundantes nas regiões quentes e responsáveis por estragos na copra. Dos dois é o *Necrobía* o mais prejudicial e a ele se imputam sérios prejuízos em países vários.

Abundam nos armazéns de copra do distrito de Quelimane e desde há muito aparecem em Lourenço Marques, na copra dali oriunda. É de crer, porém, em virtude do seu cosmopolitismo, que seja muito mais vasta a sua distribuição em Moçambique.

“*Necrobía rufipes*”, de Geer

É, na família onde o arrumaram, o mais nefasto, talvez mesmo o único. A multiplicidade dos seus nomes vulgares é de certo modo indicadora da variedade de produtos de que se alimenta: Copra, presunto, toucinho, peixe seco, queijo, figos secos, etc. Na Malaia e ilhas do Pacífico é geralmente designado por *bicho* ou *persevejo da copra*; na América é muito conhecido pela denominação de *ham beetle* (escaravelho do presunto), além de outras.

Este insecto é prejudicial tanto na forma larvar como na forma perfeita e pode causar prejuízos avultados. As suas características mais salientes são:

Imago (insecto perfeito adulto): de cor azul-escuro, com brilho violáceo ou esverdeado; forma oval, com os lados sub-paralelos.

As patas e os primeiros cinco segmentos das antenas são de cor acastanhada. Olhos pretos.

As suas dimensões andam à volta de 5 a 6 mm. de comprimento por 2,5 mm. de largo, mas são bastante variáveis.

Fêmeas e machos são revestidos de pêlos; a inclinação da pubescência serve para distinção dos sexos.

Correm velozmente e pouco voam. Fingem-se mortos quando muito importunados e emitem, por vezes, um cheiro bastante desagradável. Acusam fototropismo negativo e por isso procuram teimosamente os esconderijos.

Na América, o insecto tem chegado a viver mais de um ano.

Os ovos: têm uma forma alongada, um tanto ponteaguda, com as extremidades arredondadas, e medem à volta de $1\text{mm} \times 0,25\text{mm}$.

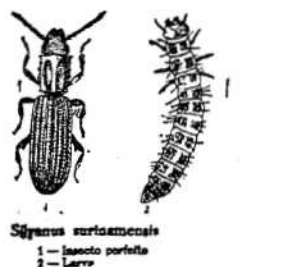
Geralmente agrupados, o período da incubação é curto: de quatro a cinco dias, em tempo quente. A larva rebenta o ovo com as mandíbulas e apófises caudais.

A larva: após a eclosão é de cor mais ou menos esbranquiçada, revestida de pêlos, arrugada, delicada. Inactiva de começo, alimenta-se de ovos ou mesmo de cascas que lhe estejam a fácil alcance. Quando completamente desenvolvida anda, em dimensões, por cerca de $10\text{mm} \times 1,5\text{mm}$, indo até 2mm de largura, por vezes. Os segmentos mais

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

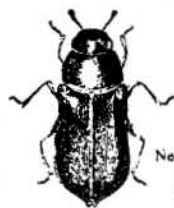
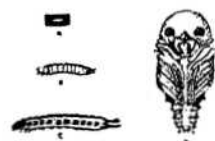
largos são os cinco ou sete segmentos abdominais e por isso é mais larga posteriormente. A cabeça, parte superior do primeiro segmento e o segmento anal são duma cor castanho-ocre, sendo branco o resto da parte dorsal, com manchas acastanhadas e numerosos pêlos. São de uma grande actividade nesta fase de desenvolvimento, apanhando e matando todos os organismos vivos que possam utilizar na sua alimentação — hábitos entomófagos.

As larvas, de todos os tamanhos, fogem da luz.



Sphyrus surinamensis
1 — Insecto portador
2 — Larva

(Rep do Chittenden (4))



Necrobis rufipes. De Geer.

A Ovo
B, C Larvas
D Crisálidas
E Imago

(Rep do "Malayan Agricultural Journal")

Crisálidas: o casulo é feito com uma substância que exsudam e que endurece rapidamente, e fica, em geral, concluído em vinte e quatro horas. Estes casulos são muitas vezes destruídos pelo insecto adulto, que devora a crisálida. Para crisalidar, as larvas escolhem sitio seco e escuro.

O adulto emerge furando o casulo e dentro de um a dois dias adquire a pigmentação característica e torna-se apto para o voo e para a procriação.

Ciclo biológico: na Malaia anda por cem dias, em média, assim distribuídos:

Ovo	larva	crisálida	secagem	Total
4	81,54	13,08	1,36	100

BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Pode, porém, ser bastante menor o seu ciclo biológico, chegando às vezes a não ultrapassar trinta dias.

Silvanus Surinamensis, L.

É um coleóptero da família *Cucujidae*, de que é a espécie mais importante.

Tanto o imago como a larva têm características que tornam fácil a sua identificação. O adulto, castanho de cor, tem uma forma alongada, chata, e o protorax tem os lados serrados. Mede à volta de 2,5^{mm} de comprimento. A larva, que atinge 5 a 6^{mm} em comprimento, é branca e tem a parte média dos segmentos chitinizada.

Além da copra, infesta fruta seca, grãos armazenados e farinha, sendo conhecido nalgumas regiões pelo *Silvanus do milho*. No Senegal ataca o amendoim.

Larva e adulto atacam os produtos referidos.

Medidas de combate

A adopção de medidas tendentes a proteger a copra armazenada contra o parasitismo destas espécies e de vários outros inimigos vulgares torna-se absolutamente indispensável. O agricultor deve preocupar-se mais do que até hoje o tem feito com a conservação dos produtos do solo, procedendo de forma que não pareça que todos os seus trabalhos têm por finalidade alimentar a variada bicheza que vive desses produtos. São enormes ainda hoje os estragos causados pelo gorgulho, pelos *Bruchus*, etc., e é necessário que o agricultor reconheça que a ciência tem pôsto ao seu alcance meios eficazes e económicos de luta, que urge fazer entrar na rotina e muito especialmente num tempo em que a crise agrícola é geral.

O *Necobria rufipes*, em especial, deve ser encarado como um inimigo sério da copra e possivelmente de vários outros produtos. A fumigação da copra, visando essencialmente a destruição deste *Necobria*, é hoje coisa corrente em alguns países, principalmente nos pontos onde é intenso o movimento deste produto.

Conheço bem as condições em que geralmente a copra é armazenada nalgumas regiões produtoras da Colónia e as quebras que ela sofre desde que entra em armazém até ao ponto do destino. Como primeira medida, impõe-se uma boa preparação do produto, que começará, naturalmente, com uma colheita cuidadosa. Os insectos atacam muito menos os produtos bem maduros e convenientemente secos. As fumigações depois, sempre que se torne necessário.

Nas Seicheles e nas Filipinas costumam fumigar a copra com sulfureto de carbono, cobrindo-a com encerados, e empregando uma dose de cerca de dois quilos daquele fumigante por cada 10^{m³} de capacidade. O uso de gás cianídrico aconselha-se também, que são óptimas as suas virtudes insecticidas, e, desde que a copra seja convenientemente arejada, não reterá vestígios, sequer, de ácido prússico. Na Malaia, nuns

ensaios feitos, uma exposição de quarenta e oito horas à sombra, um dia depois ao sol e a seguir três dias mais à sombra, foi o suficiente para que nem vestígios de ácido prússico se encontrassem na copra.

Qualquer destes fumigantes, porém, tem os seus inconvenientes, de ordem prática. O gás clorídrico é extremamente venenoso e o seu emprego requiere precauções absolutamente indispensáveis; e o sulfureto de carbono, por sua vez, dá um gás que é extremamente inflamável, além de ser também tóxico. Estes inconvenientes agravam-se com a índole descuidada da nossa mão de obra indígena, e o seu emprego só pode ser aconselhado em fumigatórios adrede construídos, casas a esse fim convenientemente adaptadas, ou em locais bastante isolados. Acresce que o sulfureto de carbono não deve ser vertido sobre a copra, pois são conhecidas as suas qualidades dissolventes. Não sendo, portanto, para pôr de parte, devem ser empregados com as cautelas necessárias.

A Direcção de Agricultura tem-se ocupado ultimamente do assunto, trazendo o inspector de plantas, entre mãos, uns ensaios em que emprega o enxôfre como insecticida. Está também a ser analisada alguma copra para a determinação dos ácidos sulfuroso e sulfúrico, e, em comunicações ulteriores, serão dados os resultados.

O emprego do enxôfre deve ser de aconselhar. Seria mesmo conveniente que se ensaiasse o seu emprego com o duplo fim de auxiliar a secagem e preventivo contra os estragos dos insectos e flora variada. Esta prática é bastante comum em algumas regiões onde o número de coqueiros anda pela centena de milhões, com resultados bastante satisfatórios.

Há no mercado aparelhos (Clayton) para rápida combustão do enxôfre, sempre que o seu emprego seja preferível para a desinfecção dos armazéns; e, na sua falta, ou por conveniência, o processo de auxiliar a combustão de enxôfre com o nitrato de potássio, numa dose de 10 a 15 por cento, dará bons resultados.

Embora a maior parte dos armazéns que conheço não possam satisfazer os requisitos necessários para qualquer fumigação, será possível proceder a ela com o auxilio de encerados, de forma a evitar as fugas do gás e tornar a sulfuração, ou qualquer outra fumigação, mais económica.

Libertar os armazéns destes insectos será inutilizar um dos factores que mais contribuem para as quebras altas que se registam.

Bibliografia

- Agricultural Zoology of the Malay Archipelago.*
Malayan Agricultural Journal.
Journal of Agricultural Research.